

UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

A SOCIEDADE DOS ECRÃS: ENTRE VER E SER VISTO

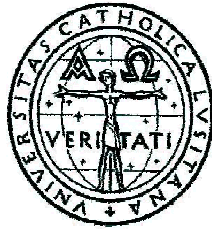
Tese apresentada à Universidade Católica Portuguesa para obtenção do grau de mestre em
Ciências da Comunicação – Comunicação, Marketing e Publicidade

por

Hugo Picado de Almeida

Faculdade de Ciências Humanas
Universidade Católica Portuguesa

Setembro, 2012



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

A SOCIEDADE DOS ECRÃS: ENTRE VER E SER VISTO

Tese apresentada à Universidade Católica Portuguesa para obtenção do grau de mestre em
Ciências da Comunicação – Comunicação, Marketing e Publicidade

por

Hugo Picado de Almeida

Sob orientação de

Professor Doutor Fernando Ilharco

Faculdade de Ciências Humanas

Universidade Católica Portuguesa

Setembro, 2012

Resumo

Os ecrãs estão hoje por toda a parte. No nosso dia-a-dia encontramos-nos cada vez mais diante deles, e as previsões parecem apontar para a intensificação da tendência. Se a nossa vida está hoje eminentemente dentro do ecrã, por ele recebendo informação e acedendo ao outro e ao mundo, através dele construindo narrativas e a própria mundividência, devemos considerar que essa relação, tendencialmente permanente e ubíqua, influirá sobre as configurações da sociedade, modelando comportamentos e relações interpessoais.

Para discutir e caracterizar os esquemas de controlo e vigilância possibilitados pela rede de ecrãs, propomos reflectir acerca das *sociedades disciplinares*, através de Foucault, das *sociedades de controlo*, com Deleuze, e dos seus contributos para pensar a actual sociedade ocidental, que identificamos como *ecranizada*. Neste âmbito, revisitamos o conceito de *panóptico*, de Jeremy Bentham, identificando a sua existência hoje enquanto panóptico digital, e dialogando com abordagens próximas, de autores contemporâneos, nomeadamente Ganascia e Mann, através das noções de *sousveillance* e *catopticon*, inversos da vigilância e do panóptico na sua acepção tradicional. A nossa perspectiva, porém, distingue-se no posicionamento em relação ao fenómeno, identificando o poder pela vigilância como algo que circula, disseminado por todo o tecido social, operando-se em todas as direcções e em simultâneo, a partir do momento em que todos os indivíduos integram de forma alargada a rede, manejando os seus ecrãs individuais e sendo convocados noutros.

Através da análise de literatura de autores das teorias da comunicação, filosofia e sociologia, clássicos e contemporâneos, e, num segundo momento, através de entrevistas realizadas a utilizadores comuns de ecrãs e especialistas que com eles lidem, procuramos demonstrar a complexa e performativa relação entre os indivíduos e os ecrãs, e como estes segundos podem influir sobre a vida dos primeiros. Assinalando a necessidade de conhecer uma (hiper)realidade que hoje parece submergir os indivíduos, é nosso objectivo contribuir para futuras investigações na área, oferecendo um prisma pelo qual nos parece legítimo e útil abordar o fenómeno, numa sociedade crescentemente preocupada com a segurança e com a circulação da informação, e onde, cada vez mais, ver parece implicar ser visto.

Palavras-chave: ecrã, ecranização, sociedade ecranizada, sociedades disciplinares, sociedades de controlo, panóptico, panóptico digital, vigilância, controlo, poder.

Abstract

Screens are everywhere. In our daily lives, we find ourselves progressively in front of them, and this trend is predicted to escalate. Today, our life seems to be found eminently inside screens, since it is through them that we receive information, access the world and contact other individuals, shaping the way we experience and view the world. Thus, this increasingly permanent and ubiquitous relationship between screen and individual must be thought to have an impact on how society is molded, on individual behaviours and interpersonal relationships.

In order to discuss and characterize the ways control and surveillance are made possible by today's network of screens in our *screened* society, we will refer to Foucault's *disciplinary societies* and Deleuze's *control societies*. In the same line of thought, we shall address Jeremy Bentham's *panopticon*, which we propose still in existence, presently in a digital setup. We will also refer to contemporary approaches on the subject, namely Ganascia's and Mann's, who speak of *sousveillance* and *catopticon*, reversing the concepts of *surveillance* and *panopticon*. Our viewpoint is slightly different, though. We think of surveillance and power through screens as something which circulates across the entire social fabric, operating in every direction and simultaneously, since every individual is currently part of the network and both manages his own screens and is summoned by others.

We aim at portraying the intricate and performative relationship between screens and individuals and how the first may influence the life of the latter. This ought to be achieved through a literature analysis of communication sciences, philosophy and sociology authors, both classic and contemporary, and by means of interviews with common users and experts working with screens. Depicting the need to better understand this (hyper)reality which pervades the entire society, it is our objective to contribute to future investigations on the topic. Here, we provide an outlook which we consider appropriate and useful to approach this phenomenon, in a society increasingly concerned about security and information flows, where the act of seeing seems to progressively imply being seen.

Key words: screen, screenness, screened, disciplinary societies, control societies, panopticon, digital panopticon, surveillance, power.

Agradecimentos

Ao meu orientador, o Professor Doutor Fernando Ilharco, que muito admiro desde a primeira aula que me deu, por aceitar orientar a minha dissertação e pela disponibilidade e acompanhamento atento em todos os momentos, bem como por todas as esclarecidas e sempre profícuas indicações que me permitiram seguir por caminhos certos. O entusiasmo e interesse que demonstrou desde a nossa primeira reunião foram para mim um muito importante tónico, assim como as ideias e abordagens intelectuais, sempre atraentes e originais, que me apresentou.

Aos entrevistados no âmbito desta investigação, pela simpatia e disponibilidade para comigo colaborarem.

À minha Inês, pelo apoio permanente e por me ter levado a Nova Iorque numa altura tão oportuna.

Ao meu amigo Adalberto, por me ter permitido discorrer sobre as minhas perspectivas sobre o tema e por me ter introduzido a alguns autores e teses de pertinência assinalável para o meu trabalho.

E aos meus pais, naturalmente, por tudo.

A todos, o meu mais sincero muito obrigado,
Hugo Picado de Almeida.

Índice

Introdução.....	7
-----------------	---

Parte I - FUNDAMENTAÇÃO

Capítulo 1 – A Sociedade dos Ecrãs.....	13
Capítulo 2 – O Ecrã	26
2.1. O que é um ecrã?	26
2.2. A Ecranização e a Rede	37
2.3. O Olho do Ecrã	45
Capítulo 3 – Vigilância e Controlo.....	51
3.1. As Sociedades Disciplinares.....	52
3.1.1. O Panóptico	54
3.2. As Sociedades de Controlo.....	58
3.2.1. O Panóptico Digital	62

Parte II - EXPLORAÇÃO

Capítulo 4 – Entrevistas.....	79
4.1. Metodologia.....	79
4.2. Análise e Reflexão.....	82
4.2.1. Eixo 1 – Ecranização da Vida.....	82
4.2.2. Eixos 2 e 3 – Ver e Ser Visto.....	94
4.2.3. Eixo 4 – Visibilidade e Consequências	102
4.3. Síntese da Análise e Reflexão	109
4.4. Reflexão Conclusiva.....	112
Conclusão	118
Bibliografia.....	120
Outras referências	126

Índice de Figuras

Figura 1 – Ecrãs em pavimento e fachada, 7ª Avenida, Nova Iorque (Hugo Almeida).....	13
Figura 2 – Lentes de contacto com circuitos integrados desenvolvidos pela Universidade de Washington, EUA (GovTech)	31
Figura 3 – Protótipo de automóvel com <i>touch-screen</i> , da Toyota (AFP/Getty Images).....	34
Figura 4 – Edifício de paredes inteiramente revestidas por ecrãs, em Times Square, Nova Iorque (Hugo Almeida)	34
Figura 5 – Ecrã flexível desenvolvido pelo <i>Flexible Display Center</i> , da Universidade do Arizona, EUA (FDC-UA).....	35
Figura 6 – Turistas vêem imagens da Basílica da Sagrada Família num ecrã dentro da própria basílica, Barcelona (Hugo Almeida).....	41
Figura 7 – Corte vertical/alçado e planta parcial do modelo de prisão panóptica desenhado por Jeremy Bentham em 1791 (Foucault, 2010)	55
Figura 8 – Sergey Brin, co-fundador do <i>Google</i> , usando os óculos de realidade aumentada na apresentação do projecto. (AP).....	86

Introdução

O contacto com os ecrãs ocupa hoje boa parte do tempo em que estamos acordados. Dos ecrãs de televisão aos ecrãs dos computadores e dos *tablets*, dos ecrãs publicitários aos ecrãs dos telemóveis, dos ecrãs dos livros (*ebooks*) aos dos nossos leitores de música, dos ecrãs nas estações de transportes aos ecrãs dentro dos nossos automóveis, dos ecrãs que possuímos hoje aos novos ecrãs em desenvolvimento, parecemos viver cada vez mais através deles, por eles comunicando, por eles acedendo ao mundo e ao outro. Nas teias deste nosso mundo digital, se estamos cada vez mais dentro do ecrã, devemos ter em mente que o ecrã, alvo do olhar, é também ele próprio um olho, mas não apenas um olho; ele é um olho com memória transcrita numa linguagem comum que permite o traçar da nossa vida através de diversos registos, potencialmente cruzados e manipulados por instâncias de vigilância que já não estão apenas na figura de um Governo totalitário ou de uma empresa pouco escrupulosa, mas potencialmente também nas mãos de cada indivíduo, através dos ecrãs que maneja. As câmaras de vigilância podem, hoje, dispensar o próprio dispositivo da câmara.

Parece-nos, como desenvolveremos no capítulo seguinte, que esta disseminação dos ecrãs influi necessariamente sobre os modos de vida dos indivíduos, e que pode alterar comportamentos, em função dos novos regimes de visibilidade, do acesso à informação e, conseqüentemente, do acesso ao outro, pois cada vez mais parece ganhar corpo a noção de que os indivíduos são, hoje, seres interconectados numa rede virtual. Nesse sentido, poderemos formular a questão orientadora da presente dissertação: *Como podem os nossos comportamentos ser modelados pela vivência numa sociedade ecranizada¹ de controlo e vigilância?*

Sabendo que escapa ao nosso campo de estudo a descrição detalhada dos comportamentos ou dos processos mentais que os originam, não perseguiremos uma resposta fechada, puramente descritiva e unívoca dos efeitos do fenómeno de expansão dos ecrãs na nossa sociedade, crescentemente preocupada com a segurança, o controlo e a circulação de informação. Será nossa maior preocupação a procura de reflectir sobre uma realidade que, dada a sua contemporaneidade e nossa imersão nela, tem merecido parco

¹ Palavra derivada do termo inglês «screened», utilizado por Introna e Ilharco (2004, 2006) e Ilharco (2008). Sobre a utilização deste e de outros termos («ecranização» e «ecrânico») ver nota de rodapé nº2, página 8.

investimento teórico, e também de abrir espaço para novas investigações, propondo uma perspectiva talvez mais global e conciliadora de diferentes dimensões do tema.

A presente dissertação estruturar-se-á em duas grandes partes. Na **Parte I – Fundamentação**, alicerçamo-nos em algumas das principais teorias de filósofos, sociólogos e principais autores das teorias da comunicação e dos *media* no século XX, nomeadamente Jean Baudrillard, Michel Foucault, Gilles Deleuze, Gilles Lipovetsky e Jean Serroy, Lev Manovitch, Marshall McLuhan, Manuel Castells, entre outros. Começaremos por procurar dar provas da existência dessa *sociedade dos ecrãs* (*Capítulo 1 – A sociedade dos Ecrãs*), por caracterizá-la, por justificar a importância desta nossa investigação e por apresentar, sumariamente, as questões e problemas sobre os quais cremos ser necessário reflectir.

De seguida, no *Capítulo 2 – O Ecrã* será nosso objectivo explicitar e compreender a natureza dos dispositivos que são afinal os ecrãs. Para tal, começaremos por recorrer à etimologia do termo *ecrã*, cujas origens revelam pistas muito interessantes para a forma como podemos perspectivar estes equipamentos, quer quanto à sua ontologia quer nas suas implicações contemporâneas. Paralelamente, apoiados nas teses de Lev Manovich, procederemos a uma sintética arqueologia desses dispositivos hoje tão camaleónicos e diversificados que são os ecrãs, para assim compreender de que forma a sua natureza e evolução ainda hoje transportam significados e produzem implicações, a nível teórico mas não se resumindo nele, na forma como os percebemos. Neste capítulo reflectiremos acerca da natureza e definição do ecrã, suas potencialidades e limites, e consequências daí resultantes para o corpo social, pelas operações executadas através do ecrã, mas também caracterizaremos essa rede que hoje é grandemente definidora do próprio dispositivo ecrânico², convertido em apenas mais um pólo de uma intrincada teia para onde tudo parece fluir. É pela rede que a ecranização se dá, é nela que o sentido e a sociabilidade se fundam, e é também por ela que o controlo e a vigilância se tornam possíveis. É por ela, na esteira de Manuel Castells, que a sociedade se define, modelada de acordo com aquilo que a virtualidade permite. Nesse sentido, abriremos também portas para perspectivar o ecrã

² O termo «ecrânico» surge em Gilles Lipovetsky e Jean Serroy (2010) (tradução de Luís Filipe Sarmento). Paralelamente, empregaremos igualmente por diversas vezes os termos «ecranização» e «ecranizado». Não encontramos referências a qualquer dos termos anteriores noutras obras ou dicionários, incluindo o Dicionário da Academia de Ciências de Lisboa (2001). O seu emprego justifica-se pela lacuna lexical sentida nos discursos sobre o fenómeno e sustenta-se no amplo uso dos termos ingleses «screened», «screenness», «screening» e «screenhood» por Introna e Ilharco (2004, 2006) e Ilharco (2008).

enquanto olho, quer dizer, discutindo os mecanismos e a inversão filosófica (mas a certo ponto também técnica) que permite perspectivá-lo como sistema de vigilância, como aquele que olha e já não apenas aquele é que olhado.

Em suma, procuraremos indagar acerca do uso que os indivíduos fazem deles e que tipologia de relação se pode estabelecer entre ambos. Quais os seus significados? Quais os papéis desempenhados pelo ecrã? Com que efeitos?

Posteriormente, no *Capítulo 3 – Vigilância e Controlo*, muito apoiados em Michel Foucault e Gilles Deleuze, tentaremos traçar o percurso que têm percorrido as sociedades ditas ocidentais na sua relação com o poder, controlo e punições, através dos conceitos de *sociedades disciplinares* (Foucault, 2010) e *sociedades de controlo* (Deleuze, 2009). Procurando averiguar a importância dos ecrãs nessa transformação, e na permanente evolução da sociedade, recuperaremos o conceito de *panóptico*, cunhado por Jeremy Bentham e muito estudado por Michel Foucault (2010), e proporemos olhar para a nova forma da sua existência actual. Quais as suas consequências? E a que hipóteses poderá o futuro expor uma colectividade assim caracterizada? Na parte final deste capítulo faremos referência a algumas investigações recentes que reabilitam igualmente o conceito de panóptico, pensando a existência dos ecrãs como factor de renegociação da visibilidade e do exercício do poder, mas que consideramos que não abordam a questão nas várias dimensões a que pretendemos dirigir-nos.

Na **Parte II – Exploração**, apresentaremos e analisaremos um conjunto de entrevistas realizadas no âmbito desta dissertação a profissionais que no seu dia-a-dia lidam com ferramentas de controlo e vigilância ou tecnologias de informação, sempre pela mediação de ecrãs, e também a utilizadores *comuns* destes dispositivos. De carácter essencialmente ilustrativo e eminentemente exploratórias, nestas entrevistas esperamos obter pistas que nos permitam analisar, à luz da literatura previamente consultada, as percepções de alguns indivíduos acerca do papel dos ecrãs na sociedade, da sua relação com eles, do seu crescimento e expansão, e também dos significados que lhes são atribuídos, esperando assim enriquecer e melhor alicerçar no real a reflexão sobre o tema.

Considerámos este método como o mais adequado à nossa investigação, em detrimento de uma análise quantitativa, já que um corpo teórico de tal envergadura, uma questão de tão grandes dimensões (porque espelhada numa grande multiplicidade de equipamentos e territorialmente extensível a todo um mundo ocidental, além de a outras culturas

ocidentalizadas), dificilmente lograria produzir resultados legítimos e relevantes para uma realidade verificada num território tão vasto e disperso, permeando várias nações e culturas, sem a sua redução ao estudo de uma variável circunscrita a um tempo e espaço muito limitados. Apesar da pertinência de um tal estudo, o nosso propósito era diferente.

O método empregue na presente investigação encontra sustentação na fenomenologia, na etnometodologia, e em algumas correntes da sociologia, com autores como Claude Lévi-Strauss, Jacques Derrida, Alfred Schütz, Harold Garfinkel, entre outros. No respectivo capítulo dirigir-nos-emos, de forma sintética, às teses destes autores, como legitimação da nossa metodologia.

Na etapa final da presente dissertação procuraremos sintetizar os indícios reunidos nas entrevistas, fazendo a sua leitura com recurso às teses respeitantes à literatura trabalhada na **Parte I – Fundamentação**, e que adoptamos como principal lente na abordagem ao fenómeno da ecranização. É na confluência entre estes elementos que procuraremos inferir algo sobre a vivência (e sua consciência) dos indivíduos numa sociedade que cada vez mais parece concretizar-se pela sua virtualidade, e em que as possibilidades de vigilância e controlo parecem cobrir progressivamente uma parte substancial das acções e situações quotidianas, modelando-as, por já não dispensarem a mediação pelo digital, a sua existência no plano virtual. Importará, então, procurar indicar quais as possibilidades de ser de uma tal sociedade, já que os dados disponíveis apontam para que os ecrãs prossigam a sua expansão, e que as suas capacidades continuem a desenvolver-se.

Esta dissertação pretende, assim, constituir-se como um contributo para futuras investigações nesta área, naturalmente muito abrangente e com múltiplas implicações e, por isso, também diversos ângulos de abordagem. O trabalho que aqui se apresenta pode ser entendido como um primeiro alicerce, para os próprios ou para terceiros, no sentido em que procurou caracterizar esta sociedade que entendemos como *ecranizada*, sendo esse o primeiro passo para perspectivar o problema, e definindo uma estratégia de aproximação ao tema, que cada vez mais parece poder ser posto em termos do controlo e vigilância, pela identificação desse movimento de *ecranização* da vida que no corpo desta dissertação se afirma como hipótese. Acreditamos, por isso, que esta investigação possa fazer prova da necessidade de despertar consciências para a relação entre o Homem e o ecrã, e o mundo através deste, e, bem assim, de abrir portas a uma questão que, embora contemporânea, regista ainda um modesto investimento teórico na forma abrangente e integradora que

aqui procurámos construir, abarcando o fenómeno naquelas que cremos serem hoje as suas múltiplas direcções, já não reduzidas ao fluxo clássico *emissor (corporação) – espectador (indivíduo)*, nem mesmo ao seu inverso.

Parte I

FUNDAMENTAÇÃO

Capítulo 1 – A Sociedade dos Ecrãs

«The instrument (the telescreen, it was called) could be dimmed, but there was no way of shutting it off completely.» (ORWELL, 2008: 4)

Talvez nenhum outro objecto marque o nosso tempo de uma forma tão característica como o ecrã. Hoje, uma boa parte das nossas vidas flui através dos ecrãs, e é através deles que o mundo se concretiza – *se não passou na televisão é porque não aconteceu*. Eles invadem quase todos os domínios da vida actual, e hoje não nos é de todo estranha a sua profusão; eles já não nos inquietam, permeando espaço público e privado, confundindo fronteiras – ou eliminando-as –, nem nos agride já o seu contínuo de *flashes*, os seus *frames* em ininterrupta sucessão que nos convocam o olhar, disputando a nossa atenção. Independentemente da nossa profissão e passatempos, o mais provável é que passemos os dias diante de ecrãs, ou mesmo divididos entre ecrãs. Da televisão para o computador, do computador para o telemóvel – ou os três em simultâneo –, destes para um *tablet* ou um *ebook reader* nos tempos livres, um leitor de música, no carro com o computador de bordo ou com os ecrãs para entretenimento nas costas dos bancos da frente, na rua perante ecrãs publicitários ou informativos, no multibanco, nas caixas automáticas do supermercado, no cinema, nos aeroportos ou estações de metropolitano, de comboio, e até nos frigoríficos mais modernos, etc.



Figura 1 – Ecrãs em pavimento e fachada, 7ª Avenida, Nova Iorque (Hugo Almeida)

Em 2010, os relatórios apontam para que o total de computadores pessoais em uso em todo o mundo tenha atingido os 1425 milhões de unidades (eTForecasts, 2011), número que, apontam as previsões, deverá rondar os 2165 milhões no ano de 2015. Por sua vez, também os telemóveis têm registado um crescimento exponencial, sendo que em 2010 a sua penetração a nível mundial se cifrava nos 78 por cada 100 habitantes (ITU, 2011: 1) –

equivalente a 5,3 mil milhões de subscrições de telemóveis (mobithinking.com, 2010) –, sendo que no conjunto dos denominados países desenvolvidos se atingia já a saturação, com taxas de penetração superiores a 100%. Os dados referentes ao consumo televisivo apontam também para o cada vez mais vincado domínio da tecnologia ecrânica sobre a sociedade, sendo que no primeiro quarto de 2010 cada americano viu em média mais duas horas de televisão por mês do que em igual período do ano de 2009, totalizando 158 horas em frente à televisão por mês (Nielsen, 2010). Na Europa, é expectável que tais resultados sejam semelhantes. Em França, por exemplo, os dados apontam para que cada francês veja, por ano, 1200 horas de televisão, o que se traduz em 100 horas por mês (Lipovetsky e Serroy, 2010: 11). Partindo destes números temos que, em toda a sua vida, um cidadão francês passe 11 anos em frente ao ecrã de televisão (Lipovetsky e Serroy, 2010: 203). Por sua vez, os livros tornados ecrãs pelos *ebook readers* têm também registado um crescimento assinalável. Em apenas dois anos, de 2008 a 2010, a venda de *ebooks* cresceu 1000%, registando-se no ano de 2010, e apenas nos EUA, um volume de vendas de 114 milhões de cópias (Hageman, 2011). No primeiro quarto de 2010, a venda de *ebooks* constituía já 5% do total de livros vendidos naquele país (Holt, 2011) e, de acordo com o mesmo estudo do Book Industry Study Group, entre os compradores de *ebooks*, 25% afirmou comprar menos livros impressos, 15% declarou já não comprar livros impressos, e 9% disse que já não compraria um livro impresso, mesmo que o título pretendido não estivesse disponível em formato digital. Mas se esta ecranização do livro, não obstante os seus elevados números, está ainda a principiar-se, a ecranização do banco (ou do dinheiro) é já realidade. Estima-se que no fim de 2010 existiam no mundo 2,2 milhões de ATMs (Automatic Teller Machines, ou Caixas Automáticas/Multibanco, em português), número que deverá exceder os 3 milhões já em 2016 (Retail Banking Research, 2011). Apesar disso, em Portugal, e de acordo com a tendência europeia, o número de caixas multibanco decresceu ligeiramente entre 2010 e 2011 (Multibanco, 2011; European Central Bank, 2011), tendo-se registado no nosso país, entre Janeiro e Setembro de 2011, perto 670 mil operações nas quase 14 mil caixas Multibanco existentes (entre Janeiro e Dezembro de 2010, estes números eram, respectivamente, de cerca 880 mil operações e 14 mil e 300 caixas (Multibanco, 2011). Este ligeiro decréscimo não significa, no entanto, que se esteja a iniciar um processo regressivo, de volta aos balcões dos bancos para realizar operações; significa, sim, o aumento da importância do ecrã de computador, pelo crescente uso do

online banking (ou *e-banking*), já que, em 2011, 52% dos europeus com acesso regular à internet usava este tipo de serviços (número que atinge os 60% se considerados apenas os indivíduos entre os 25 e os 34 anos de idade) (Eurostat *apud* DataMarket, 2011), mas também o uso generalizado dos cartões de crédito ou débito – suportes de dinheiro virtual.

Parece, portanto, indiscutível que vivamos, hoje como nunca antes, imersos em ecrãs, convocando-os ou sendo por eles convocados a todo o momento. Este texto, aliás, está ele próprio a ser escrito pela mediação de um ecrã, e é grande a probabilidade de que aqueles que o lêem agora, ou que o poderão ler no futuro, também o façam precisamente num ecrã. Podemos mesmo dizer que, quanto a este documento, o ecrã precede o papel, pois o segundo só existirá através do primeiro, e isso deverá já dizer-nos algo sobre a preponderância destas novas superfícies na modelação da nossa vida. Se os ecrãs são hoje o pólo agregador, o denominador comum de boa parte das acções humanas, afigura-se necessária e urgente uma reflexão sobre os seus efeitos sobre os comportamentos dos indivíduos, sobre o seu papel transformador de uma sociedade que, se um dia foi a vapor, e depois eléctrica, hoje é sobretudo electrónica. Falando da nossa dominante cultura electrónica e da nossa relação com os ecrãs, em especial com os computadores – que são, em boa verdade, a forma ontogenética da maioria dos outros ecrãs de que actualmente dispomos –, Vivian Sobchack alerta para a possibilidade de novos meios tão invasivos influírem de forma profunda sobre a nossa vida:

«(...) a qualitatively new techno-logic can begin to alter our perceptual orientation in and toward the world, ourselves, and others. And as it becomes culturally pervasive, it can come to profoundly inform and affect the socio-logic, psycho-logic, and even the bio-logic by which we daily live our lives.» (Sobchack, 1994: 85)

Imiscuindo-se, então, virtualmente em todos os domínios da nossa vida (não apenas no *socio-lógico*, no *psico-lógico*, no *bio-lógico*, mas também sobre o *eco-nómico* [o trabalho] e o *eco-lógico* [as interacções entre o ser e o meio], e tendo partido à conquista – com inenarrável sucesso – de grande número das actividades humanas e de um grande número de meios, passámos hoje, por esta coabitação da sociedade com os ecrãs, a ser verdadeiros «Homo Ecranis» (Lipovetsky e Serroy, 2010: 251). Como a máquina a vapor e o rádio marcaram as suas gerações, os ecrãs marcam a nossa; eles constroem-nos, e hoje ninguém parece já poder escapar a esta espécie de ditadura do visual, de estética do digital, da norma ecrânica em que «(...) screens are already just naturally "there"» (Introna e Ilharco,

2006: 62; aspas no original), e que o seu desligar, sentimo-lo todos, não é feito sem uma certa sensação de fractura e apartamento – ou desligamento – do mundo.

Essa é a marca da sua familiaridade, da forte relação que temos com eles, qual parente sempre presente na sala das nossas casas – e talvez em todas as outras divisões também –, que os torna habituais e, portanto, não questionáveis na sua natureza ou nas suas funções, daí resultando um convívio pacífico, necessário, e quase sempre distraído, porque absorvido pelo conteúdo que apaga a percepção do meio. Como Marshall McLuhan afirma, «é até bastante sintomático que o "conteúdo" de qualquer meio nos impeça de entrever a natureza desse mesmo meio.» (McLuhan, 2008: 22; aspas no original), ou ainda:

«uma extensão [como o ecrã] é uma ampliação de um órgão, de um sentido ou de uma função, que inspira no sistema nervoso central um movimento autoprotector de entorpecimento da zona estendida, pelo menos no que respeita a um exame e a um conhecimento directos». (McLuhan, 2008: 180-181)

Ao longo desta dissertação, aquilo de que nos ocuparemos será precisamente o meio (ou extensão) que são os ecrãs – sob as suas várias ocorrências – e dos seus efeitos sobre os nossos comportamentos e relações no e com o mundo, já que «"o meio é a mensagem", pois é o meio que configura e controla a escala e a forma da acção e da associação humanas» (McLuhan, 2008: 22; aspas no original), e é precisamente o meio, um certo «*the screenness of screens*» (Introna e Ilharco, 2006: 62; itálicos no original) que merecerá a nossa atenção, pois a sua presença é já, ela própria, significativa para aquele que é o nosso objecto de estudo.

Chegados a este ponto, parece então necessário que evidenciemos, e que o consigamos delimitar na sua extensão, aquele que propomos como nosso objecto de estudo: não o ecrã pelo ecrã, não todos os ecrãs, mas o ecrã enquanto dispositivo de vigilância e controlo, enquanto reduto de uma informação e conhecimento totais; não o coração, mas o cérebro e o olho de um sistema panóptico que por isso opera sobre nós mudanças nos comportamentos, na relação com o outro, no acesso ao mundo. Falamos necessariamente de uma ampla gama de dispositivos, dos mais habituais, como câmaras de vigilância e radares de velocidade, aos frutos da ficção científica que, hoje, pertencem já plenamente ao nosso mundo, como os leitores de impressões digitais ou de retina, pequena parte de uma ampla gama de sensores que no dia-a-dia nos perseguem e traçam o nosso percurso no mundo. Ainda assim, falharíamos por defeito ao considerar apenas estes os dispositivos de controlo social, na medida em que todos os outros ecrãs com que contactamos (alguns dos

quais já por nós aqui sumariamente referidos), e ainda que de forma menos óbvia, também se inscrevem na sociedade como agentes de vigilância: os computadores guardam toda uma biblioteca de registos (dados sobre cada um dos nossos ficheiros, quando os criámos, quando lhes acedemos, quando os modificámos); na internet ficam guardados em diversos servidores inacessíveis e invisíveis os nossos históricos de internet, as nossas pesquisas em qualquer loja *online*, os nossos registos de compras, dados bancários, as palavras que escrevemos no nosso *browser*, posteriormente utilizadas para fins comerciais; as televisões, nas actuais plataformas interactivas, registam os filmes que alugamos e os canais que compramos; as caixas de multibanco registam todos os nossos movimentos de conta, as horas, o local, os montantes; as comunicações fixas ou móveis ficam integralmente registadas nas operadoras telefónicas (duração de chamadas, números que entraram em contacto, quantidade de mensagens recebidas/enviadas, o seu conteúdo, os custos, data e hora); redes sociais como o *Facebook* armazenam informações sobre os locais por onde passamos, as pessoas com quem estamos, as pessoas com quem falamos e muito mais, e estes são apenas os casos mais óbvios.

Verificamos, assim, que sejam eles mais directos e declaradamente controladores, activos (como as câmaras de videovigilância), sejam eles servidores de outros propósitos (como os telemóveis e os computadores), vigilantes passivos e mais discretos, aquilo que se torna evidente é que é pelo facto de assistirmos a uma ecranização dos meios que uma sociedade de controlo se torna possível. É a virtualização da informação, ou a binarização dos dados, que permite um tal regime de «ecranocracia» e a constituição de um «ecrã-mundo» (Lipovetsky e Serroy, 2010: 251).

Ainda que a sua familiaridade ou a camuflagem que por vezes estes sistemas usam nos façam esquecer deles – «O preço da eterna vigilância é a indiferença.» (McLuhan, 2008:43) –, atenuando a nossa percepção enquanto potenciam os seus efeitos, a verdade é que cada vez mais vivemos rodeados – talvez cercados seja o termo mais adequado – por estes dispositivos de controlo cujo carácter disciplinar está sempre latente. Como Gilles Lipovetsky e Jean Serroy nos dão conta, em 2007, o número de câmaras de videovigilância só na Grã-Bretanha ascendia a:

«4,2 milhões. A Grã-Bretanha, que possui 10% das câmaras de videovigilância em funcionamento do mundo, é o país mais televigiado do planeta: um londrino pode ser filmado até 300 vezes por dia e no total do país há uma câmara para [cada] 15 habitantes. Mais: para reprimir as pequenas incivildades públicas, um sistema de

câmaras falantes vai ser instalado em 15 cidades para chamar a atenção ao infractor que atira um papel ao chão!» (Lipovetsky e Serroy, 2010: 259)

Não parece, portanto, ser possível negar que vivemos hoje numa «sociedade policial» (Lipovetsky e Serroy, 2010: 261), ou numa sociedade de controlo (Deleuze, 2009) que conserva, potenciando-as de novas formas, as características de uma sociedade disciplinar (Foucault, 2010) possibilitada por um efectivo regime panóptico, mas que hoje, pela ecranização dos meios, mais permanente e invasiva nas possibilidades de controlar e vigiar, já não corresponde exactamente ao panóptico divisado por Jeremy Bentham, puramente arquitectónico, predial, de estrutura organizacional, mas sim um verdadeiro panóptico digital, sistémico, virtualmente total – é esta nova concepção social e de um novo regime visual sobre ela que procuraremos caracterizar e problematizar, propondo-o como já existente na nossa sociedade, e que de seguida pretendemos descrever com maior detalhe, enquanto objecto de investigação.

O que um tal panóptico digital permite é que a vigilância não se reduza a situações concretas, espaços físicos limitados, celas de prisão ou enfermarias de hospital. Devolvidas à sociedade, as vítimas e os carcereiros confundem-se, constituindo um regime de «cada um contra todos, em que cada um se torna o espião do outro» (Lipovetsky e Serroy, 2010: 262). Na Era das redes, o panóptico estendeu também os seus tentáculos à rua, à casa de cada um de nós e a todos os locais onde possamos nós próprios chegar. Mais do que isso, como também adiantam Lipovetsky e Serroy, uma sociedade assim pode facilmente tornar-se numa sociedade de autovigilância, já que o medo de ser controlado e de ver os seus erros expostos, de alguma forma tornados públicos, pode levar a uma repressão permanente dos comportamentos próprios, tal como era já objectivo do modelo de sociedade disciplinar perspectivado por Foucault (2010) pelo extravasar do panóptico do edifício da prisão, mas agora possibilitado e potenciado a uma escala que nunca antes pudera ser prevista, pela portabilidade e disseminação dos ecrãs. Como refere Jean Baudrillard, assistimos a uma «viragem do dispositivo panóptico de vigilância (vigiar e punir) para um sistema de dissuasão onde é abolida a distinção entre passivo e activo.» (Baudrillard, 1991: 42) Parece, então, não ser mais possível estar à margem, furtarmo-nos a esse escrutínio, e talvez já nem queiramos mesmo ficar de fora. A vigilância assusta-nos quando não a controlamos ou quando tememos o que a controla ou motiva – é por isso que temos uma Comissão Nacional de Protecção de Dados –, mas ela agrada-nos se se coloca

ao nosso dispor – é por isso que instalamos câmaras de vigilância ou sistemas de alarme nas nossas casas ou lojas. Mas nem precisamos de ir tão longe. Afinal, quando activamos os relatórios de entrega de mensagens nos telemóveis ou a confirmação de recepção (ou mesmo de leitura) dos e-mails que enviamos, por exemplo, aquilo que estamos a fazer não é outra coisa que não o pôr em campo de mecanismos de controlo e vigilância³. Ao fazê-lo, estamos efectivamente a explorar um conhecimento sobre as acções do outro, conhecimento esse que poderá modelar os nossos comportamentos e atitudes; a própria sociabilidade pode alterar-se por possuímos conhecimentos que o outro não tem e, mais do que isso, que o outro pode até desconhecer que nós possuímos. Assim vemos como, neste exemplo quotidiano e de âmbito talvez limitado, estão desde logo em jogo esquemas de controlo; uma relação de vigilância que pode por esse mesmo facto modelar os nossos sentimentos e comportamentos.

A vigilância tornou-se «irresistível» (Lipovetsky e Serroy, 2010: 251) porque a segurança e a previsibilidade se tornaram uma exigência. A portabilidade dos ecrãs, que tornou também portátil e permanentemente acessível a informação, veio instaurar um regime em que a previsibilidade se tornou valor máximo, e o conhecimento total imperioso, bem como a comunicabilidade incessante – «Protect everything, detect everything, contain everything – obsessional society.» (Baudrillard, 2010: 41) O desconhecido, o estar desligado, fora do controlo da rede, tornou-se sinónimo de perigo, ou pior, de perigoso, tornou-se sinónimo de culpa e ocultação, de criminalidade e fuga. Estar desligado parece, assim, próprio de quem tem algo a esconder, de quem não quer falar, de quem não quer ser visto; parece, sem dúvida, da ordem do criminoso e do desviante. Esta é a lógica dos sistemas de controlo, a racionalidade policial que já George Orwell previa no seu *1984* através do *telescreen* – que não podia ser desligado⁴ –, hibridação entre o ecrã de televisão e a câmara de videovigilância – algo de que a nossa televisão interactiva já esteve mais distante – que já não apenas vemos mas que também nos pode ver a nós nas nossas escolhas e nas nossas acções. É esta inversão de perspectiva, herança da cultura ocidental desde o Renascimento, que a sociedade ecranizada de controlo veio introduzir, ou melhor, reformar. Já não somos nós que olhamos os quadros ou os ecrãs; são eles que olham para

³ Outro exemplo recente é a nova funcionalidade do *chat* no *Facebook*, que indica a hora – e local, tratando-se de um utilizador numa aplicação *mobile* do *Facebook* – em que o interlocutor leu a mensagem enviada.

⁴ A citação com que abrimos este capítulo refere-se precisamente a isso: «The instrument (the telescreen, it was called) could be dimmed, but there was no way of shutting it off completely.» (ORWELL, 2008: 4)

nós, e locais como Times Square são a explicitação disso. O ponto de fuga de todos os ecrãs já não está no fundo destes, dentro deles, mas sim no centro da praça, em nós – «Você já não está a ver TV, é a televisão que o vê a si» (Baudrillard, 1991: 42) –; é para nós que tudo flui quando somos convocados a ver, «alugando os nossos olhos, ouvidos e nervos» (McLuhan, 2008: 82). Apesar do estado de vigilância permanente, o panóptico digital já não nos encerra em celas, amordaçando-nos e prendendo as mãos por meio de algemas: «A aceitação dócil e subliminal do impacto dos meios fez com que estes se convertessem em prisões sem muros para os seus utilizadores humanos» (McLuhan, 2008: 33), ao ponto de Foucault poder dizer que «a visibilidade é uma armadilha» (2010: 190), já que ela prende sem prender.

Ora, é isto que nos habilita a perspectivar o tal regime panóptico digital, de uma sociedade que controla todos mas que, simultaneamente, é também por todos controlada; uma sociedade mediática, porque ecrânica, que, para Baudrillard, põe em cena «uma espécie de código genético que comanda a mutação do real em hiper-real.» (1991: 45) Então, se o real já não é o real, mas sim o simulacro, como o filósofo francês insiste, o poder talvez também não seja mais o poder que era:

«o facto de o poder já não existir, em suma, senão para esconder que já não existe. (...) Completamente expurgado da dimensão política, o poder depende, como qualquer outra mercadoria, da produção e do consumo de massas.» (Baudrillard, 1991: 38)

Assim se configura a fragmentação deste poder que, disseminado, torna todos em seus potenciais agentes, ao clonar-se e revestir tudo, na ânsia de se concretizar plenamente. É esta visão original, ainda que não inédita, face a uma tradicional perspectiva do indivíduo como vítima sem qualquer esperança ou possibilidade de fuga, condenado à submissão a um *Big Brother* – o de Orwell (2008) –, tirano observador e garantia de uma sociedade policial, que procuraremos explorar no âmbito desta dissertação, não reclamando nós libertar o indivíduo desse papel de vítima, que acreditamos que também o possa ser, exposto que está ao controlo circunferencial que o cerca, a tantas frentes e olhos e lentes quantos os ecrãs que o rodeiam, mas dotando-o também, em dados momentos ou mesmo em simultâneo, de capacidades próprias de controlo, de meios – pelos dispositivos ecrânicos que maneja –, como se cada um de nós se pudesse transformar em mais um Agente Smith, como no filme *The Matrix* (Wachowski e Wachowski, 1999).

Apropriando-nos da ideia de Marshall McLuhan de que somos transformados pelas inovações tecnológicas, procuraremos nesta investigação uma resposta para a questão de *Como podem os nossos comportamentos ser modelados pela vivência numa sociedade ecranizada de controlo e vigilância?* Assim, almejando fornecer um entendimento do produto de uma tal relação, procederemos pela investigação da natureza do meio que constituem os ecrãs, da forma como os vemos, da sua proliferação na sociedade contemporânea e da sua evolução, traduzida por um esforço de ecranização de outros meios que não é o de uma mera multiplicação de formas e suportes, de novas aparências. A ecranização dos meios não é apenas uma operação plástica, estética; ela resulta no alargar dos poderes dos ecrãs – na extensão da sua rede –, abrindo portas para o equacionar de um regime panóptico digital como o que sumariamente tentámos apresentar neste capítulo introdutório. Em que se traduz, então, um tal regime, onde está esse regime hoje em dia e, sobretudo, quais são os seus limites e as suas consequências na (re)estruturação da sociedade?

Se, de acordo com McLuhan, e «como qualquer outra extensão do Homem, a tipografia teve consequências psíquicas e sociais que de um momento para o outro transformaram os anteriores limites e padrões de cultura» (2008: 179), deveremos aceitar que a nossa rede electrónica, rede ecrânica, também modelará necessariamente, e de forma radical, a nossa vida – mental e social –, as nossas acções e, bem assim, os nossos comportamentos.

«A rede ecrânica transformou os nossos modos de vida, a nossa relação com a informação, o espaço-tempo, as viagens e o consumo: tornou-se um instrumento de comunicação e de informação, um intermediário quase inevitável na nossa relação com o mundo e com os outros. O ser é, cada vez mais, ser ligado ao ecrã e interconectado nas redes.» (Lipovetsky e Serroy, 2010: 251)

Prova do carácter profundo desta alteração do nosso modo de vida pela rede de ecrãs que, como pretendemos dar prova, é sustentada por diversos autores, é que talvez nada nos incomode mais do que o receio, ou o pânico, de que todos os ecrãs se apaguem: «The obsessive fear of the Americans is that the lights go out.» (Baudrillard, 2010: 51); ou de que os telemóveis percam a rede – a interrupção inesperada, não só da comunicação ela própria, mas desde logo da *possibilidade* da comunicação, algo que talvez nos aterrorize mais profundamente: o terror de um ataque nuclear não advém apenas do grande número potencial de perdas humanas, mas talvez sobretudo do caos comunicacional – a obliteração

da possibilidade de comunicar – em que a destruição da rede mergulharia os sobreviventes; a comunicação, hoje, é o edifício agregador do nosso mundo. Não é, portanto, sem razão que os analistas usam a expressão do *regresso à Idade Média* para falar do cenário pós-apocalíptico de um ataque nuclear. A Idade Média – curiosamente, a das Trevas, onde as luzes estavam apagadas – é a nossa imagem de um mundo sem electricidade e sem electrónica, de um mundo sem os nossos sistemas de comunicação em rede, de um mundo eminentemente desértico e de centros sem periferias, e de periferias elas próprias tornadas centros pelo seu isolamento; só faz sentido falar de periferias se houver vias de comunicação – e a partir de certo ponto – o dos meios virtuais –, já nem sequer aí: «A velocidade eléctrica cria centros por toda a parte. Com isso, deixam de existir periferias neste planeta.» (McLuhan, 2008: 105)

Bastou, portanto, uma geração progressivamente electrónica – a dos anos 50 e 60; curiosamente, a que cresceu com a ameaça do nuclear – para que não nos pareça mais ser possível viver sem ecrãs, e para que se tenha tornado insuportável a presença de um ecrã desligado – como se a parede da sala se tornasse assim mais opaca e evidente, mais próxima do espectador, ou como se se tornasse óbvio que não vivemos no centro mas sempre na periferia altamente dependente das suas vias de comunicação. A ausência dos ecrãs tornou-se para nós impossível porque eles testemunham, se não outra coisa, pelo menos o ritmo da nossa vida actual, a nossa forma de habitar o mundo, os nossos esquemas de percepção e atenção, os nossos modos de consumo e associação, os nossos interesses; os ecrãs identificam-nos no mundo, integram-nos nele, trazem-no perante nós e colocam-nos a nós perante ele, inscrevem-nos na corrente dos discursos, dos acontecimentos e das práticas que nos compõem como parte da sociedade. Por outras palavras, os ecrãs ligam-nos ao mundo, possibilitam a comunicação entre ele e nós, e ao fazê-lo tornam-nos parte integrante da massa; pela comunicação fundam uma verdadeira comunidade, comunidade evidenciada como partilhadora de uma História e de um património de discursos e sentidos e vivências. É isto que McLuhan quer dizer quando afirma que a tecnologia electrónica retribaliza (2008), e quando diz que «the new electronic interdependence recreates the world in the image of a global village» (McLuhan e Fiore, 2008: 67), ou seja: que a nossa sociedade dos ecrãs é uma sociedade onde deixou de ser possível não ser um «ser ligado ao ecrã e interconectado nas redes» (Lipovetsky e Serroy, 2010: 251), não só porque no isolamento frente ao ecrã estamos talvez mais dentro do mundo do que se afastados dele,

mas também porque hoje é nesse cenário virtual que a informação e os acontecimentos convergem, onde o sentido se joga e em que a socialização se concretiza; uma espécie de território hiper-real sobrepovoado, de simulação do real (Baudrillard, 1991) e das relações interpessoais que ultrapassa o próprio real, real onde vivemos porventura até menos intensamente e mais distantes do outro e do mundo:

«A ficção já não substitui o real, é a própria realidade que se ficcionaliza através de um dispositivo cénico que não é "nem verdadeiro nem falso", que leva mais longe a ficção ao integrar nela o "real" das personagens, que cria uma espécie de incerteza quanto à realidade, duplicada pela hiperrealidade mediática.» (Lipovetsky e Serroy, 2010: 215) (aspas no original)

Relembrando mais uma vez o célebre adágio *Se não passou na televisão é porque não aconteceu*, compreendemos que é também esse o papel da rede ecrânica, de uma «hiperrealidade mediática»: o de concretizar os acontecimentos pela sua partilha significativa, pela participação e inscrição dos indivíduos numa cronologia de discursos e acontecimentos, como se pudéssemos hoje dizer que *Se não foi partilhado nas redes [sociais, virtuais] é como se não tivesse acontecido*. É desta grande dimensão da sociabilidade, em certa medida desterritorializada e universal, porque virtual, que McLuhan fala ao referir que «as culturas tribais [como o autor diz que é a nossa cultura electrónica] não podem acolher a ideia do indivíduo, do cidadão isolado» (2008: 98).

Ao falar dos jornais, McLuhan acentua o carácter participativo do meio, graças ao envolvimento e à exposição comunitária que ele fomenta; esse é o seu carácter «mosaicista» (2008: 210), isto é, de mosaico, de uma construção colectiva e olhar pluralista: uma «imagem colectiva da sociedade em acção» (2008: 210). E se é possível pensar os jornais nestes termos, poderemos induzir que assim será também possível falar dos nossos meios ecrânicos, virtuais – para os quais, de resto, os jornais também migraram. É por constituírem esse mosaico que os nossos meios electrónicos exigem a rede e não podem conceber o indivíduo isolado: «Agora, a escrita e a velocidade eléctricas lançam sobre ele [o indivíduo], de forma instantânea e incessante, as preocupações de todos os outros homens. O homem torna-se de novo tribal.» (McLuhan, 2008: 180) Essa é simultaneamente uma conquista e exigência dos meios electrónicos, porque se lhes tornou impossível comportar a existência de um sujeito só e desligado, precisamente porque isso rompe não só com os pressupostos económico-políticos de uma sociedade capitalista de massas – sociedade que lhes dá força ao constituir os Homens não como sujeitos mas como

indivíduos, seres massificados a quem se podem dirigir; público *marketizável* – mas também com o trilho que a evolução tecnológica tem percorrido, no sentido da comunicação instantânea, multi-mediática, da transportação e da transmissibilidade totais que caracterizam a nossa sociedade ocidental da velocidade, do excesso, do máximo – garantes da informação e das trocas que configuram o sucesso mediático. A rede não pode subsistir sem os seus vértices, assim como um qualquer sistema se desmorona se desaparecem as suas células; é daí, talvez, que advém o carácter exponencialmente expansivo da rede, o seu funcionamento cada vez mais viral, a tónica na partilha e no número de ligações, a arquitectura dos sistemas centrada na participação e na interacção, e na sempre aberta possibilidade de comentar e responder – garantes da sua sobrevivência:

«Electric circuitry profoundly involves men with one another. Information pours upon us, instantaneously and continuously. (...) instant communication insures that all factors of the environment and of experience coexist in a state of active interplay.» (McLuhan e Fiore, 2008: 63)

Ora, será porventura esta dupla situação da interactividade da rede – condição de sobrevivência do próprio sistema e sua primeira consequência – que aproxima os Homens uns dos outros, e do mundo, e contribui de forma decisiva para a avaliação que McLuhan – entre outros autores, como Gilles Lipovetsky, Jean Serroy e mesmo Vivian Sobchack – faz do papel dos *media* enquanto modeladores das relações humanas, da forma do social. A «hiperrealidade mediática» de que Lipovetsky e Serroy falam, em aproximação às teses de Jean Baudrillard, é disso explícito sintoma, já que essa hiperrealidade não se reporta senão à fundação de um determinado estado de coisas, a uma realidade segunda – terceira, na terminologia de Baudrillard (1991) – cujas fundações assentam nos discursos e nos cenários erigidos pela virtualidade dos meios electrónicos: «Há que pensar antes nos *media* como se fossem, na órbita externa, uma espécie de código genético que comanda a mutação do real em hiper-real.» (Baudrillard, 1991: 45)

Pretendemos demonstrar, então, que não é apenas a troca e a transmissão, no seu resultado, no facto puro de algo ser enviado e de algo ser recebido, que as devemos analisar, mas também nos seus processos, nos seus usos, quer dizer, no seu significado e consequências, na forma como alteram os nossos padrões de sociabilidade:

«Os meios de transporte não se limitam a transferir algo, mas também traduzem e transformam o transmissor, o receptor e a mensagem. O uso de qualquer meio ou extensão do homem altera os padrões de interdependência entre as pessoas, do mesmo modo que modifica as relações entre os nossos sentidos.» (McLuhan, 2008: 103)

Este é o pressuposto que serve de base a esta investigação, e foi essa preponderância da rede de ecrãs que compõe a nossa sociedade que tentámos aflorar, caracterizando-a, neste breve capítulo introdutório. Se, como McLuhan afirma, e tal como procurámos provar ao longo dos anteriores parágrafos, «Societies have always been shaped more by the nature of the media by which men communicate than by the content of the communication» (McLuhan e Fiore, 2008: 8), importa que nos debrucemos sobre tais meios de comunicação para compreender a natureza desta nossa sociedade ecranizada de controlo e vigilância, e a forma como nos perspectivamos e movemos nela.

Capítulo 2 – O Ecrã

2.1. O que é um ecrã?

Os ecrãs multiplicam-se hoje como nunca antes, e parecem mesmo tender para um crescimento exponencial (eTForecasts, 2011; Hageman, 2011; Holt, 2011; ITU, 2011; Nielsen, 2010), partilhando cada vez mais o mundo connosco. Hoje revestidos de formas muito diversas, porque também declinados para diferentes propósitos e integrados em diferentes equipamentos, os ecrãs tornaram-se comuns no nosso relacionamento com o mundo, connosco próprios e também com o outro. Todos os dias lidamos com ecrãs, e parecemos saber, sem qualquer dúvida, quando estamos perante eles. Mas significará isso que sabemos defini-los?

Segundo o dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, etimologicamente a palavra ecrã deriva do termo francês *écran*, utilizado no século XVIII como «pano que serve para proteger do calor de uma fogueira ou lareira», e empregue no holandês como *scherm*, significando «biombo, paravento, tela» (Houaiss e Villar, 2003: 3152, Tomo VII). Estes significados originários da palavra ecrã revestem-se para nós de particular relevância porque nos permitem pensar sobre a natureza destas superfícies. Concebemos os ecrãs como objectos através dos quais, sobretudo, comunicamos, através dos quais anulamos os constrangimentos da distância (e até do tempo) e nos aproximamos – «a window through which we can be present in a place thousands of miles away» (Manovich, 1995: 1). Porém, munidos da sua etimologia, podemos compreender que, no acto de aproximarem os indivíduos uns dos outros, aquilo que os ecrãs tornam explícito é precisamente a distância que os afasta e que os impede de comunicar em presença: se comunicamos por meio de um ecrã é porque não o podemos fazer pessoalmente; é isto que o ecrã realça, e será, talvez, por isso, que alguns utilizadores diários da internet apresentam sinais de solidão e depressões relacionadas com o isolamento (Castells, 2010: 387). «To see is *to have at a distance*» (Merleau-Ponty, 1964 *apud* Sobchack, 1994: 91; itálicos no original) ou, como Lev Manovich refere na definição que faz do objecto ecrã: «It is by looking at a screen (...) that the user experiences the illusion (...) of being physically present somewhere else» (Manovich, 1995: 1). O ecrã, então, será primeiramente um dispositivo que procura anular a distância, equipamento agregador que nos põe em presença do outro distante – isso podemos aferir, desde logo, da utilização quotidiana que fazemos dele –; e afinal, é

também isso que McLuhan afirma quando cunha a expressão «aldeia global» (McLuhan, 2008: 48; McLuhan e Fiore, 2008: 63), sítio onde o indivíduo é devolvido a uma existência eminentemente tribal, uma sociedade marcada por interdependências e pela consequente necessidade de proximidade e diálogo, de filiação e identificação: «As culturas tribais não podem acolher a ideia do indivíduo, do cidadão isolado.» (McLuhan, 2008: 98), ou:

«Agora, a escrita e a velocidade eléctricas lançam sobre ele [o Homem], de forma instantânea e incessante, as preocupações de todos os outros homens. O homem torna-se de novo tribal. A família converte-se de novo numa tribo.» (McLuhan, 2008: 180)⁵

O ecrã torna-se, assim, metáfora performativa na relação do Homem com o seu mundo, pois no reconhecer da distância que fisicamente separa um indivíduo de outros, é o ecrã que, em simultâneo, procura ocultar a sua própria natureza de mediador para dar aos indivíduos a presença tão real quanto possível do outro, aproximando-os assim culturalmente, social ou até politicamente. Recordemos McLuhan: «Electric technology fosters and encourages unification and involvement.» (McLuhan e Fiore, 2008: 8) Esse parece, aliás, ser o grande triunfo do ecrã: o de trazer tudo próximo, superando a roda e a auto-estrada, o caminho-de-ferro e a máquina a vapor, e até mesmo o avião – «transição da ideia de transporte para a de informação através da electricidade» (McLuhan, 2008: 103) –, e é também nesse sentido que podemos afirmar o espaço visual como uniforme, contínuo e conectado (McLuhan e Fiore, 2008: 45), como Lipovetsky e Serroy afirmam, em clara aproximação às teses de McLuhan:

«Com a transmissão eléctrica das imagens à distância, o mundo exterior e longínquo é visto imediatamente e ao mesmo tempo por milhões de pessoas. Imediatismo, ubiquidade, simultaneidade: o pequeno ecrã pôs homens e mulheres em contacto com o grande mundo, agora sem fronteiras». (Lipovetsky e Serroy, 2010: 205)

Ora, a existência dessa demarcação, dessa fronteira entre dois espaços onde se situa o ecrã, ainda que possa parecer evidente, deve merecer a nossa atenção. Quando falamos da distância entre quem vê e aquilo vê, será legítimo e provavelmente útil que consideremos dois momentos, dois processos: um, de separação entre o Eu e o ecrã; outro, de separação entre o Eu e o retratado no ecrã, que ao ser trazido perante nós pelo ecrã é intensificado na sua distância – daí o sentimento de estranheza e curiosidade que sentimos quando, num

⁵ Sintomático disto é até que, nas teorias do *marketing* e no âmbito das redes sociais possibilitadas pela rede de ecrãs, tenha surgido precisamente o conceito de «tribo», ou de «marketing tribal», como a forma de promover uma marca/produto por meio de uma comunicação altamente centrada num público-alvo muito específico – a tribo –, público esse caracterizado pela grande atenção e capacidade de mobilização em torno do assunto agregador.

estádio de futebol, uma câmara nos filma nas bancadas e nos coloca simultaneamente nos ecrãs gigantes. Notoriamente, como afirma Lev Manovich, o ecrã actua como uma janela; precisamente, como uma janela para outro espaço (1995: 2). Porém, como acontece de forma exemplar no ecrã do cinema, da televisão, ou mesmo numa fotografia ou num quadro (estes dois últimos correspondendo à definição que Manovich faz de ecrã clássico (1995: 2)), o autor russo ressalva que há uma diferença de escala indissociável dessas «janelas», uma diferença entre o espaço da representação e o espaço por nós habitado. E é forçoso que assim seja, quer dizer, que o representado seja servido num formato adequado ao espaço da representação. É por traduzir a realidade numa dimensão manipulável que a fotografia, como a pintura, puderam ter sucesso, permitindo tornar próximo, portabilizando-o, o distante e intransportável. Afinal, não é senão por este normal entendimento sobre a dimensão e leitura das superfícies de representação, sejam elas ecrãs ou não, que o conto de Borges, «Sobre o Rigor na Ciência», (1982: 117) ganha sentido e expressão, caricaturando um Império em que o seu mapa o representava tão exactamente que a dimensão de ambos coincidia, a representação fisicamente assente sobre a totalidade do corpo representado. Porém, os ecrãs procedem de forma diferente do mapa de Borges: ainda que agindo sobre o território, eles já não se confundem com ele; para usar a terminologia de Jean Baudrillard, eles não são já o duplo, a cópia, mas sim o simulacro (1991: 8); eles têm uma escala própria e não partilham com o representado um mesmo lugar físico, de coincidência espacial – eles povoam-no, disseminando-se pelo espaço. O que a distância ao real representado, alterado na sua escala, permite, é precisamente o acesso ao mundo de qualquer terminal, de qualquer lado, tempo ou espaço, à imagem do turista que depois da viagem pode, no conforto da sua casa, visitar todos os locais por onde passou num álbum de fotografias que lhe cabe no colo. Vivian Sobchack fala-nos de uma presença cinematográfica, do movimento de um *There* [lá] das situações trazido perante o *Here* [aqui] do corpo (1994: 99):

«That is, as the multiplicity and discontinuity of time are synthesized and centered and cohere as the *experience* of a specific lived-body, so are multiple and discontinuous spaces synopsisized and located in the spatial *synthesis* of a particular *material* body.» (1994: 99; itálicos no original)

É certo que Sobchack se dirige essencialmente ao ecrã de cinema, à superfície da projecção, mas se, como a própria autora norte-americana refere, «we are all part of a moving-image culture and we live cinematic and electronic lives» (1994: 83),

independentemente dos nossos hábitos de consumos mediáticos, podemos talvez entrever aqui o cinema como tradução da vida noutra escala: de outra ordem de grandeza, instância transformadora do *aqui* e do *agora* dos acontecimentos; os cortes e planos como reduções portáteis do real em unidades passíveis de apreensão e operação, quer dizer, os espaços descontínuos e os tempos descontínuos coerentemente organizados enquanto corpo cinematográfico (Sobchack, 1994: 99). De forma análoga, ainda que falando da tipografia, Marshall McLuhan constrói a ideia de mosaico (2008: 210) já por nós referida no capítulo anterior. Diz-nos o autor que a imprensa «prolongou as mentes e vozes dos homens para reconstituir o diálogo humano a uma escala planetária, unindo todas as eras.» (2008: 179) Hoje, porém, com os *media* electrónicos, fundados sobre o ecrã, podemos dizer que o diálogo humano já não une apenas todas as eras, mas também todos os lugares. E que quer isso dizer senão que todas as «mentes e vozes dos homens» se tornaram unidades transmissíveis e consumíveis, a partir do momento em que entraram na corrente mediática? Manuel Castells formula exemplarmente esta importante conquista dos ecrãs, dizendo que «All major social changes are ultimately characterized by a transformation of space and time in the human experience.» (Castells, 2010: xxxi) Assim, se sentados em casa em frente à televisão ou nos transportes públicos com um *smartphone* estamos tão próximos de uma manifestação em frente à Assembleia da República, em Lisboa, como do World Trade Center, em Nova Iorque, ou mesmo da superfície lunar (a transmissão da Apollo 11 em 1962 foi vista por milhões de espectadores em todo o mundo, e provavelmente seria hoje transmitida em directo em todos os ecrãs), não é já a geografia dos acontecimentos que importa. Hoje já não se põe tanto a questão de poder aceder ou não aos conteúdos, mas sobretudo a questão de como a eles aceder: multi-câmaras, *live streaming*, 3D, interactividade e aplicações *mobile*, infografias, etc.

Mas, se até ao momento nos reportámos a essa distância que o ecrã procura apagar, tornar irrelevante pela sua existência, trazendo o distante perante nós, importa também que nos detenhamos, neste ponto, sobre a própria distância entre o Eu que vê e o ecrã que é visto, pois é essa a relação seminal daquilo que é a vida na nossa sociedade eminentemente cinematográfica (Sobchack, 1994; Lipovetsky e Serroy, 2010), «vida híbrida quotidiana» (Castells, 2010: xxix; tradução nossa) onde o real e o virtual se interpenetram e podem confundir.

Manovich define um ecrã clássico como uma superfície plana e rectangular, para um visionamento frontal (1995: 2) e, ainda que na genealogia dos ecrãs que o próprio constrói se constate uma evolução do ecrã clássico para o ecrã dinâmico, e deste para o ecrã de computador, aquilo que se verifica é sobretudo uma adição de características (no dinâmico, o movimento; no do tempo real, ou do computador, a visão simultânea de diferentes janelas e posteriormente a interactividade), e não uma alteração da superfície em si, nem do seu formato tendencialmente rectangular e plano. Assim, entre televisões, computadores, *tablets* e, em certa medida, até nos telemóveis, para nomear apenas alguns, mantém-se um determinado regime visual, uma lógica do espectador-utilizador, sentado em plano frontal ao ecrã plano e rectangular, a uma distância considerada segura e saudável para o olho. Ainda que necessária pela anatomia e alcance do olho, e pelas características de uma superfície tecnológica para ele construída, o que significa essa distância, essa disposição espacial? Será legítimo argumentar que o que tal distância torna relevante é, não o espaço físico que resulta desse afastamento entre o espectador e o aparelho, mas sim a posição em que coloca o primeiro, exigindo dele que se comporte de forma que permita o visionamento do ecrã, voluntariamente colocando-se ao seu serviço – e já não ao contrário? O ecrã exige atenção, ele domina o olhar com uma força gravítica que nos convoca a todo o momento, dada a sua capacidade de mudar constantemente; o sempre novo que coloca em cena. Mais do que isso, o ecrã exige um certo posicionamento do corpo, um comportamento adequado à visualização. Essa situação em que o ecrã nos coloca atesta o seu poder, e permite entrever, desde logo, a sua apetência pelo controlo dos indivíduos: desde a invenção da *camera obscura*⁶ que a possibilidade de ver – ou reproduzir: a *camera obscura* foi amplamente utilizada pelos pintores do renascimento como instrumento técnico – exigia a prisão do corpo dentro dela (Manovich, 1995: 9). Na fotografia, sobretudo nos seus primórdios pelas longas exposições necessárias, mas, de alguma modo, ainda hoje, é preciso que o retratado se imobilize para que a sua imagem se possa fixar. No cinema, a sala converteu-se em prisão, onde mergulhados na escuridão, impedidos de falar ou de se mexerem, os espectadores assistem ao filme como um pintor numa *camera obscura* (Manovich, 1995: 10).

⁶ Embora se pense que os princípios ópticos subjacentes às câmaras do tipo *pinhole* fossem conhecidos desde a Grécia Antiga, a construção e utilização de *cameras obscuras* assentes em tais princípios e sob a forma quer de caixas quer de tendas ou cabines móveis só se difundiu entre o final do século XVI e o início do século XIX. (Crary, 1992)

Ainda assim, se a lógica do espectador era predominante na era da televisão e do cinema – quando todos os ecrãs tendiam para essa forma de emissão fechada e linear –, hoje, e desde a instauração de uma era dos computadores, triunfa a lógica do utilizador, ou pelo menos um certo regime híbrido. Hoje, o ecrã do computador é o modelo de todos os ecrãs: interactivo, personalizável, multiforme – os computadores, os telemóveis, os *tablets*, os leitores de música (que hoje são também de vídeo) comportam tudo: texto, fotografia, vídeo, som, aplicações interactivas. E até a nossa actual televisão se transformou em televisão interactiva, e suporta hoje jogos e rádio. São claras as diferenças entre a relação do indivíduo com o ecrã de televisão tradicional e com os actuais ecrãs de computador, mas nem por isso se perdeu a lógica do controlo e da vigilância: na verdade, o controlo pôde assim estender-se, porque os ecrãs inspirados no computador permitem uma maior diversidade de acções, e a sua portabilidade é também maior: «from that moment on, we will carry our prisons with us» (Manovich, 1995: 14). Essas diferenças acentuam-se se estabelecida a comparação com os equipamentos de Realidade Virtual ou das já existentes

lentes de contacto com circuitos eléctricos integrados (Lingley e Parvis, 2008). Se os ecrãs deviam, antes e como tudo, estar a alguma distância do olho, como entendido pela mais antiga tradição filosófica – metafórica e literal –, do distanciamento como condição para o bom entendimento, é até possível argumentar, hoje, que os ecrãs cruzaram essa fronteira. Dispositivos de Realidade Virtual e lentes de contacto com circuitos integrados anulam qualquer distância, uma vez que os dispositivos nos

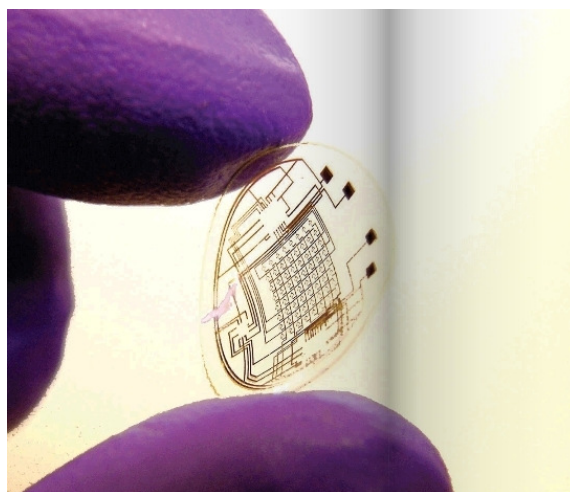


Figura 2 – Lentes de contacto com circuitos integrados desenvolvidos pela Universidade de Washington, EUA (GovTech)

entram efectivamente pelos olhos dentro, invasivos e impossíveis de ignorar, já se escusando a reclamar a nossa atenção, a lutar pelo nosso olhar, na medida em que ambos agora coincidem. Será, talvez, por isso que a Realidade Virtual nos suscita tanto interesse, por romper profundamente com a visão tradicional do espectador e com esta lógica de separação. É que a Realidade Virtual, mais do que uma «janela» por onde olhar, para usar o termo de Manovich (1995), será talvez uma porta por onde entrar, convocados que somos

a anular a distância, a procurar o contacto, a agir na imagem, agora uma imagem à nossa medida, à medida do próprio espaço real – o ecrã torna-se, assim, o próprio real, o espaço a habitar (Baudrillard, 1991; 2010). As lentes de contacto providas de circuitos eléctricos, por sua vez, vêm também ao encontro desta lógica tendencialmente totalizante do ecrã; elas tornam óbvia a impossibilidade de escapar à informação virtual, uma vez que, aí, ela coincide já com o olho. Em 1995, Manovich preconizava já esta contaminação dos campos do ecrã e do corpo, afirmando que «the retina and the screen will merge» (1995: 14), mas mesmo o próprio autor admitia que esse talvez fosse um cenário futurista que poderia nunca se cumprir como real. Não passaram, porém, sequer duas décadas para que se rompesse a necessidade de distância face ao ecrã, e com essa ruptura quebrou-se, eventualmente, a derradeira barreira, e os ecrãs podem a partir de agora entrar no corpo do espectador. É talvez o culminar da evolução ecrânica, de um esforço de integração cada vez maior na vida dos seus espectadores, progressivamente transformados em utilizadores, e depois disso talvez em «servomecanismos», nas palavras de McLuhan (2008).

No início, era o ecrã de cinema, partilhado por um grande colectivo em simultâneo, a grande distância do olho e do corpo. Depois, o cinema deu lugar à televisão, que aproximava mais o ecrã do olho e que reduzia já o conjunto de espectadores em simultâneo, e que permitia até a desagregação do conjunto (hoje, com a televisão interactiva e a possibilidade de gravar programas, é cada vez mais a essa individualização da programação que assistimos, cada um vendo aquilo que quer ver, à vez)⁷. Depois da televisão, vieram os computadores pessoais (a sua denominação poderá desde já deixar entrever o raciocínio que aqui seguimos), depois os leitores de DVD portáteis, leitores de música e vídeo, os telemóveis, os *e-readers*, entre outros, que naturalmente potenciam o uso do ecrã cada vez mais próximo do corpo, uso cada vez mais individual e solitário. E se nesses dispositivos vislumbrássemos ainda qualquer hipótese de partilha, de uma passagem de mãos, as lentes de contacto vêm anular esse último reduto de sociabilidade ou de comunidade em torno do ecrã – Lipovetsky e Serroy falam mesmo de uma «privatização do ecrã» (2010: 204). E essa acentuada evolução em direcção à maior proximidade com o olho não será, certamente, inocente ou inócua:

⁷A este respeito, Manuel Castells refere um estudo realizado no Annenberg Center for the Digital Future, da Universidade de Southern California (USC), em que os entrevistados se mostraram incapazes de compreender o conceito de assistir a uma grelha de televisão totalmente definida pela estação emissora. (Castells, 2010: XXVII)

«although the screen in reality is only a window of limited dimensions positioned inside the physical space of the viewer, the latter is supposed to completely concentrate on what is seen in this window, (...) disregarding the physical space outside.» (Manovich, 1995: 2)

Mais uma vez, e como já tínhamos observado no início do parágrafo anterior, parecemos testemunhar um esforço do ecrã para se fundir com a totalidade do espaço, seja pela sua predominância, isto é, pela forma como procura preencher todo o espaço visual do espectador, seja pela sua integração, a sua infiltração em vários equipamentos – e até no corpo do espectador. Neste momento será, então, interessante resgatarmos as origens mais remotas do termo ecrã, situadas no sânscrito, que aqui se tornam especialmente significativas, tal como nos refere Fernando Ilharco:

«Yet, the word screen still suggests another interesting signification, further away from us in history. It is a word “probably akin” (MW) to the the Sanskrit (1000 BC) words *carman*, which meant "skin", and *krānti*, which signifies "he injures" (...) This Sanskrit clue suggests thus that the notions of protection, shield, barrier, separation, arose as metaphors of the concept of skin, possibly that of human (or animal) skin.» (Ilharco, 2008: 3)

Se anteriormente nos detivemos no ecrã enquanto barreira ou escudo, estabelecendo fronteiras num esforço para transformar o distante ou o que nos agride em próximo, seguro e acessível – como a televisão ou, mais imediatamente, o próprio pára-brisas [*windscreen*] (Ilharco, 2008: 3) dos nossos automóveis, devemos agora considerar o ecrã como pele, «screen as skin» (Ilharco, 2008: 2) e, nesse sentido, necessariamente como uma extensão do corpo, para usar a terminologia de McLuhan (McLuhan e Fiore, 2008). Em McLuhan encontramos o livro como extensão do olho (McLuhan e Fiore, 2008: 34-37) e a roupa como extensão da pele (McLuhan e Fiore, 2008: 38-39). Agora, porém, o ecrã parece ameaçar tomar o lugar de ambos: do livro, duas vezes, porque não só enquanto superfície do olhar para outros lugares ou acontecimentos – o ecrã já é, desde o seu surgimento, uma extensão do olho –, mas também como verdadeiro dispositivo *cyborguiano* de extensão, por ampliação, das faculdades do corpo (as lentes de contacto eléctricas permitem a leitura de dados biométricos, velocidade de deslocação, distância aos objectos, etc.); da roupa, porque o ecrã passa quer a fazer parte dos próprios tecidos do corpo, ao revesti-lo (como nas referidas lentes de contacto), quer a integrar as próprias roupas. A este respeito torna-se útil referir a tecnologia desenvolvida pela France Telecom, que integrou com sucesso ecrãs flexíveis em peças de roupa (Hanlon, 2004), tecnologia hoje já no mercado, ou o caso da Toyota, que desenvolveu um protótipo de veículo em que não apenas o interior, mas

sobretudo o exterior, é composto por um grande ecrã que reveste todo o veículo, permitindo ao proprietário não só consultar o e-mail ou aceder à internet no ecrã táctil de que é agora constituída a carroçaria do seu automóvel, mas também, entre outras coisas,

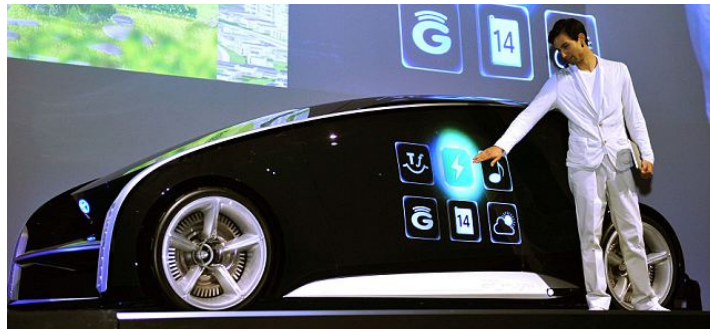


Figura 3 – Protótipo de automóvel com *touch-screen*, da Toyota (AFP/Getty Images)

alterar a sua cor ou personalizá-lo com a mesma facilidade com que coloca um novo *wallpaper* no ambiente de trabalho do seu computador. (TeK sapo, 2011)

Neste sentido, verificamos que o ecrã é um suporte cada vez mais invasivo, a entrar no corpo pela sua miniaturização e, simultaneamente, em direcção ao ecrã gigante, e não apenas em sítios como Times Square (Nova Iorque), Piccadilly Circus (Londres), ou mesmo a já desactivada Praça Sony (Expo 98, Lisboa), mas também na casa de cada um de nós, onde os ecrãs são cada vez maiores, tendo até, para isso, deixado os tradicionais suportes em móveis ou em bases sobre o chão para tendencialmente passarem a ocupar as paredes, o que abre espaço para a sua extensão potencial a toda a grande superfície da parede da sala: «no futuro pode imaginar-se um ecrã que, em vez de ser pendurado, acabaria por se fundir com a parede. Assim, o material de que é feita a casa seria ele mesmo ecrã: o ecrã feito mundo.» (Lipovetsky e Serroy, 2010: 276)



Figura 4 – Edifício de paredes inteiramente revestidas por ecrãs, em Times Square, Nova Iorque (Hugo Almeida)

Reportamo-nos aqui a estes dois movimentos na evolução do ecrã – a miniaturização e a maximização – apenas para testemunhar a multiplicidade das suas ocorrências, e também a dificuldade em definir o ecrã de forma hermética e concludente, tendo em conta a sua existência camaleónica, multiforme. Mais adiante, no subcapítulo 2.2. *A Ecranização e a Rede*, retomaremos este duplo movimento da evolução do ecrã, mas com o propósito de o pensar enquanto meio tendencialmente omnipresente, possibilitando a existência e expansão de uma ampla rede capaz de modelar as nossas acções no e com o mundo.

Se começámos o presente capítulo ambicionando definir claramente o ecrã, começa a tornar-se evidente a dificuldade de tão complexa tarefa, uma vez que a profusão de dispositivos ecrânicos concorre para a multiplicação dos seus formatos, implodindo desde logo qualquer possibilidade de encerrar o ecrã em limites bem definidos quanto às suas características. Ainda que existam tendências, e nos seja possível afirmar uma grande maioria dos ecrãs enquanto partilhadores de um conjunto de características, como sejam a planura da sua superfície ou o seu formato rectangular, ou ainda a sua distância ao indivíduo, a verdade é que não constitui qualquer dificuldade ou obstáculo o encontrar de dispositivos que escapem a estas tentativas de definir o seu universo numa só enunciação infalível: tomemos como exemplo os ecrãs *omnimax*, para projecções de 180°, como o da Géode, no Parc de La Villette, em Paris, (que rompem com a tradicional tendência para a superfície plana e rectangular) ou invenções que ainda nos parecem fazer parte da ficção científica, como as referidas lentes de contacto com circuitos integrados (que rompem, sobretudo, com a noção de distância entre o indivíduo e o ecrã), assim como os dispositivos de Realidade Virtual, ou os mais recentes ecrãs, tácteis e totalmente flexíveis (Graham-Rowe, 2009), entre outros.



Figura 5 – Ecrã flexível desenvolvido pelo Flexible Display Center, da Universidade do Arizona, EUA (FDC-UA)

É, porém, forçoso que algo reste de comum a todos os ecrãs quando despidos de tudo aquilo que os envolve, de tudo aquilo que lhes é único na capacidade de os diferenciar uns dos outros, sob pena de deixarmos de os conseguir reconhecer como ecrãs. Parece, então, que a única característica que se mantém comum a todas as ocorrências de ecrãs, e que está

necessariamente ligada à natureza da sua superfície, será a sua virtualidade, a mutabilidade binária dos seus dados e representações, independentemente das características físicas que a permitem. McLuhan dizia-nos que «o meio é a mensagem» (2008: 22), e o meio aqui não pode senão ser essa virtualização, essa superfície digital, flexível e mutável. O que importa é, então, a forma da transmissão e já não estrutura que a envolve, nem sequer o conteúdo que por vezes a oculta – recordemos McLuhan:

«(...) "o meio é a mensagem", pois é o meio que configura e controla a escala e a forma da acção e da associação humanas. O conteúdo, ou os usos, de tais meios são tão diversos quanto incapazes de moldar a forma das associações humanas. Na verdade, é até bastante sintomático que o "conteúdo" de qualquer meio nos impeça de entrever a natureza desse mesmo meio.» (2008: 22; aspas no original)

Aliás, essa característica essencial do ecrã será, talvez, aquela de maior interesse na definição do papel do ecrã na nossa sociedade. Se não outra coisa, o ecrã será, certamente e pelo menos, explicitação do elevado ritmo da vida e dos acontecimentos contemporâneos, testemunho de um mundo que se exige espectacular, da informação em alta-velocidade e da extensão potencialmente infinita do olhar. Não é sem razão que habitualmente nos referimos à televisão como *a caixa que mudou o mundo*. Temos, hoje – já não apenas com a televisão mas com toda uma miscelânea de equipamentos-ecrãs –, a sensação de que o mundo muda a cada momento, e de que nunca os acontecimentos se sucederam a tão elevado ritmo como hoje. Devemos, porém, colocar uma questão: não advirá essa sensação apenas do facto de, pelos ecrãs, termos a cada instante acesso ao que no mundo mudou, quer ao que nos interessa quer àquilo de que não procuramos informação, e de que na era da imprensa talvez nunca chegássemos a conhecer? Ou deveremos inverter a questão?: não será que, mais do que uma sensação, o mundo muda realmente mais depressa pela quantidade de informação de que dispomos e sobre a qual construímos as nossas acções e decisões? Não residirá também aí o poder do ecrã?

O ecrã não deixou de evoluir desde o seu surgimento, e as inovações a que permanentemente assistimos permitem-nos pensar que assim continuará. Podemos imaginar-lhe muitas formas e aplicações, mas talvez não possamos deixar de prever nele essa superfície digital, tendencialmente interactiva e sempre actualizável, mutável, imagem em movimento. Assim bastará, eventualmente, que se aplique a mesma forma virtual a qualquer conteúdo e a qualquer equipamento – com as necessárias nuances técnicas – para que se logre concretizar um ecrã: é a esta formulação que obedece o nosso entendimento

daquilo que é um ecrã, seja ele um computador, uma tela de cinema ou de televisão, um telemóvel ou mesmo uma câmara de videovigilância, etc. Mais do que isso, é essa formulação que valida a hipótese de vivermos, hoje, numa efectiva sociedade dos ecrãs – uma sociedade *ecranizada* em que tudo flui através deles, das ideias aos bens de consumo, e a informação, ela própria, transformada no maior bem de todos.

2.2. A Ecranização e a Rede

Se tudo flui através deles é porque talvez já nada fora deles tenha sentido; eles são as arenas onde o real se joga e onde, pela produção do discurso, o sentido se cria. Como a imprensa, que ao surgir veio, mais do que fixar o discurso, fazer esquecer o que do discurso oral não passou pela prensa de tipos móveis, actualmente o ecrã veio operar uma ruptura similar, igualmente fracturante. É que ele não se limitou, exercendo o poder atractivo das suas imagens em movimento sobre o espectador, a catapultar o seu discurso para uma nova e mais efectiva esfera de atenção. O ecrã logrou, isso sim, inicialmente através da televisão (ou do cinema, que nas primeiras décadas da sua comercialização se assemelhava àquilo que ela própria seria) tornar-se o veículo da comunicação por excelência, uma espécie de centro enunciador e performativo – recordemos o adágio com que praticamente abrimos o primeiro capítulo deste trabalho: *se não passou na televisão é porque não aconteceu*. É esta a prova da pujança da imagem nos ecrãs, desse seu carácter performativo⁸:

«The real power of television, as Eco and Postman have also argued, is that it sets the stage for all processes that intend to be communicated to society at large, from politics to business, including sports and art. Television frames the language of societal communication.» (Castells, 2010: 364)

Se a informação nos chega, hoje, quase exclusivamente por meio de ecrãs (televisão, *blogs*, jornais *online*, *podcasts* e rádios *online* – o som também alcançado através de um ecrã) e se vemos, em média, entre 100 horas (Lipovetsky e Serroy, 2010: 11) – caso francês – e 158 horas por mês de televisão (Nielsen, 2010) – caso norte-americano –, é natural que sejam as narrativas mediáticas, as do ecrã, poderosas pela transmissão de imagens, dos acontecimentos *tal e qual aconteceram – ao vivo e em directo* sempre que

⁸ O célebre programa «No comments», do canal televisivo Euronews, é caso paradigmático. O que importa nele são as imagens, e elas valem por si; dispensam tudo o resto.

possível –, que encontram eco no nosso dia-a-dia, repercutindo-se sobre as nossas acções, conversas, ideias. Será, então, eventualmente necessário rever o antigo adágio, ainda que não o seu significado primário, e propor: *se aconteceu é porque passou na televisão*.

Recuperemos uma citação, que já aqui reproduzimos, de Lev Manovich:

«...the viewer (...) is supposed to completely concentrate on what is seen in this window, focusing attention on representation and disregarding the physical space outside.» (1995: 2)

Todos os ecrãs exigem essa (con)centração do olhar dentro da moldura – a tomada do ecrã pelo real; é essa a condição para a apreensão do visionado – condição para a ilusão, poderia dizer Baudrillard. Parafraseando Manovich, e na senda do que vínhamos afirmando anteriormente, numa sociedade *ecranizada* parece verificar-se uma perda de significado daquilo que está fora da moldura. No entanto, se hoje circulamos cada vez mais entre ecrãs, e se a tendência parece manter-se, resta-nos indagar se ainda existe algo que subsista fora deles. Num mundo ecrânico, restará ainda algo à sua margem?⁹

«Now s/he [o espectador] is fully situated within this other space [virtual]. Or, more precisely, we can say that the two spaces, the real, physical space and the virtual simulated space, coincide. The virtual space, previously confined to a painting or a movie screen, now completely encompasses the real space.» (Manovich, 1995: 3)

Manovich fala aqui da Realidade Virtual ou dos panoramas (que as nossas cidades acabam por reproduzir não só em locais como Times Square – aí exemplarmente –, mas um pouco por toda a parte, de forma mais discreta, onde os ecrãs permeiam os espaços público e privado), reportando-se a um movimento do ecrã que no subcapítulo anterior já introduzimos: o seu desaparecimento pela sua omnipresença, o seu desaparecimento pela sua tomada como realidade: «the grid of electronic communication overlies everything we

⁹ Impõe-se um esclarecimento: há necessariamente eventos que escapam à teia dos ecrãs, ao olho mediático, à sua lógica tendencialmente espectacular. Mais, se a rede tecnológica veio conectar múltiplos indivíduos e territórios entre si, ao mesmo tempo ela excluiu outros, criando profundas desigualdades geográficas no acesso ao mundo (Castells, 2010: XVIII). Não é nosso objectivo o de traçar uma teoria conspirativa em que os ecrãs se tornam postos avançados de um sistema totalitário análogo do *The Matrix* (Wachowski e Wachowski, 1999) ou do *1984* (Orwell, 2008). Ainda assim, olhamos para tais obras como fontes de inspiração, já que podemos encontrar nas suas imagens formas de explicitação do rumo que a nossa sociedade parece seguir, aproximando-se em diversas situações daquilo que tínhamos por apenas ficção. De facto, devemos ter em conta que muitas das tipologias de ecrãs que encontramos hoje foram, de alguma forma, precedidas por modelos semelhantes na literatura ou no cinema. Colocamo-nos, assim, mais na esteira de Lev Manovich: «We may debate whether our society is a society of spectacle or of simulation, but, undoubtedly, it is the society of a screen.» (1995: 1) Em suma, quando colocamos aqui a questão de se algo existe fora da rede de ecrãs, a ideia de que pretendemos dar conta é a de que o ecrã se constitui, hoje e cada vez mais, como o verdadeiro território do sentido: «without this perpetual video, nothing has meaning today.» (Baudrillard, 2010: 37)

do, wherever and whenever we do it (Castells, 2010: xxx) Ou seja, o que tanto a miniaturização como a maximização dos ecrãs torna possível é precisamente o seu desaparecimento, o seu ocultamento, potenciando-se assim a ampliação do seu poder, pois tanto maior será o poder de um meio quanto menor a percepção da sua existência: «The screen disappeared because what was behind it simply took over.» (Manovich, 1995: 14) Será talvez aí que reside o fascínio pelos hologramas, por exemplo, da mesma forma como nos sentimos mais próximos de alguém ao vê-lo através de uma *webcam* do que ao conversar através de um *chat*. Exemplo disso é também o ecrã de cinema, onde as luzes apagadas o tornam figura única a habitar o nosso espaço visual – agigantando-o no processo de escurecer a sala: «everything that surrounds it [o ecrã] is banished into nothingness, remains unnamed, while everything that it admits within its field is promoted into essence, into light, into view» (Roland Barthes *apud* Manovich, 1995: 8). Nessa situação o ecrã funda todo o seu poder; serve-se do seu tamanho – por outras palavras, de se tornar realidade, preenchendo todo o nosso espaço visual – para nos convencer quer da ilusão em que nos pretende imergir, quer da gravidade do real em que nos inclui.

Jean Baudrillard falava de uma «dissolução da televisão na vida» e de uma «dissolução da vida na televisão» (1991: 45). E se esta evolução do ecrã vai no sentido de dissolver todos os ecrãs na nossa «vida híbrida quotidiana» (Castells, 2010: xxix; tradução nossa), no mesmo movimento a nossa vida – o real –, tornou-se, em última instância, indissociável desses espaços mediáticos. A esse propósito, Castells afirma: «They [as redes digitais de comunicação] have made virtuality a fundamental dimension of our reality» (2010: xxxi).

A língua inglesa, pródiga na criação de palavras derivadas do seu radical para as dotar de novos sentidos, dá-nos dessa dimensão de fronteira, do ecrã enquanto lente ou moldura, uma interessante pista: *to screen* ou *to screen out* [examinar, com vista a uma selecção ou eliminação (MW)]; e *screening* [filtragem (MW)]. O ecrã parece envolver sempre uma separação entre o que cabe na moldura e aquilo que deve ficar de fora, por ser descartado. Toda a escolha envolve uma exclusão, uma recusa, um abandono, e será certamente nesse sentido que podemos falar de uma perda de significado daquilo que não tem lugar dentro do ecrã. Assim, se estamos habilitados a falar de um «ecrã-mundo» e de um regime de «*ecranocracia*» (Lipovetsky e Serroy, 2010: 251; itálico no original), reduz-se a pertinência de falar da moldura e daquilo que, por definição, fica fora dela. Em primeiro lugar, a genealogia dos ecrãs de Manovich, de uma distinção entre ecrã clássico, dinâmico,

e interactivo, deve por nós ser entendida apenas como isso mesmo, genealogia, e não como categorização dos ecrãs contemporâneos. Hoje, o ecrã é tudo isso e em simultâneo, e talvez faça sentido falarmos de uma nova era, a do ecrã-em-rede: dispositivos múltiplos, reunindo as atribuições do «clássico», do «dinâmico» e do «interactivo», mas capazes agora de a elas acrescentar a possibilidade de pôr tudo em comum e em permanência. Hoje, a fórmula ecrânica é esta: *tudo* disponível, para *todos*, em *todo* o lado, a *todo* o momento. Este é o objectivo do ecrã-em-rede, espécie de primeiro mandamento da sociedade ecranizada, constelação de dispositivos onde cada ecrã se pode concretizar como centro, como agregador de experiências, eventos, discursos e pessoas, o «ecrã onde se faz tudo e onde se vê tudo (...) ecrã omnipresente e multiforme, planetário e multimediático» (Lipovetsky e Serroy, 2010: 10).

Nas palavras de Manovich, a genealogia dos ecrãs dá-se muito por meio da relação entre a imagem representada e a própria noção de tempo que lhe é associada:

«the idea of temporality: the classical screen displays a static, permanent image; the dynamic screen displays moving image of the past and finally, the real-time screen shows the present.» (Manovich, 1995: 7)

Ora, o que hoje, com esse ecrã total, esse «ecrã-mundo» (Lipovetsky e Serroy, 2010: 251) se alcança, é provavelmente a aniquilação dessa temporalidade. Com a digitalização do Mundo, deixou de fazer sentido falar de tempo ou mesmo de espaço. Tudo se tornou acessível em todos os lugares e em permanência; a prova disso será que tanto acedemos aos ecrãs para, em directo, assistirmos à transmissão de eventos que possam estar a acontecer do outro lado do planeta, como também para aceder a notícias passadas, arquivos históricos, etc. Pela ligação à rede, todos os ecrãs se transformam em todos os ecrãs, em portas para a rede. Essa existência reticular é a concretização da «aldeia global» (McLuhan, 2008: 48; McLuhan e Fiore, 2008: 63). E que melhor exemplo do que, no Portugal de 2011, os dois principais fornecedores de serviços *triple play* (televisão digital, internet e telefone), Meo e Zon, anunciarem assim os seus serviços:

«Meo go! O Meo em todos os ecrãs» (PT, 2011);
«Veja os seus canais e programas favoritos em qualquer lugar e em qualquer ecrã» (PT, 2011);
«Há uma linha que liga todos os ecrãs. Pesquisa, grava, aluga e vê no PC e iPad» (Zon, 2011);
«A tua televisão está agora disponível no computador e tablet sem custo adicional» (Zon, 2011).

«Whatever new era we may be entering today, we still have not left the era of a screen» (Manovich, 1995: 14-15), e se isto era verdade para Lev Manovich em 1995, hoje parece ainda fazer mais sentido. Se os ecrãs sofreram mutações e desenvolvimentos espantosos ao longo destes últimos dezassete anos, as palavras do investigador russo continuam a adequar-se perfeitamente ao nossos dias: «like centuries ago, we are still looking at a flat rectangular surface, existing in the space of our body and acting as a window into another space» (Manovich, 1995: 14). É verdade que os ecrãs se multiplicaram, que ganharam novas formas, dimensões, e que aprofundaram a sua influência sobre a nossa vida e relação com o mundo e com o outro, mas aquilo que sempre esteve na sua génese parece manter-se.

É isto que entendemos por uma *ecranização* dos meios: a expansão da lógica do ecrã, do ecrã como rosto dos equipamentos, do ecrã como meio de contacto com o real, que, irradiando do centro para a periferia, conquista e converte todos os dispositivos. Os livros, tornados ecrãs pelos *e-readers*, são, talvez, o caso mais exemplar desta propagação ecrânica, mas não são o único. Nos automóveis, cada vez mais os painéis de instrumentos se transformam em ecrãs – e proximamente até a carroçaria (TeK sapo, 2011) –; os telemóveis, através do



Figura 6 – Turistas vêem imagens da Basílica da Sagrada Família num ecrã dentro da própria basílica, Barcelona (Hugo Almeida)

touchscreen, dispensam já as teclas, substituindo-as pela sua representação virtual no ecrã táctil; as lentes de contacto, já por nós aqui referidas, estão também elas a ganhar contornos de ecrã (Lingley e Parvis, 2008), assim como o próprio papel (Graham-Rowe, 2009), as montras das lojas, os painéis publicitários nas ruas, os painéis nos aeroportos, estações de metro e comboios, nas caixas automáticas dos supermercados, e até nas molduras que temos em casa, que estão também a transformar-se em molduras digitais – nas palavras de Lipovetsky e Serroy, o ecrã tornou-se «receptor de todas as possibilidades» (2010: 250) e, dada a sua permanente transmissão, os seus incessantes fluxos de informação, ele tornou o Homem em verdadeiro «*Homo Ecranis*» Lipovetsky e Serroy, 2010: 251; itálico no original).

Segundo Manuel Castells, aquilo que permite a rede tecnológica, e a sua expansão exponencial, é o facto de todos os equipamentos terem passado a comunicar numa mesma linguagem (2010: 29; 31-32), linguagem electrónica, binária, digital, sendo os *inputs* dos vários equipamentos traduzidos para assim poderem ser apreendidos e trabalhados por todos os equipamentos, a grande velocidade e a baixo custo. Ora, não será senão a existência dessa linguagem comum que permite também o registo, pois é ela que torna possível a construção de bases de dados automáticas, acessíveis e passíveis de serem lidas posteriormente por outros computadores; da mesma forma, é isso que permite que computadores detectem automaticamente comportamentos desviantes em vídeos de câmaras de vigilância, ou conteúdos potencialmente criminosos em mensagens de texto, nos computadores ou telemóveis.

Quando falamos da rede de ecrãs devemos ter em conta que ela existe e se estende muito além dos ecrãs que estão na nossa mão. Do outro lado da linha também há ecrãs, e mesmo quando pensamos estar *offline*, literalmente fora de linha, a linha continua em nós, ou sobre nós, seja pelos meios que nos vigiam mesmo quando deles não temos consciência (*vide infra* subcapítulo 2.3. *O Olho do Ecrã*), seja pelo regime visual que ela instaurou na nossa sociedade. Como refere Landon: [a tecnologia eléctrica] «has saturated all forms of experience and become an inescapable environment, a "tecnosphere"» (Landon *apud* Sobchack, 1994: 99; aspas no original). É que mais do que uma simples ecranização dos meios, assistimos, assim, a uma ecranização do mundo, e a uma cinematização da própria vida. Se, por um lado, as salas de cinema têm registado uma queda no número de espectadores, não é verdade que o cinema esteja menos presente nas nossas vidas (Lipovetsky e Serroy: 2010: 221, 222). O cinema passou para a televisão, não só nos filmes e na estética espectacular e no ritmo alucinante da publicidade, mas também nos eventos desportivos, nos *talk-shows* e concursos de *prime time*. A televisão contemporânea não se limita a transmitir imagens, mas a entreter e divertir o espectador, a mantê-lo atento e ligado a ela: para isso cria personagens, narrativas, interpela o espectador, procura a sua participação. E esse objectivo passou até para a informação, para as notícias e reportagens, que nas nossas televisões actuais adoptam a estética e a narrativa próprias dos filmes, o seu carácter novelístico: as reconstituições de cenas de acção, os efeitos especiais, os planos arrojados, o *suspense*. Nos ecrãs de computador – e de todos os equipamentos que adoptam a sua morfologia –, em que Manovich assinalava a presença simultânea de múltiplas

janelas (1995), o olhar do cinema está novamente em campo: a plasticidade da imagem, os cortes e planos múltiplos que podemos operar, a grande velocidade do olho entre imagens, os acontecimentos em movimento (os alertas do e-mail, dos leitores de *feeds*, das acções do *Facebook*, *Twitter*, e outros). Mas mesmo fora dos ecrãs, e isso será porventura o dado mais assinalável, a nossa vida também se cinematizou. O elevado ritmo a que vivemos hoje é consequência da velocidade mediática, da rápida – instantânea – transmissão de informação, e o nosso olhar é, ele próprio, um olhar contagiado pelo cinema – uma «cinevisão» (Lipovetsky e Serroy, 2010: 222) –, de tal modo que muitas vezes se nos torna insuportável a espera sem a companhia de um ecrã onde ler, navegar na internet ou jogar; por outras palavras, a imobilidade tornou-se insuportável para muitos, e será porventura isso que inquieta muitos espectadores do cinema da escola francesa mais tradicional (dos planos longos e muitas vezes fixos, muitas vezes sem acção): o facto de eles não corresponderem à estética mais habitual do cinema e, do mesmo modo, ao nosso olhar quotidiano. Como Lipovetsky e Serroy afirmam,

«Tendencialmente o espectador tornou-se um hiperconsumidor que já não suporta nem os tempos mortos nem os tempos de espera: precisa de mais emoções, mais sensações, mais espectáculos, mais coisas para ver para não bocejar e para sentir sem parar. Um neo-espectador que tem necessidade de explodir, que procura destroçar-se nas imagens, de experimentar a "embriaguez" dionisíaca de se arrancar a si mesmo e à banalidade dos dias. Daí a hipertrofia do espectacular, marcado por uma fuga para a frente do ritmo.» (2010: 76; aspas no original)

E se Lipovetsky e Serroy falam aqui da «banalidade dos dias», isso não vem contrariar a ideia que perseguíamos, de uma cinematização da vida, mas sim reforçá-la. É que será precisamente para fazer face a essa banalidade do quotidiano que o espectador – o indivíduo, no real, também se tornou espectador – se faz rodear de ecrãs, e que mesmo na sua ausência se comporte como num filme, recorrendo ao excesso e à velocidade, procurando sentir tudo e fazer tudo. Falamos aqui, necessariamente, de uma corrente mais comercial do cinema – os filmes *mainstream* –, e é a essa luz que podemos entender o nosso dia-a-dia como cada vez mais cinemático. Assim como nos filmes, os nossos dias passam a grande velocidade, preenchidos de acontecimentos; a nossa atenção fraccionada foca múltiplos objectos e ocorrências que deve de imediato desfocar para encontrar outros que se lhe afigurem novos e, por isso, atractivos; mas mesmo os nossos comportamentos face à sociedade são eminentemente marcados pelo cinema: as nossas relações, e sobretudo o amor e o sexo, tornaram-se tributários da forma como se desenrolam os romances na tela;

as nossas inquietações, medos e desejos são cada vez mais semelhantes aos das personagens que vemos; as relações entre pais e filhos parecem muitas vezes imitar-se não só na sua extensão como nas suas consequências; a criminalidade inspira-se no grande ecrã, etc. Por tudo isto, estamos talvez habilitados a dizer: «we live cinematic and electronic lives» (Sobchack, 1994: 83). E esta vivência não vem apenas da transposição do cinema para a vida – da ficção para o real –, mas da vontade da vida se tornar cinema – do real para a ficção –, isto é, da vontade dos indivíduos em serem outra coisa – neste sentido, «a ficção já não substitui o real, é a própria realidade que se ficcionaliza através de um dispositivo cénico que não é "nem verdadeiro nem falso" [Daniel Boorstin]» (Lipovetsky e Serroy, 2010: 215; aspas e parêntesis rectos no original). Por exemplo, é hoje frequente a manutenção de *avatars* em jogos *online* ou grupos de discussão, onde os indivíduos vivem tão ou mais intensamente do que no próprio corpo. Circulando entre ecrãs, o indivíduo transforma-se no seu *alter ego*, criado ou inconsciente, e pode aí mais completamente construir e difundir essa sua imagem – talvez a única forma de sobreviver no nosso mundo ecrânico. (Sobchack, 1994: 106) E podemos, a partir daí, perguntar se o *verdadeiro* indivíduo é aquele que encontramos no ecrã ou fora dele.

«O indivíduo hipermoderno é aquele que espera e procura o cinema mesmo onde não há cinema.» (Lipovetsky e Serroy, 2010: 221) Restará questionar se, hoje, fará ainda sentido falar de algum sítio sem cinema. Nesse sentido, se a nossa vida se cinematizou – no mesmo movimento em que o nosso mundo se ecranizou –, isso quer dizer que ela também passou para um ecrã, e não apenas metaforicamente, mas literalmente, ao ponto de podermos hoje dizer, como já o previa Baudrillard: «nós é que somos o ecrã, e a televisão olha para nós» (1991: 70), ou «"Você já não está a ver TV, é a televisão que o vê a si (viver)"» (1991: 42; aspas no original). Reencontramos aqui, deste modo, aquele que assinalámos como o ponto central da nossa investigação no *Capítulo 1 – A Sociedade dos Ecrãs*: o registo permanente, a vigilância e o controlo na nossa sociedade ecranizada – ecranizada a vários níveis, como procurámos demonstrá-lo no presente capítulo. De seguida, procuraremos explicitar esta inversão do olhar através do ecrã, a troca de posições entre espectador e visionado, abrindo portas para a posterior reflexão, no *Capítulo 3 – Vigilância e Controlo*, sobre o alargamento dessa lógica de vigilância ecrânica a todo território da sociedade, bem como as suas consequências sobre os nossos comportamentos.

2.3. O Olho do Ecrã

Esta troca de papéis entre o espectador e o ecrã é mais relevante e fracturante para a nossa cultura ocidental do que aquilo que se poderia inicialmente pensar.

O Renascimento é hoje tido como um dos mais importantes períodos da História ocidental, por marcar a transição da Idade Média para a Idade Moderna e por ter sido marcado por uma série de descobertas e inovações em diversas áreas de actividade humanas, como a filosofia, a economia, a política, e sobretudo as ciências e as artes. Foi no Renascimento que se fundaram os nossos modos modernos, a forma como olhamos a sociedade e nos situamos nela, a forma como entendemos a cultura e a história. Assim, foi também no Renascimento que a perspectiva (gráfica, representativa) foi plenamente compreendida, e grandemente difundida na pintura, através de mestres como Giotto (c.1267 – 1337), Piero della Francesca (c.1415 – 1492), Fra Angelico (c.1395 – 1455), entre outros, e é ela que está na base dos nossos esquemas visuais, da nossa compreensão e leitura de toda a representação bidimensional que lhe veio a suceder, da fotografia à banda-desenhada, e à própria televisão e ao cinema. E é por isso que podemos falar de uma inversão de algum modo fracturante, ao dizer que, ao contrário do que acontecia desde o Renascimento, a perspectiva já não está no fundo do quadro, dentro do ecrã, mas sim em nós, nos indivíduos. Recordemos Times Square – talvez o maior panorama actual em espaço público. No centro da praça, rodeados de ecrãs, já não somos nós a olhar para dentro de um ecrã; são todos os ecrãs que olham para nós; todos eles convergem para o centro, de tal modo que o ponto de fuga saiu do fundo da imagem para se colocar em nós. (Baudrillard, 1991: 134; McLuhan e Fiore, 2008: 125)

Em *The Medium is the Massage*, McLuhan faz uso do Renascimento precisamente como tempo e lugar dessa visão antiga, contrapondo-a de forma completa e agregadora das dimensões do ecrã que temos vindo a referir:

«The viewer of Renaissance art is systematically placed outside the frame of experience. A piazza for everything and everything in its piazza. The instantaneous world of electric informational media involves all of us, all at once. No detachment or frame is possible.» (McLuhan e Fiore, 2008: 53)

Por um lado, a multiplicação do olhar – através da ubiquidade dos ecrãs –, em contraponto à perspectiva direccionada e unívoca dos ecrãs renascentistas¹⁰, para dentro da cena imediata do quadro. Por outro lado, a ecranização do mundo, contrapondo-se ao encerramento do quadro nos limites da sua moldura. Dizendo que a separação e a moldura não são possíveis, McLuhan não está senão a legitimar a ideia de que o ecrã e o real se confundem hoje. Se não há moldura, é porque o ecrã se estendeu a toda a realidade, e se o ecrã se estendeu a toda a realidade, a realidade pode, ela própria, ser informatizada, isto é, pode ser traduzida e apreendida enquanto código, estatística, conjunto de dados e variáveis: assim se torna possível a ideia de uma sociedade dos ecrãs de controlo e vigilância. Assim se abrem portas para a transformação do ecrã em olho.

Lev Manovich, através da arqueologia que faz do ecrã do computador, ressalva a ideia de que, na verdade, tal ecrã, na sua história, sempre teve mais a ver com a vigilância (militar) do que com o entretenimento. (1995: 4) Assim ganha sentido a transformação do espectador em sujeito vigiado; o sujeito tornado objecto. Antes do computador, já a fotografia servia propósitos de vigilância, e mesmo antes da Primeira ou da Segunda guerras mundiais. De facto, já na segunda metade do século XIX, o exército francês tinha ao seu serviço fotógrafos que, por meio de balões de ar quente, realizavam fotografias aéreas, prática aprimorada e largamente utilizada em ambas as Grandes Guerras, potenciada pelos aviões. (Manovich, 1995: 4) Mas se a fotografia está ainda algo longe do ecrã de computador, Manovich fala-nos do radar, principal meio de vigilância militar desde que a guerra se transportou também para os mares e para os céus, e que foi amplamente utilizado na Segunda Guerra Mundial. E se Manovich realça a capacidade do radar, ao contrário da fotografia, de poder mostrar a realidade em movimento e, sobretudo, em tempo real, encontramos no radar militar provavelmente o modelo originário dos ecrãs dinâmicos e dos ecrãs de tempo-real (do computador), o que devemos assinalar como muito relevante para a caracterização que nesta investigação fazemos do papel dos ecrãs na nossa sociedade.

Será talvez necessário, porém, que façamos aqui uma distinção entre os vários tipos de ecrãs, quando pensamos a sua existência enquanto instâncias de controlo. No primeiro capítulo começámos por fazer a distinção entre ecrãs activos e passivos, tendo em conta se

¹⁰ Lev Manovich define o ecrã clássico como o quadro, e salienta, muito curiosamente, como ainda hoje o ecrã digital é tributário da pintura. Quando falamos da orientação de um ecrã, usamos os termos «portrait» e «landscape». (1995: 2)

o registo é o propósito principal do ecrã (no caso dos activos) ou se é consequência da acção do espectador/utilizador (no caso dos passivos). Em todo o caso, aí prevíamos já a possibilidade do controlo a partir de qualquer ecrã, independentemente da sua morfologia ou propósito. Importa ter em mente que mesmo os ecrãs desligados da rede, e que aparentemente poderiam parecer-nos inócuos, porque desligados da internet, de um serviço de televisão digital ou outros, não estão na verdade isolados. Podemos pensar, a título de exemplo, nas molduras digitais. Poderíamos ser tentados a sugerir que, muito embora convertidas em ecrãs, por não romperem com um certo regime de visualização, por aparentemente não alterarem mais do que a natureza de uma superfície visível – papel ou digital –, a sua presença enquanto ecrãs é relativa e aparentemente estéril. Porém, nelas, o ecrã preserva o seu poder, e a possibilidade de controlo mantém-se em latência mesmo em meios aparentemente fechados em si. Por um lado, há evidentemente algo que muda com a sua presença. Se, para McLuhan, a mensagem de um meio corresponde às alterações de escala, ritmos e estrutura que este introduz na vida do Homem (2008: 22), parece legítimo considerar que a mensagem, isto é, o principal efeito e implicação do meio que é o ecrã para nós é, precisamente, uma mudança de ritmo da nossa sociedade, como materialização de esquemas mentais e hábitos de visualização dos indivíduos. Um indivíduo imerso na sociedade actual convive com a televisão, cada vez mais interactiva e integradora, com computadores, *tablets* e *smartphones*, interfaces que permitem um total acesso ao mundo, em qualquer lado e em qualquer lugar, com a comodidade de quem habita um espaço sem espaço (um «space of flows» em vez de um «space of contiguity» (Castells, 2010: xxxi)), e um «tempo sem tempo» (Castells, 2010: xl; tradução nossa), sempre disponível e criado para nós, personalizável e ajustável ao nosso ritmo e desejos. Ora, quem habita um mundo assim já não está, provavelmente, disponível para olhar para um painel publicitário de papel, parado, emudecido pela finitude da sua mensagem, ou para sair à rua para ter acesso ao mundo e às notícias. É que a multiplicação dos ecrãs, a sua disseminação e contaminação dos outros *media*, não é feita inocentemente, e mais, não é feita sem consequências. Toda a alteração da natureza de um meio é sintoma de uma exigência da sociedade, ainda que essa possa ser uma exigência inconsciente. Por outras palavras, a tecnologia só pode surgir, fixando-se com proveito e vantagem, quando uma sociedade está já preparada para a receber. A esse propósito, diz-nos McLuhan que «(...) qualquer tecnologia não pode senão *adicionar-se* àquilo que somos já.» (2008: 25; itálicos no

original) Quer dizer, não é mera coincidência que o filme tenha surgido depois da fotografia: era necessário que os indivíduos compreendessem já a representação bidimensional do mundo antes de a ela somarem a velocidade (e, ainda assim, testemunhos dizem que os primeiros espectadores do curto filme *L'Arrivée d'un train à La Ciotat*, dos irmãos Lumière (1895), fugiram da sala ao ver o comboio aproximar-se do ecrã). Resumindo, se não outra coisa, tais ecrãs *fechados em si* constituem-se como instâncias de identificação e familiarização, reduzindo a possível conflitualidade e tornando o ecrã parte integrante das nossas vidas, e parte incontestável da nossa cultura.

Por outro lado, esses meios aparentemente fechados, se estão desligados da rede virtual, quer dizer, da internet, não estão desligados de uma outra rede anterior e mais alargada, a rede eléctrica. É que quando falamos em ecrãs, não falamos apenas dos ecrãs que utilizamos: se os ecrãs nos vigiam devemos considerar a possibilidade de eles também se esconderem; se os ecrãs englobam toda a realidade devemos considerar a hipótese de serem para nós invisíveis. Importa não esquecer, por muito ocultos e inacessíveis que sejam, todos aqueles que permitem vigiar e controlar, guardar informações, pois são eles os principais garantes de uma *Network Society* (Castells, 2010):

«This system has its own, embedded logic, characterized by the capacity to translate all inputs into a common information system, and to process such information at increasing speed, with increasing power, at decreasing cost, in a potentially ubiquitous retrieval and distribution network.» (Castells, 2010: 31-32)

Neste sentido, os meios (ecrânicos ou não) a que nos referimos como *fechados em si*, podem ser convertidos em ferramentas de controlo, pois também geram registos, de que é exemplo simples o consumo de electricidade. Aliás, nos Estados Unidos da América e no Canadá, são vários os casos de actividades relacionadas com o terrorismo ou o tráfico de droga que já foram descobertos através da leitura dos elevados consumos energéticos registados em algumas residências particulares, e da sua comparação com a média de consumos naquelas áreas (The Star, 2010). No entanto, já se verificaram, e para nós configura-se particularmente interessante, pois demonstra mais claramente a ferocidade do poder consagrado aos registos e ao controlo, casos em que consumos energéticos considerados anormais pelas forças policiais levaram à errada invasão de residências particulares onde os gastos não se relacionavam com qualquer actividade criminosa (Tomlinson, 2012). Apesar das muitas críticas que tais acções têm suscitado, pela violação

do direito de privacidade, na América do Norte, nos últimos anos, já se instalaram milhões de *smart meters* – contadores de electricidade que enviam informação detalhada e em tempo real para as fornecedoras de electricidade (Barringer, 2011) –, e prevê-se que na Europa, onde já começam a existir, estes dispositivos venham também a ser instalados em larga escala até 2016, numa primeira fase, e posteriormente até 2020 (Van der Zanden, 2011; Scott, 2009).

Isso é sintomático da deslocação do ponto de fuga que referíamos no início do capítulo, e claro exemplo de como a nossa interacção com os ecrãs resulta num visionamento, já não do ecrã, mas de nós enquanto seus espectadores/utilizadores. Jean Baudrillard dizia que era preciso

«Resistir à evidência: na satelização, aquele que está satelizado não é aquele que julgamos. Pela inscrição orbital de um objecto espacial, é o planeta Terra que se torna satélite, é o princípio terrestre de realidade que se torna excêntrico, hiper-real e insignificante. Pela instanciação orbital de um sistema de [*sic*] controle como a coexistência pacífica, são todos os micro-sistemas terrestres que são satelizados e perdem a sua autonomia.» (Baudrillard, 1991: 50-51)

Ora, de forma análoga, já não é a televisão – ou qualquer ecrã – que é o satélite, que é o vértice da rede. Os vértices agora somos nós, indivíduos, porque o satélite também somos nós. Nós somos o satélite porque habitamos essa *tecnosfera*, porque orbitamos em torno dos diferentes ecrãs a cada momento da nossa vida, e porque somos cada vez mais aquilo que somos através deles. Será, por isso, que cada vez mais pessoas parecem criar e manter *avatares*, que se ligam aos outros pelas redes sociais, que escrevem em *blogs*, que criam perfis electrónicos e que difundem a sua presença na internet.

Vivian Sobchack chega mesmo a falar de uma «crise da carne» (1994: 105), que idealmente levaria a uma reflexão e recuperação da importância do corpo enquanto corpo existente, ao invés da sua simulação e da sua difusão na rede, mas tal crise comporta riscos: «Devaluing the physically lived body and the concrete materiality of the world, electronic presence suggests that we are all in imminent danger of becoming merely ghosts in the machine» (1994: 106). Este é também o medo que Francis Fukuyama expressa (2004), falando do Transhumanismo, inevitavelmente próximo da ideia que, ainda a outro nível, era já a prevista por McLuhan, de uma «extensão tecnológica da consciência» (2008: 72). Esse é, aliás, o desejo daqueles que advogam a vivência num mundo electrónico puro,

como fuga ao corpo e às suas fragilidades (Sobchack, 1994: 106): a deslocação da mente para a rede, na impossibilidade de se transistorizar todo o corpo.

Restará, porém, saber que efeitos a presença electrónica da consciência nesse mundo virtual pode ter, as suas consequências para os nossos comportamentos connosco próprios e em sociedade. Se o «lived-body», ou «"meat" or "wetware"» (Sobchack, 1994: 105; 106; aspas no original), está exposto a contrariedades no mundo real, será legítimo considerar que a consciência também poderá enfrentar adversidades no mundo virtual. No próximo capítulo procuramos reflectir sobre a forma como a rede ecrânica se estrutura sobre a nossa sociedade, e como se transforma a sociedade – e, bem assim, os seus indivíduos – em função dela.

Sintomático deste novo regime do visual na sociedade é que, apesar de tipicamente considerarmos a audição como o sentido que não podemos desligar ou suspender, aquele que está sempre activo e atento, George Orwell tenha, no seu *1984*, cunhado a célebre frase: «Big Brother is watching you» (2008: 3). Assim, se McLuhan dizia, ironicamente mas pleno de sentido, que «o ouvido não tem pontos de vista» (McLuhan e Fiore, 2008: 111; tradução nossa), Manovich vem dizer-nos que, com a lógica do radar (do varrimento constante na actualização da imagem)¹¹, «image, in a traditional sense, no longer exists». (Manovich, 1995: 5) E se o radar foi transposto para todos os ecrãs, como referimos anteriormente, temos que o ecrã se tornou, de certa forma, equiparável ao ouvido, mas vai além dele: ele pode, agora, não apenas captar tudo, mas também analisar tudo.

¹¹ Apesar do olho humano não dar conta, a grande maioria dos ecrãs, como os de televisão e os de computador, não transmitem uma imagem fixa. Na verdade, a cada segundo, a imagem é reenviada para a superfície do ecrã um X número de vezes (normalmente, cerca de sessenta), para estar sempre actualizada. Este funcionamento é análogo ao do varrimento radial do radar, ainda que nestes ecrãs o processo seja linear.

Capítulo 3 – Vigilância e Controle

No capítulo anterior dirigimo-nos ao ecrã-objecto e ao ecrã-conceito, procurando abordar quer a sua evolução quer as suas múltiplas ocorrências e implicações, indícios significativos para reflectir sobre o seu papel na construção de uma sociedade ecranizada que advogamos ser já a nossa. Propomos, portanto, atentar em seguida nas construções sociais que a antecederam, focando-nos essencialmente nos seus aparelhos de vigilância e controlo, nos seus mecanismos de poder e punição, que terão necessariamente influído sobre ela, moldando-a. Através dessa análise histórica, nalguma medida arqueológica, e ainda que não muito extensiva, procuraremos perceber em que sentido têm evoluído tais ferramentas de controlo e organização social no ocidente, esperando encontrar aí as raízes que permitam melhor compreender a sua formatação contemporânea.

A esse propósito, torna-se incontornável o regresso à obra *Vigiar e Punir*, de Michel Foucault. Nela, Foucault procede a uma arqueologia da relação – sempre em evolução – entre os corpos e o poder, sobretudo através das suas instâncias judiciais. Ora, se nesta dissertação procuramos investigar a hipótese que é a de, já hoje, os ecrãs constituírem ferramentas de controlo permanente, através dos registos que o digital permite e gera a todo o instante, e de que essa realidade exerce necessárias e múltiplas influências sobre os nossos comportamentos, devemos reflectir sobre a evolução e formas que essa relação entre o poder e o corpo pode assumir – e tem assumido ao longo dos séculos.

Referimos já, sumariamente caracterizando-a, a noção de um regime panóptico digital. Impõe-se, porém, neste momento, que sejamos capazes de caracterizar tal regime em profundidade, discutindo a sua designação e, bem assim, de o apresentar e localizar como resultado de uma evolução cujos passos podem ser percebidos desde, sensivelmente, os últimos cinco séculos de história ocidental. Para tal, afigura-se necessário clarificar os conceitos de sociedades disciplinares (Foucault, 2010) e sociedades de controlo (Deleuze, 2009), para melhor compreendermos onde, nesta evolução, nos situamos hoje, e, de igual modo, onde – e como – se pôde constituir um tal novo regime panóptico.

3.1. As Sociedades Disciplinares

Na análise que faz da evolução das punições e dos sistemas judiciais, aquilo que encontramos em Foucault é uma arqueologia da natureza dos corpos (e dos corpos-massa) em função das relações estabelecidas entre estes e o corpo social, porque questionar a actuação do poder sobre o corpo é investigar toda a distribuição dos indivíduos na sociedade e nas suas instituições.

Foucault situa as sociedades disciplinares entre o final do século XVII e o século XX. Parafraseando Georg Rusche e Otto Kirchheimer, Foucault dá pistas para o estabelecimento de uma relação entre os sistemas de punição e os sistemas de produção dentro dos quais os primeiros ocorrem. Assim, se no feudalismo, por exemplo, se assistiu ao elevado crescimento dos castigos corporais, isso ficou a dever-se ao ainda modesto papel da moeda e mesmo das forças de produção da época, que as impedia de se constituírem como instâncias punitivas; já entre os finais do século XV e os finais do século XVIII, com o grande desenvolvimento da economia de comércio, os sistemas de punição avançaram no sentido da casa de correcção e do trabalho obrigatório. Porém, como nota Foucault, «como o sistema industrial exigia um mercado de mão-de-obra livre, a parte do trabalho obrigatório diminuiria no século XIX nos mecanismos de punição, e seria substituída por uma detenção com fim corretivo¹².» (2010: 28) Ora, são estas duas últimas etapas que identificámos que abarcam temporalmente a noção de sociedade disciplinar identificada por Foucault, e entre elas um mesmo meio punitivo: o encarceramento.

O que caracteriza, então, uma sociedade disciplinar? O parágrafo anterior remete-nos desde logo para a ideia de uma prisão do corpo, mas essa prisão não era apenas a prisão no estabelecimento prisional; ela era também, e talvez sobretudo, a prisão como modelo de organização e distribuição dos corpos no espaço, fosse ele o do hospital, o da fábrica, da escola ou da casa de correcção. Numa sociedade disciplinar, de alguma forma, todas as instituições estão sujeitas a tornarem-se casas de correcção, pois o corpo passa a ser visto

¹² A edição de *Vigiar e Punir* consultada no âmbito desta dissertação data de 2010, tal como consta da lista de bibliografia no final do presente trabalho. Assim sendo, e de acordo com a informação presente no início da obra, a edição está conforme o novo Acordo Ortográfico. Uma vez que a redacção desta dissertação não segue o Acordo, e para evitar a necessária correcção ou advertência caso a caso das inúmeras ocorrências lexicais que ele prescreve, optou-se por esta advertência geral sobre todas as citações identificadas por «(Foucault, 2010)».

como «corpo analisável e corpo manipulável» (Foucault, 2010: 132). Aí reside a noção de «corpos dóceis» para Foucault: «É dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado.» (2010: 132) O encarceramento disciplinar, com a sua divisa «cada indivíduo no seu lugar; e em cada lugar, um indivíduo» (Foucault, 2010: 138) procura cumprir o objectivo das disciplinas: através da coerção permanente e do controlo sobre todos os momentos e operações do corpo, impor-lhe a docilidade, isto é, torná-lo ferramenta e mobilizá-lo para um fim; produzi-lo enquanto corpo útil. Segundo Foucault, não é tanto que as sociedades disciplinares tenham inaugurado o controlo sobre os corpos ou a vontade de deles dispor – o corpo esteve sempre sujeito, de diversas formas e em diferentes sociedades, a deveres e a penas, e sempre foi visto como corpo-produtor –, mas foi com as sociedades disciplinares que, por um lado, a mobilização dos corpos deixou de ser feita exclusivamente sobre a massa – agora o corpo podia ser trabalhado individual e detalhadamente, para dele se extraírem melhores resultados –, e, por outro, o poder sobre o corpo passava a exercer-se tendo em vista a economia, a maximização da sua capacidade produtiva e da sua eficiência nos exercícios. (Foucault, 2010: 132-133) É esse foco na utilidade do corpo que podemos encontrar nas disciplinas, e era aí que se consubstanciava a necessidade de, mais do que apenas conhecer, conseguir «controlar ou corrigir as operações do corpo» (Foucault, 2010: 132), quer dizer, instruir com precisão as acções do corpo. As sociedades disciplinares concretizam-se no inquérito e na análise, na inspecção periódica do *a todo o momento* e na correcção ou «adestramento» (Foucault, 2010: 132). As fábricas e as escolas, e já não só as prisões, regulamentam cada instante dos corpos dentro delas, prescrevem cada movimento, que deve ser executado com constância e fiabilidade mecânicas. O corpo é assim abarcado economicamente, mais do que apenas politicamente, ou então na confluência de ambos os campos, pois ele torna-se

«mais obediente quanto mais útil, e inversamente. Forma-se então uma política das coerções que são um trabalho sobre o corpo, uma manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos.» (Foucault, 2010: 133)

Neste sentido, o Homem torna-se parente próximo da máquina: as suas acções devem ser expectáveis, devem poder ser quantificadas e afinadas e, conseqüentemente, espera-se que o produto dos seus movimentos seja também ele padronizado, sem falhas ou desvios, integrando e respeitando as prescrições da instituição, o seu programa, que é sobretudo estatístico, de quantidade, de produção em série. Na escola das disciplinas, assim como na

fábrica, há uma categoria onde inscrever cada indivíduo, e o espaço que lhe é destinado deve permitir corrigir os seus defeitos e, simultaneamente, potenciar as suas competências: «que um escolar leviano e distraído seja colocado entre dois bem comportados e ajuizados, que o libertino ou fique sozinho ou entre dois piedosos.» (La Salle *apud* Foucault, 2010: 142) Da mesma forma, a distribuição dos corpos no espaço serve também o olhar permanente da vigilância. Deve ser possível, pelo controlo dos tempos e pela gestão dos movimentos, saber a todo o instante onde está cada corpo e aquilo de que ele se ocupa, para que o menor desvio possa ser prontamente corrigido; a infracção imediatamente punida.

Na instituição disciplinar, tudo, da arquitectura (meticulosa divisão do espaço) à meticulosa divisão do tempo, todo um sistema de regras e proibições, exames e inspecções, concorre para a constituição de uma esfera de poder total, altamente organizada dentro de um espaço limitado. O modelo Panóptico é disso exemplo paradigmático.

3.1.1. O Panóptico

Ao inaugurar o capítulo de *Vigiar e Punir* sobre o Panóptico, Michel Foucault ocupa-se da explicitação do funcionamento de um sistema disciplinar: a cidade pestilenta. Através da descrição dos procedimentos a adoptar aquando da declaração de peste numa cidade – procedimentos que a encerram, transformando um espaço outrora aberto e livre numa grande instituição disciplinar –, Foucault resume o funcionamento de uma tal instituição-sociedade:

«Esse espaço fechado, recortado, vigiado em todos os seus pontos, onde os indivíduos estão inseridos num lugar fixo, onde os menores movimentos são controlados, onde todos os acontecimentos são registrados, onde um trabalho ininterrupto de escrita liga o centro e a periferia, onde o poder é exercido sem divisão, segundo uma figura hierárquica contínua, onde cada indivíduo é constantemente localizado, examinado e distribuído entre os vivos, os doentes e os mortos – isso tudo constitui um modelo compacto do dispositivo disciplinar.» (Foucault, 2010: 187-188)

Ora, que diferenças podemos encontrar entre esta forma excepcional de sociedade e a prisão panóptica? O que caracteriza um sistema panóptico? Tal como perspectivado por Jeremy Bentham (1748-1832), seu grande teórico, a prisão panóptica constituir-se-ia como um espaço fechado de construção circular. As celas preencheriam o perímetro do anel, lado a lado, separadas por paredes que deveriam impedir quer a comunicação quer a visão entre

detidos. O lado da cela virado para o exterior do círculo seria vazado por uma janela que permitisse a entrada de luz, possibilitando ver sempre com clareza o detido; o lado da cela virado para o interior do anel, fechado com grades, permitiria aos guardas uma visão frontal e total do interior da cela, sobre todas as acções do detido. No centro do anel, a torre de controlo é o único espaço reservado à vigilância dos guardas, que permite, levado ao limite, que um único guarda, com esforço mínimo, possa controlar todas as celas do anel que estão ao seu nível. Um ponto importante, porém:

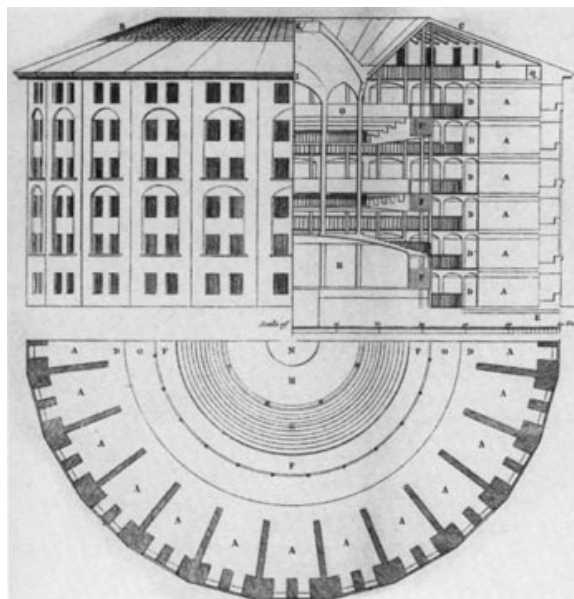


Figura 7 – Corte vertical/alçado e planta parcial do modelo de prisão panóptica desenhado por Jeremy Bentham em 1791 (Foucault, 2010)

a torre, por meio de biombo, de persianas ou mesmo de luzes, deveria tornar impossível ao detido na sua cela verificar se alguém se encontrava dentro da torre: «Bentham colocou o princípio de que o poder devia ser visível e inverificável.» (Foucault, 2010: 191)

Aí residiria a eficácia do sistema panóptico: em última instância, ele deveria até poder dispensar os guardas sem que o exercício da vigilância fosse posto em risco; os detidos, sabendo da possibilidade de estarem a ser observados – e após verem punidos eventuais comportamentos desviantes –, adequariam a sua conduta às leis da instituição, e reprimiriam no futuro as suas acções desajustadas. São esses os trunfos – e ambições – disciplinares do panóptico: um sistema em que os detidos se vigiam a si próprios, um sistema em que, sem recurso à violência, sem uma acção física directa sobre o corpo, os detidos se educam e corrigem a si mesmos.

Por que razão, então, abre Foucault o capítulo dedicado ao panóptico com a descrição do funcionamento da cidade acometida pela peste? Poderemos desde logo aí entrever a vocação do edifício panóptico para estender à sociedade o seu princípio disciplinar – Bentham assim o preconizava –, mas uma outra justificação podemos encontrar: certamente que há diferenças substanciais entre o dispositivo panóptico e o complexo manual de regras e inspecções da cidade pestilenta, mas a diferença situa-se mais no largo espectro do primeiro e no carácter excepcional da segunda do que na forma como pelo

poder se tornam constituintes de um tipo de sociedade. De facto, Foucault apresenta uma e outra como duas faces da disciplina: através da cidade pestilenta, a «disciplina-bloco»; com o panóptico, a «disciplina-mecanismo» (2010: 198). A associação pode parecer pouco intuitiva, ou mesmo contraditória, mas não o é. Como alertámos anteriormente, o controlo instaurado sobre a cidade sob quarentena consiste grandemente no seu fechamento, na sua institucionalização, na sua conversão em enfermaria de espaços estanques, de celas isoladas e inspecções periódicas, num sistema de hierarquias, de permissões e proibições sobre a circulação de bens e pessoas: é a cidade tornada bloco disciplinar. Ao contrário, ainda que o panóptico tenha a sua sede na concretização arquitectural de um edifício-máquina preciso e infalível – primeiro a prisão, depois o hospital, a escola ou a fábrica –, na medida em que ele se dirige a «melhorar o exercício do poder tornando-o mais rápido, mais leve, mais eficaz» (Foucault, 2010: 198) e subtil, ele deveria, despido das suas paredes e grades, idealmente tornar-se a receita para a extensão da disciplina a toda a sociedade: a instituição como imagem do perfeito mecanismo disciplinar. Dois movimentos contrários, então: um, de encerramento da sociedade dentro de muros, tornando-a instituição; outro, de alargamento da instituição pelo extravasar desses mesmos muros, à conquista do território social. Mas, entre ambos, o encarceramento sempre presente como primeiro mandamento disciplinar; entre ambos, os mesmos objectivos:

«Duplo processo, portanto: arrancada epistemológica a partir de um afinamento das relações de poder; multiplicação dos efeitos de poder graças à formação e à acumulação de novos conhecimentos.» (Foucault, 2010: 211)

Assim, entre a disciplina da cidade pestilenta e a disciplina do panóptico não se pode falar de uma mudança de objectivos, e talvez nem sequer de uma mudança de estratégias, mas apenas de uma economia e higienização de processos. Afinal, tanto uma como outra perseguem o poder, sintetizado na correcção e no controlo dos corpos pelo encarceramento, através da construção de um profusa teia de instâncias de saber, pois «(...) não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder.» (Foucault, 2010: 30) Aí, um ponto de contacto entre o panóptico e a sociedade ecranizada. Como já referimos anteriormente, uma tal estrutura social não admite o desconhecido; o imprevisto e o invisível tornam-se por isso da ordem do perigoso e do ilícito, do criminoso.

Entre uma e outra, porém, um efeito essencial que releva dos processos próprios do panóptico. Enquanto o encarceramento da cidade pestilenta faz a vigilância trabalhar em

conjunto com a promessa da violência física, e desta segunda investindo-se a primeira de poder – «Cada qual se prende a seu lugar. E, caso se mexa, corre perigo de vida, por contágio ou punição.» (Foucault, 2010: 186), no edifício panóptico não existe ameaça sobre o corpo – ainda que talvez exista sobre a mente –, e isso é parte fundamental da sua higienização e leveza. Tudo aquilo que se opera sobre os detidos pertence à vigilância, e a organização espacial centra-se na potenciação dessa vigilância, que através dele se pode tornar permanente. No panóptico não se trata apenas de encarceramento, mas sobretudo de encarceramento como forma de produzir visibilidade.

Foucault, descrevendo a cidade na peste, refere que «a inspeção funciona constantemente. O olhar está alerta em toda a parte» (2010: 186) e que «essa vigilância se apóia num sistema de registro permanente» (2010: 187). Tais afirmações, porém, parecem-nos mais significativas se dirigidas à caracterização do edifício panóptico, já que a apropriação do espaço da cidade e a sua conversão em espaço disciplinar acabam por tornar a vigilância da ordem do exame, isto é, constituída por momentos pontuais. Mais, os detidos sabem a cada instante quando estão a ser vigiados, pois eles são convocados a assomar à janela que para eles foi designada. Assim, aquilo que impõe a ordem nas cidades fechadas pela peste não é tanto a vigilância, mas sobretudo a violência que intercede por ela, pois, ainda que fechados em suas casas, sem vigilância contínua sobre as suas acções, os doentes podiam agir em desacordo com as medidas aplicadas, ou mesmo contra os tratamentos em curso. É o dispositivo panóptico que vem preencher esses espaços de desconhecimento – «des vacuoles de non-communication, des interrupteurs» (Deleuze, 2009: 238) –, eliminá-los, ainda que talvez apenas na mente dos detidos, pois basta que haja a ideia da presença da vigilância, mas atingindo-se os objectivos estaria também garantido o sucesso dos processos. O dispositivo panóptico, admiravelmente leve e higiénico, sem a violência dos guardas ou a violência da revolta, e ainda sem o perigo do contágio, permitindo observar os indivíduos no seu espaço habitacional como se numa montra, tornou-se, na época de Bentham, o modelo ideal das disciplinas na organização social:

«É um tipo de implantação dos corpos no espaço, de distribuição dos indivíduos em relação mútua, de organização hierárquica, de disposição dos centros e dos canais de poder, de definição de seus instrumentos e de modos de intervenção, que se podem utilizar nos hospitais, nas oficinas, nas escolas, nas prisões.» (Foucault, 2010: 195)

Porém, se encontramos em Bentham, pela análise que dele faz Foucault, o panóptico como sistema ideal de observação e correcção por poder ser compreendido não como um «edifício onírico» mas «como um modelo generalizável de funcionamento; uma maneira de definir as relações do poder com a vida cotidiana dos homens» (Foucault, 2010: 194), Bentham parece prescrevê-lo apenas para espaços muito limitados, instituições fechadas: «Ele é [ressalvadas as modificações necessárias] aplicável a todos os estabelecimentos onde, nos limites de um espaço que não é muito extenso, é preciso manter sob vigilância um certo número de pessoas.» (Bentham *apud* Foucault, 2010: 195; parêntesis no original) Se Bentham defendia que o panóptico fornece o modelo ideal para as sociedades disciplinares, ele não parece deixar de as constituir como sociedades de múltiplos espaços fechados, passando os indivíduos de uns aos outros, ao contrário da noção de um panóptico generalizado.

Mais adiante retomaremos este ponto, bem como algumas outras observações de Bentham sobre o panóptico, ao propormos a hipótese de um panóptico digital contemporâneo.

3.2. As Sociedades de Controlo

Caracterizadas que estão, no essencial, as sociedades disciplinares, das quais herdámos o modelo do panóptico, importa agora que atentemos nas sociedades de controlo, e que procuremos distingui-las das primeiras, por forma a clarificar o ponto onde, nesta encruzilhada entre vigilância, poder e controlo nos encontramos hoje.

Em primeiro lugar, importa talvez referir que entre as sociedades de controlo e as sociedades disciplinares (e as sociedade de soberania antes delas) não há cortes limpos e precisos, instantes de passagem oficiais de umas para as outras; elas podem, inclusive, nas suas fases de transição, coexistir. Mais, importará também dizer que elas não são contrárias; não há, entre elas, uma alteração do programa do poder, dos seus objectivos, mas sim uma intensificação dos seus processos, e é sobre as implicações desses processos que procuramos reflectir.

A alteração mais visível entre estes dois modelos de sociedade funda-se nos seus espaços de actuação. Enquanto as sociedades disciplinares, como vimos anteriormente, se

organizam numa rede de instituições fechadas, espaços descontínuos e, portanto, de momentos de exame pontuais, as sociedades de controlo deixam de prender os indivíduos dentro de instituições, e são por isso habitualmente caracterizadas como mais democráticas. É certo que a escola, a prisão, e o asilo psiquiátrico permanecem, mas não só os seus modelos disciplinares entraram em crise (Hardt e Negri, 2001) e as suas estruturas sofreram reformas como os esquemas de poder nas sociedades de controlo vieram sobrepor-se a todo o tecido social, estendendo a sua lógica de controlo permanente e comunicação instantânea (Deleuze, 2009) já não apenas às instituições, mas a todo o espaço fora delas. Libertando o indivíduo dos muros e das grades, as sociedades de controlo não deixaram de exercer poder sobre ele.

Foucault dizia que o exercício da disciplina era imanente aos indivíduos sobre quem ela se exercia (Hardt e Negri, 2001), já que eles tinham consciência da sua inscrição, nos respectivos momentos de internamento, na escola, no hospital, na prisão e noutras eventuais instituições. Tal consciência seria provavelmente devedora do facto da fundação do poder disciplinar ter sido realizada em situações e espaços concretos: «The walls of the prison both enable and limit the exercise of carceral logics. They differentiate social space.» (Hardt e Negri, 2001: 329) Mas se o espaço carcerário, ou disciplinar, estava bem definido na sua existência fechada e muito limitada, correspondendo a uma tecnologia biopolítica ainda muito superficial, a disciplina fraquejava em estender a todos os indivíduos a consciência capaz de produzir uma certa forma de sociedade e de reproduzir o seu próprio sistema disciplinar. Por outras palavras, ao poder das disciplinas era então possível opor a resistência dos indivíduos. A materialização dos mecanismos de repressão constituía alvos para a resistência, focos de rebelião, locais de excelência para o exercício do combate social e ideológico – a Tomada da Bastilha, em Paris, no final do século XVIII, plena época disciplinar, não será coincidência; a prisão era um concreto rosto do poder do Estado.

Ora, este será talvez um dos mais significativos aspectos contrastantes das sociedades de controlo em relação às sociedades disciplinares: nelas o poder tornou-se biopoder, de modo que «the whole social body is comprised by power's machine and developed in its virtuality.» (Hardt e Negri, 2001: 24) Assim, se nas sociedades de controlo as instâncias de poder se multiplicaram por toda a parte, imiscuindo-se sobre todos os aspectos da vida e cobrindo toda a sociedade – «les formes ultra-rapides de contrôle à l'air libre» (Deleuze,

2009: 241) –, a resistência deixou de ser possível. Ela deixou de ser possível porque a máquina disciplinar se tornou, em grande medida, invisível; ela deixou de ter rosto para passar a estar em todos os rostos: «The *police* includes everything» (Foucault *apud* Hardt e Negri, 2001: 22; itálico no original) ou, como o colocam Lipovetsky e Serroy, um regime «em que cada um se torna o espião do outro» (2010: 262). Se a polícia inclui tudo e se, como lembra Deleuze (2009), as sociedades de controlo são sociedade de comunicação, isso significa que toda a sociedade foi integrada na rede, numa rede flexível e sem fronteiras que põe todos perante todos – já o tínhamos observado como grande conquista do ecrã de computador através das modernas tecnologias de informação. Assim, ao contrário do que acontecia nas sociedades disciplinares com as perícias e inspecções, o poder fala numa linguagem de números, de códigos de acesso e de proibições (Deleuze, 2009), e pode, por isso, ser agora exercido continuamente sobre os cidadãos, e já não apenas sobre *o cidadão enquanto trabalhador* (ou aluno), *o cidadão enquanto doente* ou *o cidadão enquanto preso*. A este propósito, Gilles Deleuze explicita como também aí as sociedades de controlo diferem das disciplinares:

«Dans les sociétés de discipline, on n'arrêtait pas de recommencer (de l'école à la caserne, de la caserne à l'usine), tandis que dans les sociétés de contrôle on n'en finit jamais avec rien, l'entreprise, la formation, le service étant les états métastables et coexistants d'une même modulation, comme d'un déformateur universel.» (2009: 243)

Nas sociedades disciplinares era necessário refundar o indivíduo nas suas diversas facetas, moldando-o aos preceitos de cada uma das instituições entre as quais se deslocava. Deleuze observa o discurso sintomático de tal necessidade: na escola, avisam-se os alunos: «tu n'es plus dans ta famille»; no exército, advertem-se os soldados: «tu n'es plus à l'école» (2009: 240). Um tal discurso é próprio das instituições que se estruturam como pequenas reproduções da sociedade, laboratórios sociais no seio dos quais a identidade era moldada e definida pelas exigências da instituição e pela sua definição do espaço-tempo sobre a vida dos corpos no seu interior. Assim, se nas sociedades disciplinares as múltiplas identidades do indivíduos nunca se tocavam, sendo ligadas e desligadas à vez, aquando da entrada ou saída em casa, na escola, prisão ou hospital – «"a place for everything and everything in its place"» (McLuhan e Fiore, 2008, 16; aspas no original) –, nas sociedades de controlo todos os indivíduos são dotados de uma «subjectividade híbrida» (Hardt e Negri, 2001: 331; tradução nossa), quer dizer, a todo o momento estão inscritos em todas as lógicas que os

governam: são simultaneamente pais, funcionários (ou desempregados)¹³ e talvez doentes ou prisioneiros/cadastrados. É isto que, como vimos anteriormente, Deleuze defende ao sublinhar que nas sociedades de controlo *nunca terminamos nada*. Estamos todos fora das instituições mas simultaneamente institucionalizados, pois a própria sociedade se institucionalizou. Se ruíram os muros da prisão e as paredes da escola (Hardt e Negri, 2001), não só os indivíduos – alunos, doentes e presos – se encontram agora no exterior, mas também os seus professores, médicos e carcereiros, e toda uma panóplia de mecanismos para a sua vigilância e controlo; mecanismos já não como os que ocupavam as celas ou as salas de aula, mas outros mais poderosos, pois a sua jurisdição é agora maior, mais numerosos os seus sujeitos, mas menores as evidências da sua presença. Se «desapareceu o corpo como alvo principal da repressão penal» (Foucault, 2010: 13), nem por isso desapareceu o controlo; aliás, precisamente por isso se incrementou o poder de controlar.

As sociedades de controlo têm por exercício fundamental o da comunicação, isto é, o exercício da transmissão de informação, pois não é senão esta aquilo que as faz funcionar. Que hipóteses há de controlar o *tudo* que *todos* fazem sem uma rede de agentes ou instâncias que personifiquem – para o exercer – o poder? E o que é uma rede senão uma multiplicidade organizada de canais de comunicação entre esses mesmos agentes? Deleuze (2009) fala, a título de exemplo, do computador que vem substituir a barreira, e que mais eficazmente indica a posição de cada um e age em conformidade com essa informação, quer no virtual (sob a forma de registo e, porventura, de divulgação na rede) quer no real, pela convocação dos meios policiais que poderão, se necessário, abordar ou prender tal indivíduo.

Compreendemos, assim, que nas sociedades de controlo o estado da vida é tendencialmente um estado de «conectividade perpétua» (Castells, 2010: xxx; tradução nossa), pois a sociedade ecranizada virtualiza a vida, transforma os seus indivíduos em dados, em números: registos de transacções bancárias, consumos energéticos, registos de portagens, coordenadas GPS, tráfego e *downloads/uploads* pela internet, etc. A relação com o ecrã, a virtualidade, produz registos, produz números, produz *inputs*, isto é, produz informação, de tal forma que «the grid of electronic communication overlies everything we do, wherever and whenever we do it (Castells, 2010: xxx)

¹³ Ao contrário do que acontecia nas disciplinas, o desempregado, isto é, o não-trabalhador, também pode agora ser contemplado, institucionalizado.

A questão, hoje, é de saber como é usada essa informação, por quem e com que propósito, mas também, e talvez sobretudo, com que efeitos sobre o corpo social e os comportamentos dos indivíduos.

3.2.1. O Panóptico Digital

Nas sociedades disciplinares, o olho, e menos vezes o ouvido, eram os únicos dispositivos de vigilância à disposição do poder. O alcance do olho comprometeria, assim, a dimensão das instituições disciplinares, que conseqüentemente seriam limitadas a «um espaço que não é muito extenso», como alertava Jeremy Bentham (*apud* Foucault, 2010: 195) ao advogar o uso do panóptico como modelo exemplar nas instituições além prisão. À época das disciplinas, os binóculos eram talvez a única forma de extensão do olhar, mas aí o ganho de detalhe na distância resultava numa perda, ou estreitamento, do campo de visão.

Com efeito, as tecnologias de comunicação que viriam a ser declinadas para instrumentos de vigilância, como a fotografia (e a partir dela o cinema) e a televisão ainda não existiam à data das disciplinas, ou davam os seus primeiros passos. Curiosamente, olhando para as datas em que se concorda terem nascido tais tecnologias (sobretudo aquelas que viriam a assentar sobre o olho e o ecrã) e concedendo-lhes alguma margem para que os seus processos atingissem um ponto de fiabilidade e praticidade e para que o seu uso pudesse ser generalizado, encontramos-las já na segunda metade do século XIX ou mesmo nas primeiras décadas do século XX, sendo sobretudo ao longo deste que tais tecnologias se difundiram amplamente¹⁴. Ora, se é no século XX que as sociedades

¹⁴ Apesar de se convencionar como a primeira fotografia da História uma imagem capturada por Nicéphore Niépce, em 1826, os primeiros suportes fotográficos produziam apenas imagens muito difusas e para as quais eram necessários longos tempos de exposição, além do problema da sua durabilidade, já que as imagens produzidas tendiam a desvanecer-se. Ao longo do século XIX, Daguerre, Fox Talbot e outros investigadores foram aprimorando as técnicas e experimentando suportes mais eficazes e fiáveis, ainda que permanecessem dispendiosos e de uso incómodo. Só em 1888 a fotografia pôde iniciar a sua generalização, através do *filme*, em rolo, criado pela Kodak, de George Eastman. Nos anos seguintes aperfeiçoa-se progressivamente a sensibilidade dos filmes, para reduzir o tempo de exposição necessário, e só já no século XX, em 1907, as cores passam a poder ser reproduzidas. (Bauret, 2006)

Quanto ao cinema, apesar de desde 1830 se terem registado experiências com *imagens em movimento* (através de seqüências de fotografias montadas em diversos aparelhos), só no final do século XIX, com o cinematógrafo dos irmãos Lumière, se assinala a invenção do cinema (a primeira exibição de um filme data de 1895, com a projecção de curtíssimas metragens documentais dos irmãos Lumière, em Paris). O cinema, enfrentando praticamente os mesmos desafios que a fotografia, só viria a desenvolver-se grandemente durante as primeiras décadas do século XX (Britannica, 2012). [continua na página seguinte]

disciplinares parecem atingir o seu apogeu (muito devido às exigências militares, materiais e sociais impostas pelas duas Grandes Guerras), é na segunda metade do século XX que se inicia a transição para uma sociedade de controlo, não por acaso a época onde se situa a revolução digital, ou «revolução da informação» (Dobson e Fisher, 2007: 321; tradução nossa), dando corpo à ideia de uma «Terceira Revolução Industrial» (Infopédia, 2012). É o culminar de um investimento de poder do olho, então já não preso ao corpo mas estendido digitalmente, e é esse movimento que permite libertar as lógicas de vigilância e controlo das correntes e grades das instituições para as refundar sobre a sociedade.

Ao longo da nossa dissertação temos feito uso do termo *panóptico digital*. Por ele entendemos um regime herdeiro de um conjunto de mutações sobre o modelo benthamiano do panóptico original que permitiram transportar o conceito das sociedades disciplinares para as sociedades de controlo. A literatura sobre o tema é ainda algo reduzida, e embora nos últimos anos se encontre uma crescente preocupação em torno dos sistemas de vigilância e segurança (sobretudo através da questão da privacidade), não parece existir uma tendência dominante na nomeação do fenómeno, talvez porque as múltiplas dimensões do tema permitam também abordagens muito díspares. A designação de *panóptico digital* que temos vindo a utilizar pretende apenas ser uma forma prática e imediata de o diferenciar do panóptico das disciplinas, prescindindo de mais detalhes mas preservando a inspiração na arquitectura benthamiana que ainda hoje parece fornecer pistas muito interessantes para a concepção da nossa sociedade na era da revolução da informação. De seguida procuraremos reflectir acerca desta designação.

Alguns autores, como Kietzmann e Angell, mantêm a noção do panóptico de Bentham e a sua designação genérica, ainda que se lhe refiram por vezes por «modern panopticon» (2010: 136) ou «the ultimate public panopticon» (2010: 137). Em todo o caso, referem-se apenas aos seus novos meios digitais fora da prisão; deixam intacto o princípio hierárquico que residia já na prisão panóptica, perspectivando-o na sociedade como o controlo do Estado sobre virtualmente todas as instâncias da vida dos seus cidadãos, numa perspectiva essencialmente orwelliana. Por sua vez, Jerome E. Dobson e Peter F. Fisher, através das designações de «Panopticon II»¹⁵ (2007: 308) (assente em câmaras de vigilância, como o

O rádio e o telefone, ainda que ligados ao ouvido e não ao olho, também forneceram a tecnologia necessária a alguns sistemas de vigilância modernos; habitualmente assinala-se a invenção do rádio nos primeiros anos do século XX (as primeiras emissões datam de 1906) e a do telefone em 1876 (Britannica, 2012).

¹⁵ O «Panopticon I» (Dobson e Fisher, 2007: 308) seria o panóptico original de Jeremy Bentham: a prisão panóptica.

Big Brother de Orwell) e «Panopticon III» (2007: 309) (assente em sistemas de geolocalização) fazem uma distinção no seio da definição mais lata de panóptico digital que aqui temos utilizado, mas, como em Kietzmann e Angell, também em Dobson e Fisher está presente o princípio unidireccional, de cima para baixo, ou da torre para as celas, que era possível encontrar na prisão panóptica. Outros autores, porém, como Steve Mann e, sobretudo, Jean-Gabriel Ganascia, preferem adoptar uma designação mais afastada da designação original de Bentham, por considerarem que o actual modelo de vigilância e controlo se encontra já muito distante daquele que era o do panóptico. Nesse sentido, Mann refere-se-lhe como um «panóptico inverso» (Mann, Nolan e Wellman, 2003: 332) e Ganascia cunha mesmo um novo termo: *catopticon* (2010) (traduzível para português como «catóptrico», do grego *katoprikós*, relativo a espelho (Houaiss e Villar, 2003, p.1876, Tomo V)). Num tal modelo, a prisão não teria torre nem guardas, e todos os indivíduos estariam habilitados a comunicar com todos os outros. Na sequência de Mann e Ganascia vemos, portanto, que o debate não é puramente semântico, e que existem implicações que perpassam a designação do fenómeno, remodelando-o.

Propomos, por isso, reflectir sobre o significado, natureza e processos envolvidos no novo panóptico (ou catóptrico?) que vimos identificando desde o início da presente dissertação a partir das teses que Ganascia apresenta em *The generalized sousveillance society* (2010), por apresentar uma visão original e contrastante (ainda que mantenha no horizonte a prisão de Bentham) face à mais difundida perspectiva orwelliana de um *Big Brother*, isto é, de um poder total e de sentido único. Em Jean-Gabriel Ganascia encontramos novas dimensões de vigilância, e portanto uma aproximação às próprias teses para as quais temos procurado abrir caminho através da precedente revisão de literatura, pesem embora algumas diferenças na leitura que fazemos de alguns fenómenos, talvez influenciadas pela tónica que na presente dissertação temos colocado nos ecrãs enquanto agentes dessa vigilância.

Com efeito, Ganascia opõe à ideia de *surveillance* (*ver de cima*) a noção de «*sousveillance*»¹⁶ (2010: 491) (*ver de baixo*), quer dizer, a concepção de uma sociedade

¹⁶ O termo *sousveillance* foi cunhado por Steve Mann e apresentado em «Sousveillance: Inventing and Using Wearable Computing Devices for Data Collection in Surveillance Environments (Mann, Nolan e Wellman, 2003). Mann, porém, professor de Engenharia Eléctrica e Computacional, tem centrado as suas investigações na operacionalização do conceito, através da construção de câmaras de vigilância portáteis e possíveis de vestir ou, de alguma forma, trazer no corpo. Na nossa dissertação abordaremos a noção de *sousveillance*

em que quem vê está hierarquicamente abaixo de quem é visto, ainda que o autor admita que as duas noções possam coexistir actualmente sob o domínio da *sousveillance*. O autor francês começa por dizer que a sociedade de *sousveillance* é aquela onde «everything can be seen by everybody, even if those in power prohibit information dissemination» (Ganascia, 2010: 495), e coloca, por isso, o foco nas possibilidades de ver que cada indivíduo tem hoje à sua disposição como nunca antes – as estatísticas por nós apresentadas no início do primeiro capítulo são boa prova disso mesmo. Ganascia funda aí o domínio da sociedade de *sousveillance*, já que ela possibilitaria a transformação dos espectadores em produtores (Castells, 2010: xxviii) de conteúdos e informação, ou seja, operadores da visibilidade do social. A esta imagem contrapõe Ganascia aquilo que seria próprio das sociedades onde predominava a *surveillance*: a ampla difusão de informação através de jornais, estações de rádio e de televisão e livros¹⁷, meios que poderiam ser controlados unicamente por Estados ou por grandes empresas ou grupos económicos.

Como Steve Mann o explicita, porém, por *sousveillance* não deve entender-se apenas a vigilância de um panóptico invertido, de baixo para cima (como o exemplo que Ganascia dá da transparência exigida aos governos em democracia, e que Barack Obama concretizou nos Estados Unidos da América na plataforma *Government 2.0* ou *Open Government*, permitindo aos cidadãos controlar os gastos e acções do seu governo), mas também a vigilância dos pares, ou de todos aqueles que, possuindo um estatuto diferente, não se encontram numa posição hierarquicamente superior, ou que a têm num contexto apenas muito específico e circunstancial. Mann dá o exemplo do passageiro que fotografa o condutor do táxi em que viaja, ou do cliente que fotografa o empregado da loja onde faz compras (Mann, Nolan e Wellman, 2003). Estas duas dimensões, ou direcções, do olhar na sociedade de *sousveillance* inauguram uma nova figura na arquitectura de controlo: o *catopticon* de Ganascia, criado em certa oposição ao modelo panóptico e inspirado no *reflectionism*, termo cunhado por Steve Mann (1998). Mann perspectiva o *reflectionism* como uma abordagem filosófica para questionar valores sociais, e defende que este seria uma inversão tecnológica buscando o equilíbrio entre as partes numa relação social, a

sobretudo através de Jean-Gabriel Ganascia, que trabalha mais teoricamente o conceito e que fundou a ideia de catóptrico, para nós especialmente relevante pela relação estabelecida com o panóptico.

¹⁷ O caso do livro é paradigmático. Ainda que algumas dificuldades de penetração no mercado e obtenção de visibilidade persistam, a partir do momento em que o livro, pelos *ebooks*, se *ecrânizou*, o seu controlo caiu nas mãos dos indivíduos, nomeadamente através dos serviços de *Direct Publishing* quer da Amazon quer da Apple. Estes serviços eliminam o papel intermediário das editoras e tornam a publicação rápida e virtualmente sem custos ou entraves editoriais para o autor.

confrontação entre pólos, no caso, entre observador e observado. Diz Mann: «by appropriating the tools of the oppressor, [...] turning those same tools against the oppressor» (1998: secção «Reflectionism», parágrafo 1). No panóptico de Bentham, isto traduzir-se-ia numa inversão de papéis entre carcereiro e vítima; na sociedade actual, a troca seria entre um agente de poder no sentido tradicional de uma hierarquia social e um agente de *sousveillance*.

Steve Mann pôs em prática a sua ideia de *reflectionism* através de algumas experiências (1998), nas quais entrava em estabelecimentos comerciais munido de câmaras de videovigilância (iguais às das próprias lojas) montadas sobre o corpo ou sobre uma mochila. Quando abordado por algum funcionário ou segurança, que inevitavelmente questionava o uso das tais câmaras ou lhe anunciava ser proibido filmar/fotografar dentro do estabelecimento, Mann confrontava-os com as câmaras presentes no espaço, usando da habitual lógica da *surveillance*: «"only criminals are afraid of the cameras"» (1998: secção «WearCam as Mirror», parágrafo 13) ou dizendo que as suas câmaras serviam apenas «for purposes of personal safety and reducing crime» (1998: secção «Personal Anecdotes», parágrafo 1).

Ainda que estes sejam exemplos muito claros, porque provocados tendo em mente a concepção do *reflectionism* e associando à recolha de imagens a própria retórica da *surveillance*, também no quotidiano e mais próximos de nós o foram os acontecimentos em Lisboa, durante as manifestações do dia 22 de Março de 2012. Junto ao Largo do Chiado, a polícia agrediu alguns manifestantes e também fotojornalistas que se encontravam entre eles. Os acontecimentos foram prontamente gravados, em vídeo e em fotografia, por vários cidadãos anónimos, e posteriormente divulgados na internet. Este é um caso de *reflectionism*, e mais, um caso de *sousveillance*, pois a polícia, que habitualmente detém o poder de vigiar e controlar como um direito (como tem o poder de revistar alguém sem nunca poder ser ela própria revistada), foi alvo de vigilância, e em consequência disso as suas acções mereceram a reprobção da sociedade e a abertura de inquéritos disciplinares: «Um lado positivo, quando um amador de vídeo consegue filmar uma brutalidade policial (...): neste caso a vigilância é um meio de controlo da democracia e testemunha os seus desvios.» (Lipovetsky e Serroy, 2010: 262)

Esta confrontação, este sentido do olhar que era impossível no panóptico, é o que permite o divisar de um edifício catóptrico, para usar a terminologia de Jean-Gabriel

Ganascia. De acordo com Ganascia, o *catopticon* poderia ser imaginado numa construção circular, à imagem do panóptico, mas tendo no lugar da torre de vigilância uma série de espelhos posicionados de tal forma que de cada cela seria possível ver – e por isso comunicar com – todas as outras celas. Claro que o modelo prisional, em parte como acontecia no panóptico, deverá ser entendido como metáfora social; Ganascia vê no *catopticon*, como parece ser claro, uma vocação social. Pese embora a descrição que fizemos anteriormente deste dispositivo, Ganascia alerta:

«Note that the equality apparent in the architecture of the Catopticon, where the central tower is unoccupied, does not mean that power is equally distributed. New groups are imposing their power in the social space occupied by the Catopticon.» (2010: 499)

Assim, se por um lado todos estão habilitados a ver todos, temos que o poder daí resultante é assimétrico: como afirma Mulgan, «networks are created not just to communicate, but also to gain position, to outcommunicate.» (Mulgan *apud* Castells, 2010: 71) Por outras palavras, o poder não é simétrico porque a relação dos indivíduos com a informação é não apenas diferente nos seus acessos mas também no desempenhar das acções que a têm por base; porque o *catopticon* é uma figura teórica e não uma verdadeira arquitectura prisional, não há celas, donde releva que, por meio do visível, os observadores podem exercer acções assimétricas uns sobre os outros. Ainda que exista a possibilidade de ver todos, porém, o olhar é regido por um determinado conjunto de motivações que dão corpo e enquadramento à atenção – o discurso dos anúncios do operador de telecomunicações Zon para o seu produto de televisão interactiva, o Íris, é construído sobre a percepção dessa flutuação: «há uma linha que separa o que eu quero hoje daquilo que eu quero amanhã». E como também nota Danah Boyd, «people are far more likely to pay attention to some kinds of information than others. (...) people are more likely to pay attention to some people.» (2012: secção The Role of Radical Transparency, parag. 11) Bastará pensar que, ainda hoje, ou sobretudo hoje, na Era da internet, continuam a existir figuras ou *sites* de referência; os *opinion-makers* não desapareceram; de facto, talvez sejam hoje até mais poderosos, pois o seu acesso ao mundo é maior, como maior será também o acesso do mundo a eles. Talvez, então, na medida em que os acessos se tornaram plurais e facilitados, e apesar da reciprocidade no visível, a afirmação de instâncias de poder saia reforçada do edifício catóptrico.

Ganascia (2010) dá alguns exemplos do modo como se concretiza hoje o *catopticon*, e parece-nos que tais exemplos constituem fundações profícuas para uma reflexão em múltiplas dimensões sobre o funcionamento do olhar na nossa sociedade ecranizada – sociedade de *sousveillance*, ou no aparente equilíbrio de uma «*equiveillance*» simétrica (Steve Mann *apud* Ganascia, 2010: 491) –, e daqueles que indiciaremos em seguida serem tanto os esquemas produtivos como os esquemas punitivos de uma sociedade de informação, recuperando para tal as teses de Rusche e Kirchheimer a que já acedemos através de Foucault¹⁸ (2010). Antes de nos debruçarmos sobre os seguintes exemplos convém, no entanto, ter em mente que entre a noção de *sousveillance* de Mann e a de Ganascia há uma importante diferença: enquanto Mann previa que o observador concedesse livre acesso a todos os produtos da sua vigilância e que essa vigilância fosse visível para o observado – uma vigilância pública –, Ganascia alarga a noção também aos dispositivos privados de videovigilância, muitas vezes ocultos.

O primeiro exemplo dado por Jean-Gabriel Ganascia é o do serviço *Internet Eyes* (<http://interneteyes.co.uk>). Este serviço permite aos donos de estabelecimentos comerciais, mediante o pagamento de uma taxa mensal, transmitirem em tempo-real as imagens das suas câmaras de videovigilância (*CCTV – Closed-Circuit Television*) para o referido *site*, onde cidadãos anónimos (denominados por *Viewers*) de todo o mundo assistem à transmissão das câmaras de videovigilância e notificam, através do *site*, ocorrências suspeitas que detectem. Os *Viewers* são remunerados com base no número de horas e ocorrências que reportam. O segundo exemplo relatado por Ganascia é o do serviço *BlueServo* (<http://www.BlueServo.net>). Este serviço funciona sobre os mesmos pressupostos que o *Internet Eyes*, mas possui a curiosa particularidade de ser operado pelo governo dos Estados Unidos da América, colocando os cidadãos de todo o mundo a vigiar a fronteira entre os EUA e o México, e a reportar em directo qualquer infracção detectada.

Segundo Ganascia, como no *catopticon* não existe um centro de poder que observa, ao invés do que acontecia no panóptico, será virtualmente impossível agregar todos os *inputs* informativos, ou seja, agregar *o tudo que todos vêem*. Assim, para atenuar esse problema, lógicas e serviços como o *Internet Eyes* e o *BlueServo* colocariam os indivíduos, voluntariamente mobilizados e livres no investimento do seu tempo, ao seu serviço, fazendo assim face aos elevados custos de manutenção de recursos materiais e humanos

¹⁸ ver página 52.

numa vigilância *oficial* em permanência. Assim, enquanto a quantidade de vigilantes poderá ser virtualmente muito maior, os seus custos serão certamente muito menores.

Há, porém, algumas considerações a tecer sobre estes exemplos e a interpretação que deles faz Ganascia, que nos parecem aqui relevantes discutir. O autor francês, enunciando tais exemplos como exemplos do funcionamento do *catopticon*, pois eles colocam os indivíduos perante os indivíduos, fá-los funcionar dentro da lógica de uma sociedade de *sousveillance* generalizada, uma vez que qualquer cidadão anónimo, da base da sociedade, está habilitado a olhar em seu redor. De facto, Ganascia alerta:

«Note that this extension of *sousveillance* concerns not only the prevention of crime, but all aspects of social life: at work, at home, as a citizen, etc., everybody participates at each instant of his life in this generalized *sousveillance*.» (2010: 498)

Se no momento imediato do processo de vigilância (quer no *Internet Eyes* quer no *BlueServo*), isto é, se na particular acção de um indivíduo ver outro no ecrã parece clara a existência de uma *sousveillance*, não estará também, quando abarcado o serviço ou o dispositivo no seu todo, presente de forma fundamental e incontornável a instância da *surveillance*? É certo que cada indivíduo, cada *Viewer*, vê de facto quem lhe surge no ecrã, mas só dadas instâncias estão habilitadas a intervir com base nesse conhecimento – no caso do *BlueServo*, a polícia norte-americana ou um dos seus serviços de inteligência; no caso do *Internet Eyes*, o proprietário do estabelecimento ou a polícia. E estando o *Viewer* ao serviço do governo americano (no caso mais paradigmático do *BlueServo*), será que faz sentido falar ainda em *sousveillance*? Através do cidadão comum, quem realmente espia é o governo. Não será, então, claro que, mais do que a uma *sousveillance*, quando nos referimos a este género de lógicas parecemos encontrar a *surveillance* a incorporar em si a *sousveillance*? Aliás, parecemos mesmo estar na presença de uma dupla *surveillance*, na medida em que não só a *sousveillance* se tornou uma instância da primeira mas porque, no próprio acto de ver, cada indivíduo é também visto. Cada um dos serviços mencionados obriga ao registo do *Viewer* e ao fornecimento de uma série de dados pessoais (nome, data de nascimento, contactos, morada), mas também ao aceitar de um conjunto de condições relativas às imagens disponibilizadas pelo *site* e ao próprio tratamento dos dados do *Viewer*. Mas se essa informação é fornecida conscientemente, poderá escapar ao observador que se regista todo um conjunto de dados a seu respeito a que os proprietários dos serviços podem aceder: endereço IP do utilizador (que permite posicioná-lo, dentro de certos limites, no espaço, ou até aceder ao seu fornecedor de internet e à fonte do seu sinal

digital), duração e datas da vigilância, câmaras visionadas, número e tipo das situações reportadas, entre inúmeras outras informações decorrentes ou não destas.

Resumindo, não só os exemplos de Ganascia parecem consubstanciar instâncias de *surveillance* que se apropriam da *sousveillance* como são também, além disso, agentes da própria *surveillance* no primeiro sentido do termo, pelo digital e pelos seus registos recolhendo informação a cada momento, conservando em si as marcas do panóptico, mas eis que também as do *catopticon*: quem vê também pode ser visto. Daqui sucede, então, que na sociedade de *sousveillance*, em grande medida a sociedade ecranizada, todos os indivíduos podem ser vistos: «*the police includes everything*» (Foucault *apud* Hardt e Negri, 2001: 22; itálico no original), pois é no acto de ver que os indivíduos se tornam visíveis: *surveillance e sousveillance*, simultaneamente em todos os ecrãs da nossa sociedade.

Retomamos, então, o ponto da «conectividade perpétua» (Castells, 2010: xxx; tradução nossa) que já tínhamos abordado no final do capítulo anterior¹⁹, e dessa forma torna-se possível retomar também a referência de Michel Foucault à tese de Rusche e Kirchheimer²⁰, de que os meios de produção estariam intimamente ligados, definindo-os, aos meios de punição.

Sobre os modos de produção defendia Deleuze já na década de 90, ao perspectivar a sociedade de controlo que dizia estar a iniciar-se, que o capitalismo como o conhecemos actualmente não está já virado para a produção mas para a venda do produto, ou seja, para o mercado (2009), e mesmo McLuhan, no final da década de 60, afirmava já que, «no nosso mundo eléctrico, a informação é claramente o negócio principal e a maior fonte de riqueza» (2008: 212). Estamos, portanto, talvez habilitados a dizer que os nossos esquemas de produção ocidentais se alicerçam grandemente na produção de informação e no controlo dos fluxos informativos. Aí residirá o centro de funcionamento da nossa economia global: vejamos o que sucede com as Bolsas de Valores e Agências de *rating*, a importância que têm hoje os estudos de mercado e o conhecimento dos hábitos de consumos mediáticos, ou o porquê das marcas estarem progressivamente mais atentas ao seu posicionamento (e dos seus clientes) na «ecranosfera» (Lipovetsky e Serroy, 2010: 10), quer dizer, nesse virtual onde *realmente* se vive cada vez mais. Afinal, se tudo é comunicação e se a economia se centra hoje na venda – como afirma Deleuze: «*le marketing est maintenant l'instrument du*

¹⁹ ver página 47.

²⁰ ver página 52.

contrôle social (...). Le contrôle est à court terme et à rotation rapide, mais aussi continu et illimité» (2009: 245) – todos os produtos da comunicação se tornam potencial matéria-prima nas engrenagens do controlo social, estas cada vez mais o porta-estandarte de interesses económicos:

«Na medida em que os novos programas permitem não só revelar comportamentos "suspeitos", mas também, para além do aspecto da segurança, interpretar para fins de marketing as hesitações dos consumidores diante de uma prateleira para determinar, a partir daí, elementos suplementares de informação capazes de gerar o acto de compra.» (Lipovetsky e Serroy, 2010: 261; aspas no original)

Essa é, aliás, herança das sociedades disciplinares: os aparelhos de produção não produzem apenas os produtos vendáveis ou os seus objectivos últimos (a força destrutiva no exército ou a saúde no hospital) (Foucault, 2010); os aparelhos de produção são também instâncias de produção de conhecimento, de saber (que então mobilizam para atingir os seus fins), e se a sociedade de controlo abriu as instituições e estendeu a sua lógica, todas as actividades humanas podem hoje converter-se em produtoras e produtos de saber (McLuhan, 2008: 72). De facto, na nossa sociedade ecranizada, são cada vez mais os exemplos que nos são dados a ver dessa ligação entre a produção do saber e o *marketing*: os serviços do *Google* que registam as nossas pesquisas ou mesmo as palavras mais utilizadas nos nossos e-mails para nos dirigir os anúncios mais adequados, ou o caso de lojas como a *Amazon* e a *Fnac*, que interpretam os nossos interesses, com base nos produtos que pesquisamos, para nos aconselhar futuras compras.

E se estes são os modos de produção de uma sociedade ecranizada, quais são hoje os seus modos de punição?

Como já referimos, as sociedades de controlo são herdeiras das sociedades disciplinares, não havendo das segundas para as primeiras uma mudança de objectivos, mas apenas um intensificar dos seus processos pelos meios empregados. Com o panóptico de Bentham, modelo ideal das disciplinas, o grande objectivo era incutir nos indivíduos a noção dos imperativos sociais, concorrendo para a sua incorporação da própria lógica disciplinar, expressada através da auto-disciplina, que tende a configurar-se, como veremos adiante, em atitudes de censura própria, atitudes auto-repressivas:

«The passage to the society of control does not in any way mean the end of discipline. In fact, the immanent exercise of discipline – that is, the self-disciplining of subjects, the incessant whisperings of disciplinary logics within subjectivities themselves – is extended even more generally in the society of control.» (Hardt e Negri, 2001: 330)

Nas sociedades disciplinares, a auto-disciplina era imposta através da ameaça sempre presente da punição sobre o corpo, quer sobre a forma da prisão (privação de liberdade) quer da privação de contacto com o outro, privação de alimentos, privação sexual, ou mesmo, em dadas épocas – e diminuindo progressivamente ao longo dos séculos –, de determinados castigos corporais, através da tortura física. E se, de acordo com Michael Hardt e Antonio Negri, a auto-disciplina (*self-disciplining*) seria mesmo mais poderosa nas sociedades disciplinares, sendo que a tortura fora já abolida nos séculos XIX e XX enquanto esquema de punição, que modos criou a sociedade de controlo, tão eficazes ou, pelo menos, tão activos na promoção da auto-disciplina? Como se controlam efectivamente os indivíduos nas sociedades de controlo, aparentemente mais livres na vida de todos os dias, livres nos espaços que frequentam, livres nas suas escolhas, livres nas suas relações? Ao contrário do que acontecia nas sociedades disciplinares, as sociedades no paradigma de controlo não parecem já admitir ameaças sobre o corpo. A resposta poderá, então, residir aí: não no corpo, mas na mente.

Sintomaticamente, em *Vigiar e Punir*, Foucault anunciava: «Desapareceu o corpo como alvo principal da repressão penal.» (2010: 13), mas isso não será sinónimo de uma verdadeira libertação do corpo. Afinal, talvez Manovich tivesse razão ao dizer: «we will carry our prisons with us» (1995: 14), pois, como o próprio notava, o corpo continua, de alguma forma, ainda preso: preso ao rato e ao teclado do computador, de que não se pode apartar sem uma interrupção ou desligamento; preso ao ecrã de televisão que não admite senão a imobilidade diante dele; preso pela mão e pelo olho a todos os dispositivos que o acompanham mesmo fora de casa: o *smartphone*, o *tablet*, o leitor de *ebooks*, etc. E se anteriormente assinalávamos como estas tecnologias de informação, genericamente falando, encontravam as suas raízes nos dispositivos surgidos em finais do século XIX e inícios do século XX²¹, talvez seja relevante convocar Vivian Sobchack, que situa uma das suas principais teses sobre a projecção cinemática numa certa inversão filosófica da visibilidade.

Segundo Sobchack, quando pela primeira vez o cinema deu a ver o mundo através de outros olhos, quando deu a experimentar a subjectividade do outro, ele operou uma transformação na forma dos indivíduos conceberem os acontecimentos ao seu redor, e as suas próprias acções: «The cinematic uniquely allows this philosophical turning, this

²¹ ver nota de rodapé nº14, páginas 62-63.

objective insight into the subjective structure of vision, into oneself as both viewing subject and visible object, and, remarkably, into others as the same.» (Sobchack, 1994: 96) Em termos práticos, como Merleau-Ponty explicita, na linha da tradição fenomenológica, o que tal transformação produz é que, «"for the first time, the seeing that I am is for me really visible; for the first time I appear to myself completely turned inside out under my own eyes"» (Merleau-Ponty *apud* Sobchack, 1994: 96; aspas no original) Por outras palavras, quando se dá a ver o olhar do outro – o mesmo seria dizer os seus juízos e considerações –, como que se mostra ao indivíduo o seu reflexo num espelho, mas mais, num espelho que não é passivo mas (re)activo, num espelho com ponto de vista. Aceder ao olhar do outro torna-se, então, sinónimo da percepção da imagem que cada indivíduo projecta de si na sociedade. É a compreensão de que a sociedade não vê nem através dos *meus* olhos nem através de um olho objectivo, geral e separado do real, mas de uma multiplicidade de subjectividades.

Esta concepção reconduz-nos logicamente à ideia já por nós citada de que *a polícia somos todos nós*, que Foucault também já encontrava nas sociedades disciplinares:

«O poder policial deve-se exercer "sobre tudo" (...).«E para se exercer, esse poder deve adquirir o instrumento para uma vigilância permanente, exaustiva, onipresente, capaz de tornar tudo visível, mas com a condição de se tornar ela mesma invisível. Deve ser como um olhar sem rosto que transforme todo o corpo social em um campo de percepção: milhares de olhos postados em toda a parte, atenções móveis e sempre alerta, uma longa rede hierarquizada» (Foucault, 2010: 202)

Na nossa sociedade ecranizada, ou nas sociedades de controlo, partindo da sua caracterização genérica e teórica, não é senão isto que se evidencia: *milhares de olhos postados em toda a parte*. Cremos ter dado disso provas bastantes no primeiro capítulo da nossa dissertação, através da apresentação de dados estatísticos sobre a penetração dos ecrãs na nossa sociedade, e num segundo momento, no segundo capítulo, de forma eminentemente teórica, pela análise bibliográfica em torno da ideia da rede e do movimento que denominámos por ecranização da vida (a par de uma cinematização do mundo).

Retomando o ponto anterior, se o corpo não é já o objecto de punição mas a mente ou o espírito, enquanto sede da consciência e da personalidade, o maior medo na nossa sociedade ecranizada será o de ver os erros próprios expostos, difundidos na rede. Numa sociedade em que a informação se tornou o maior bem e em que a economia é a da atenção – «More than anything, they [jovens] fear anonymity and want to be distinguished from

others» (Ganascia, 2010: 493) –, onde tudo pode estar sob permanente escrutínio, a denúncia, ou melhor dizendo, a visibilidade de acções desviantes será, porventura, a maior arma de controlo, a punição mais dolorosa para o indivíduo. São muitos os casos que o sustentam, sobretudo no campo político: recordemos, a esse respeito, os escândalos sexuais envolvendo o antigo presidente dos Estados Unidos da América, Bill Clinton, ou mais recentemente de Dominique Strauss-Kahn, obrigado a demitir-se do seu cargo de presidente do Fundo Monetário Internacional, mesmo não tendo sido dado como culpado dos crimes de que foi acusado; ou ainda os inúmeros casos em que figuras públicas vêm os seus telemóveis ou computadores invadidos por *hackers* e se divulgam documentos ou fotografias comprometedoras – no acto da divulgação reside desde logo a noção de que a visibilidade é uma arma. Será interessante, a esse respeito, seguir a pista de Foucault, que nota que nas primeiras décadas do século XIX, o criminoso a executar estaria no cadafalso com o rosto tapado: «um criminoso, na medida em que é monstruoso, deve ser privado de luz: não ver, não ser visto.» (Foucault, 2010: 19) Ora, nada mais distante da nossa sociedade ecranizada, dessa sociedade de *sousveillance* (para usar o termo de Ganascia) ou, apetece dizer, de uma *tousveillance* (onde todos vigiam). De facto, e por isso o incluímos no título da nossa dissertação, actualmente o modelo não parece mais ser o do ocultamento (*não ver, não ser visto*), mas o da transparência (*ver e ser visto*).

A visibilidade dos erros e desvios torna-se, então, ferramenta punitiva. E da mesma forma como a violência sobre o corpo nas disciplinas, e, desde logo, a ameaça dessa violência, a exposição à sociedade deverá, actualmente, levar à normalização dos comportamentos, ao cumprimento da lei e ao respeito pelos costumes e por uma dada noção de moral. Por esse motivo, à ameaça da visibilidade, o indivíduo responde com o seu fechamento, com a auto-repressão: «In the face of constant monitoring, all the people could do was sterilize their behavior, conceal their thoughts and carry on like model citizens.» (Kirn, 2010: parág. 1) Por exemplo, um político que é amplamente criticado por uma fotografia que publicou no *Facebook* abster-se-á certamente, no futuro, de novas publicações. Um aspecto importante do problema, porém, perpassa o momento da exposição pública ou do momento em que a exposição pública resulta em danos para a reputação do indivíduo: como o referimos, os registos digitais, que facilitam o armazenamento e o registo da informação, podem inclusive funcionar retroactivamente, e isso torna muito difícil o seu controlo por parte dos potenciais visados. A partir do

momento em que as informações caem na rede, isto é, no domínio público, é muito difícil, se não mesmo impossível, inferir quais as suas consequências, sobretudo se perspectivadas a longo prazo (Doctorow, 2012). Talvez por isso seja tão elevada a quantidade de informação que voluntariamente disponibilizamos na rede: porque não somos capazes de avaliar os riscos a que essa visibilidade, esse acesso gratuito à nossa privacidade, nos pode expor.

De facto, as redes sociais, como o *Facebook*, permitem estender essa lógica de vigilância e suspensão da privacidade – e os riscos daí decorrentes – de forma exponencial toda a sociedade e a uma grande quantidade de tempos e espaços, e alguns investigadores apontam mesmo para que as por vezes tão polémicas definições de privacidade dos utilizadores do *Facebook* residam na concepção de *transparência radical* de que é partidário Mark Zuckerberg, seu criador:

«In many instances, Zuckerberg has argued that people are more accountable if they don't hide behind pseudonyms and privacy settings. As I explained back then (...) there were serious consequences for individuals who were exposed by *Facebook*. But the question on the table still remains: is society better off when everyone and everything is publicly out in the open?» (Boyd, 2012: secção The Role of Radical Transparency, parag. 8)

Por *transparência radical* compreende-se uma noção de que todos os indivíduos de uma sociedade seriam mais honestos e responsáveis se todos os aspectos da sua vida fossem públicos (Boyd, 2012). De facto, esse é o princípio que subjaz à ideia de um *Big Brother*, e é também essa a lógica presente nos estabelecimentos comerciais que espiam os seus clientes; a vigilância, ou a visibilidade, é sobretudo uma estratégia de dissuasão, medida preventiva, mas também, muito naturalmente, o seu olho com memória pode funcionar retroactivamente, e é esse o triunfo do registo (Chatterjee, 2011). Se anteriormente falávamos dos binóculos, tecnologia que permitia estender o olho no espaço, os ecrãs permitem estender o olho também no tempo, registando não só o presente mas permitindo recuperar o passado, e mais: permitindo agir sobre ele.

Se a relação com o tempo e com o espaço se alterou profundamente, as relações sociais também não se conservaram intactas. Michel Foucault anunciou que a Idade Moderna já não era a do espectáculo, pois, ao contrário da Antiguidade, onde se tratava de «"tornar acessível a uma multidão de homens a inspeção de um pequeno número de objetos": a esse problema respondia a arquitetura dos tempos, dos teatros e dos circos.» (2010: 204; aspas no original), na Idade Moderna tratava-se de «proporcionar a um pequeno número, ou

mesmo a um só, a visão instantânea de uma grande multidão»: este era, logicamente, o caso do panóptico, na sua torre de vigia. E hoje, na Idade a que, seguindo a lógica de Foucault, poderíamos apelidar de pós-moderna, onde uma multidão de Homens tem visão sobre outra multidão de Homens – virtualmente, a todos a visão de todos –, de que se trata? Sucessores da Idade Moderna, estamos agora na posse de tecnologia que permite estender a visão do um sobre todos, que talvez seja agora a visão de *cada* um sobre todos. A questão, aí, residirá apenas na formulação; em ambas persiste o ideal da vigilância, uma situação de transparência radical, e, como se verificava entre as sociedades disciplinares e entre as sociedades de controlo, talvez apenas e sobretudo uma radicalização dos processos. Foucault nota, de seguida, que

«O ponto ideal da penalidade hoje seria a disciplina infinita: um interrogatório sem termo, um inquérito que se prolongasse sem limite numa observação minuciosa e cada vez mais analítica, um julgamento que seja ao mesmo tempo a constituição de um processo nunca encerrado, o amolecimento calculado de uma pena ligada à curiosidade implacável de um exame (...)» (2010: 213)

E que melhor forma de exercer a disciplina infinita se não munindo todos os indivíduos das ferramentas para a observação prolongada dos demais? E se através dessa observação se fornecessem os meios para a própria inquirição dos observados? Parece ser essa, então, a estratégia da sociedade pós-moderna, já não a do espectáculo nem a de um sistema oligárquico.

No entanto, uma questão parece exigir-se: se *a polícia somos todos nós*, estaremos ainda numa sociedade de controlo, tal como definida por Deleuze (2009)? Não pressunha a concepção das sociedades de controlo ainda um controlo unidireccional, o *Big Brother* de George Orwell no seu *1984*?

Para Julien Assange, fundador da organização *Wikileaks*, a sociedade de hoje ainda é eminentemente uma sociedade de controlo nesse preciso sentido de exclusão e definição de fronteiras, dado o grande número de empresas, inclusive europeias, dedicadas à vigilância cada vez mais invasiva dos cidadãos, e aos governos que delas fazem uso. Diz Assange: «We now see mass surveillance, where computer systems of an entire country are infected by surveillance programs, where the entire phone calls of a nation can be and are recorded by a company.» (Chatterjee, 2011: parág. 6) A partir do caso *Wikileaks* questões relativas ao panóptico readquirem sentido: como o encontra Foucault, idealmente o dispositivo panóptico não apresentaria o risco de degenerar em tirania por poder ser por qualquer

indivíduo, por toda a sociedade, inspeccionado no seu funcionamento: «A máquina de ver é uma espécie de câmara escura em que se espionam indivíduos; ela torna-se um edifício transparente onde o exercício do poder é controlável pela sociedade inteira.» (2010: 196) Ora, não poderia o *Wikileaks* constituir-se como essa instância de controlo, de supervisão do poder panóptico: o vigilante a vigiar o vigilante? De alguma forma, podemos sabemo-lo pelo desfecho dos acontecimentos, a porta da prisão parece ter-se fechado ao escrutínio público. Poderá essa ser uma consequência do panoptizar de toda a sociedade? Existirá ainda alguém em posição de agir sobre os desvios do poder sem que esteja exposto a eles? Antes de mais, se toda a sociedade se panoptiza, será ainda possível distinguir a sua estrutura e agir em concordância? E, se a resposta for negativa, significará isso que, afinal, a nossa sociedade é ainda uma efectiva sociedade de controlo em que, indiferente à visibilidade plural, o poder real só pode exercer-se, ainda e sempre, de cima para baixo? Terá Julien Assange razão ao falar de uma militarização do ciberespaço? (Chatterjee, 2011) Quais são os seus limites? E em que sentido se fará a sua evolução?

Parte II

EXPLORAÇÃO

Capítulo 4 – Entrevistas

4.1. Metodologia

Tendo em conta a nossa opção de seguir uma via eminentemente teórica, alicerçada na revisão da literatura que cremos relevante para o nosso tema, que ocupou os capítulos anteriores e que encontra reflexo na questão de partida que inicialmente apresentámos, a nossa escolha recaiu sobre um método qualitativo – a entrevista –, e uma amostra de conveniência em função de perfis primeiramente definidos. Este método, e sua amostra, encontram justificação na impossibilidade prática de proceder à realização de inquéritos, com benefício, a um número relevante de inquiridos, quando tomada em consideração aquela que é a nossa questão de partida e a extensão geográfica e cultural a que ela se reporta, sem afunilar o tema, restringindo-o a uma variável e a um contexto muito específicos. E se um tal estudo produziria certamente resultados profícuos, não era também esse o objectivo desejado para a presente dissertação. Mais do que responder de forma fechada e inequívoca, explicando com detalhe estatístico uma porção da realidade, pretende aqui promover-se uma reflexão mais alargada sobre essa vivência ecrânica, procurando-se caracterizá-la, problematizá-la, e procurando-se encontrá-la, colocando a hipótese dela ser hoje real e de influir sobre os comportamentos dos indivíduos, sobre as suas relações com o outro e com o mundo, na confluência entre os indícios obtidos através das entrevistas e das perspectivas decorrentes da análise de literatura.

O recurso a entrevistas nestes moldes, como fonte válida de revelações e conhecimento, é legitimada por diversos autores, como o filósofo Jacques Derrida (partindo da análise ao estruturalismo em Claude Lévi-Strauss). Se, para Lévi-Strauss, o termo «bricolage» (Derrida, 2005: 360) designa uma acção recorrente a algo que já se encontra em nós, que emerge da nossa experiência, Derrida, estendendo o conceito às práticas discursivas, vem explicitar que aquilo que dizemos pertence, para o bem e para o mal, à nossa experiência pessoal e à nossa vivência social, pois que não somos *engenheiros* (para usar o termo straussiano) e que, portanto, não podemos criar conceitos totalmente novos, nem produzir discursos terminantemente desligados do real, da história e da experiência, da cultura. Temos, então, que, acedendo ao discurso dos indivíduos (entrevistados), *bricoleurs* em si mesmos, podemos entrever o património intelectual da

comunidade que lhes subjaz, e talvez até de grupos ou segmentos particulares dentro dela, com a separação formal a que nestas entrevistas se procedeu entre utilizadores comuns e especialistas (ver página seguinte). A importância de considerar esse património gnoseológico acessível pelas palavras e acções dos indivíduos comuns encontra também na sociologia fenomenológica de Alfred Schütz fundamento. De facto, para Schütz, é no mundo quotidiano que se encontra a realidade social primordial, pois é pela «atitude natural» (1979: 72) dos indivíduos, isto é, pelas suas acções quotidianas no mundo, as quais não questionam ulteriormente a natureza das coisas, que os indivíduos agem pragmaticamente no mundo. Esta concepção tem eco na noção de *bricoleur* já referida em Lévi-Strauss, pois que, como vem afirmar Schütz, a atitude natural dos indivíduos se traduz no recurso ao conjunto de referências que para eles estão disponíveis, aquelas que advêm da sua própria experiência ou daquelas que os seus círculos lhes transmitiram, em suma, aquelas que estão «"à mão"» (Schütz, 1979: 72; aspas no original). Por outras palavras, esse conhecimento que lhes serve de referência é o que permite a interpretação dos fenómenos, mas, precisamente porque a sua interpretação decorre desse pragmatismo, precisamente porque ela assenta no pressuposto que é o mundo tal como os indivíduos *naturalmente* o experimentam, é-lhes supostamente mais difícil colocar em causa a existência das coisas, como Husserl propunha através da «redução fenomenológica» (Schütz, 1979: 58), da atitude crítica do investigador. Berger e Luckmann (2003) vão, porém, um pouco mais longe, explicitando os riscos do pragmatismo, afirmando que, da confluência entre a *atitude natural* e o recurso às experiências dos antepassados, os indivíduos estão expostos ao risco de tomarem por realidades objectivas significações sociais de outro modo complexas e potencialmente mutáveis. Aceitando esta linha de pensamento, as entrevistas aqui empreendidas preservam a sua importância, pois, assim como Schütz, também Berger e Luckmann colocam a tónica nos modos como os indivíduos fazem as coisas, isto é, como interagem socialmente. Também Harold Garfinkel (1967), fenomenólogo e pai da etnometodologia, parece subscrever esta visão, propondo a investigação das construções de sentido dos indivíduos na sua *atitude natural*. Além disso, e como já Berger e Luckmann para tal tinham aberto portas, a etnometodologia parte do pressuposto de que a *atitude natural* é extensível a todo o conjunto de sociedades ou culturas, pelo que haverá pontos de contacto entre os modos como os indivíduos dão sentido ao mundo do quotidiano, validando assim, ainda que não necessariamente a

verdade das suas revelações, pelo menos o seu uso enquanto matéria-prima da reflexão sobre os fenómenos sociais. Esta atitude está também presente em Schütz, para quem as experiências cognitivas dos indivíduos perante o mundo quotidiano seriam semelhantes (daí o termo *senso-comum*), independentemente de determinadas experiências pessoais da sua vida – pesaria aqui a cultura, os discursos veiculados numa determinada comunidade de partilha e pertença. Regressando a Husserl, ao método da redução fenomenológica corresponderia uma suspensão, um pôr «entre parêntesis» (Schütz, 1979: 58) de todos os julgamentos do senso-comum, isto é, uma suspensão da crença no mundo tal como a ele acedem os indivíduos na experiência do quotidiano. Schütz, porém, parece interessado em recuperar o método natural da posição assumida dos indivíduos perante o mundo como forma legítima de abordagem às ciências sociais. Nesse sentido, temos que, «para Schütz, a salvaguarda do ponto de vista subjectivo é a única garantia de que a realidade social não será substituída por um mundo construído pelo observador» (Correia, 2002: 9). Oportunamente, como afirma Montaigne, «We need to interpret interpretations more than to interpret things.» (*apud* Derrida, 2005: 315)

Tendo em mente as possibilidades de relação com o ecrã e as possibilidades de acesso à sua natureza e significados, pareceu relevante proceder à divisão dos entrevistados em dois grupos distintos: especialistas no manuseamento de sistemas de informação e comunicação, cuja formação e relação com os ecrãs poderá possibilitar uma maior consciência da relação estabelecida com os equipamentos; e utilizadores comuns, isto é, indivíduos cuja utilização dos meios tecnológicos é aparentemente *normal*, eventualmente arredada de uma reflexão sobre o meio e das suas consequências, através de uma utilização que se pressupõe meramente instrumental. Para o grupo dos especialistas identificámos quatro perfis preferenciais, segundo o emprego: um gestor de comunidades (redes sociais), um informático ligado à banca, um informático ligado às telecomunicações, e um consultor de segurança. Para o grupo dos utilizadores comuns identificámos igualmente quatro perfis, de acordo com o par idade/ocupação, ainda que a idade não fosse o factor declarado, mas sim a base de um pressuposto quanto à ocupação e sobretudo quanto ao nível de envolvimento com os meios tecnológicos: um estudante, um profissional em início de carreira, um profissional experiente, e um reformado.

A escolha dos entrevistados foi aleatória, tendo-se apenas pedido a conhecidos que indicassem indivíduos terceiros que obedecessem aos critérios (faixa etária e ocupação)

definidos e preferencialmente desconhecidos do entrevistador²². Do guião de entrevista constavam 14 questões, que foram igualmente colocadas aos dois grupos de entrevistados, com as eventuais adaptações necessárias. O guião foi, no entanto, sempre considerado aberto, e num ou noutro caso, sobretudo no grupos dos especialistas, provou-se oportuno proceder a mais uma ou outra questão desencadeadas pelo decorrer da própria entrevista, ou pelo perfil específico do entrevistado.

As entrevistas foram gravadas em suporte áudio com o consentimento dos entrevistados e posteriormente transcritas para facilitar o trabalho de análise. Oportunamente, este é também um simples exemplo da prevalência do olhar e, porque não, dos ecrãs, a que McLuhan chama a ocidentalização (2008), essa troca do ouvido pelo olhar. Como o próprio afirma, «In general we feel more secure when things are visible, when we can "see for ourselves." (...) All kinds of "shorthand" systems of notation have been developed to help us see what we hear.» (McLuhan e Fiore, 2008: 117; aspas e sublinhados no original)

4.2. Análise e Reflexão

Na tentativa de tornar mais clara a análise das entrevistas, agrupámos as questões em 4 eixos de estudo, de acordo com aqueles que nos parecem ser os principais vectores da nossa investigação, como espelhados nos capítulos anteriores: 1 – Ecranização da Vida; 2 – Ver; 3 – Ser Visto; e 4 – Visibilidade e Consequências.²³

4.2.1. Eixo 1 – Ecranização da Vida

Considerando este primeiro eixo, um ponto de contacto entre ambos os grupos (especialistas e utilizadores comuns) foi a expressa consciência de que os ecrãs têm hoje um papel preponderante na vida da maioria das pessoas, algo que os entrevistados exprimiram ao longo das várias respostas. A avaliação desta percepção era um dos

²² Entre todo o painel de entrevistados, apenas Roberto Estreitinho foi directamente seleccionado, dada a sua ocupação e experiência no campo dos *media* digitais/redes sociais. Salvaguardaram-se, porém, as mesmas condições de entrevista e o mesmo conhecimento acerca do âmbito da entrevista e suas motivações.

²³ Na operacionalização destes 4 eixos de investigação, o segundo e o terceiro surgem juntos, já que, como temos procurado demonstrar, e como explicitaremos mais adiante, o *ver* e o *ser visto* parecem progressivamente mais difíceis de dissociar.

objectivos deste primeiro eixo de investigação, e o primeiro conjunto de perguntas foi elaborado nesse sentido.

Quando lhes foi pedido para descreverem o início de um dia normal, identificando rotinas, as respostas foram muito diversificadas. De entre os utilizadores comuns, apenas um (Tiago Cruz, 28 anos, profissional em início de carreira, Engenheiro do Ambiente) referiu, entre as suas rotinas, o telemóvel, uma vez que o usa como despertador para acordar. Curiosamente, o mesmo entrevistado acrescentou ainda, «Agora só imagino máquinas, quase.», fornecendo uma pista interessante no sentido de caracterizar a vida que temos vindo a definir como ecranizada. No grupo dos especialistas, a tendência foi contrária, entendendo 3 dos 4 entrevistados incluir, quando inquiridos sobre as rotinas do início do seu dia, também ou apenas o início do dia de trabalho, com 2 deles a referirem distintamente o contacto com ecrãs: «Claramente, a primeira acção do dia é olhar para o e-mail e ver os e-mails mais críticos que chegaram durante a noite.» (Cristina Veríssimo, 47 anos, Engenheira Informática – telecomunicações); e «Eu, de manhã, vou levar os meus filhos à escola, e depois venho normalmente para a empresa. O que faço é chegar, ver os e-mails (...)» (Eduardo Rodrigues, 49 anos, Consultor de Segurança)²⁴ O quarto especialista entrevistado, porém, pormenorizou o início do seu dia, revelando o papel preponderante que os dispositivos ecrânicos têm nele:

«Começo com, obviamente, acordar, com o alarme do *iPhone*. Não vou logo tomar o pequeno-almoço; tenho por tendência pegar no telemóvel e ver, por exemplo, lembretes que tenho para esse dia, saber o que é que tenho para fazer nesse dia, ou, se sei que tenho alguma compra para fazer, fazer uma revisão para planear mentalmente o meu dia. Se quiser gastar só um bocadinho de tempo até ir tomar banho, regra geral o que faço agora é abrir a aplicação do *tumblr* ou do *twitter* (...)» (Roberto Estreitinho, 23 anos, Gestor de Comunidades)

E acrescenta ainda:

«Tenho uma colega que é muito parecida comigo, na medida em que também tem um *iPhone* e gosta muito de ver coisas no telemóvel. Às vezes o que acontece é que estamos a tomar o pequeno-almoço juntos e a conversar, mas também estamos com o telemóvel na mão, a dizer "Olha, viste isto ontem?"»

Tiago Cruz também identifica este fenómeno:

²⁴ Apesar de estes entrevistados não terem respondido exactamente à questão, e da sua resposta ter ido ao encontro da pergunta seguinte *Como começa o dia no trabalho?*, optou-se por não reforçar a primeira pergunta colocada, uma vez que isso poderia acabar por conduzir uma resposta ou promover alguma confusão; a primeira pergunta tinha por objectivo, sem o denunciar, verificar se os inquiridos contemplavam o uso de alguns ecrãs nas suas rotinas matinais, se identificavam essas acções nas suas percepções, pelo que seria de evitar fazer alusão a este género de meios tecnológicos.

«Muitas vezes as pessoas estão com uma terceira entidade, mesmo à conversa... Sentamo-nos, está um computador à frente, e é uma terceira entidade que faz o reflexo entre as duas pessoas; não é directo. (...) vídeos, aquelas coisas virais, o *Youtube*... (...) é aquela terceira entidade que nos está a criar uma ligação.»

De facto, os ecrãs parecem hoje ter invadido grande parte dos momentos do dia dos indivíduos – «se calhar metade daquilo para onde olhamos por dia é para monitores» (Eduardo Rodrigues) –, permeando as mais diversas situações, promovendo o acesso a tudo para que não se pare de fazer, para que não se fique sem acção, como Roberto Estreitinho de algum modo afirmou (ver página anterior) – e os jogos nos telemóveis são disso bom exemplo, preenchendo tempos mortos, nos termos em que o põem Lipovetsky e Serroy:

«Tendencialmente o espectador tornou-se um hiperconsumidor que já não suporta nem os tempos mortos nem os tempos de espera: precisa de mais emoções, mais sensações, mais espectáculos, mais coisas para ver para não bocejar e para *sentir* sem parar.» (2010: 76; itálicos no original)

O ecrã torna-se, por isso, ferramenta apetecível e sedutora²⁵, pela sua natureza mutável que facilita o acesso a tudo num mesmo espaço centralizador das experiências. Assim, parece concretizar-se «o ecrã em qualquer lugar e em qualquer momento (...) o ecrã onde se faz tudo e onde se vê tudo.» (Lipovetsky e Serroy, 2010: 10), o ecrã que não só nos liga ao mundo como traz o mundo para dentro de casa e para dentro do quarto²⁶, mas também o ecrã que influi nos diálogos e se intromete, definindo-a, na nossa experiência social. De facto, vários entrevistados referiram, em diversas ocasiões, esse papel dos meios ecrânicos na modelação da sua vida, dando exemplos, como os anteriores, do papel de interface cada vez mais predominante dos ecrãs (e dos computadores, que cada vez mais se confundem, pois hoje todos os ecrãs tendem a assimilar o modelo do computador, e já não o da televisão).

Efectivamente, todos os entrevistados afirmaram ocupar o tempo, em casa, em frente ao computador, à televisão, ou ambos, como meio de entretenimento ou com fins profissionais, com apenas três entrevistados a referirem também a leitura como hábito

²⁵ Como exemplo desta sedução pela tecnologia, Luís Silva afirma, referindo a qualidade dos ecrãs, «Dou mais valor ao ver televisão do que dava anteriormente.»

²⁶ A este respeito, o caso de Jennifer Ringley é paradigmático: aos 20 anos, esta estudante norte-americana começou a difundir na internet vídeos não editados da sua vida privada, gravados com uma *webcam* apontada ao seu quarto, que transmitiu ininterruptamente durante 7 anos, de 1996 a 2003, no que ficou conhecido como *Jennicam*. É de salientar que, em dadas alturas, o *site* montado para difundir as imagens registava 100 milhões de espectadores por semana. (Ganascia, 2010; BBC News, 2004)

(Gestor de Comunidades, Reformado, Engenheira Informática – banca), e um deles (Reformado), simultaneamente a nomear o costume de ouvir música, ainda que mais tarde aponte, com muita relevância, que, quando em casa, costuma consumir música através dos canais de rádio oferecidos pelas plataformas de televisão interactiva. Será, porém, honesto ressaltar que não será possível tomar as respostas como uma enumeração exaustiva de tudo aquilo que ocupa os momentos de lazer dos entrevistados; é, portanto, possível que os demais inquiridos também tenham o hábito de consumir música e literatura, ou desenvolver outras actividades em casa, mas as respostas recolhidas podem sugerir dois vectores de análise: (i) que os indivíduos o façam através do computador, ou então (ii) que se tenham esquecido de o referir em função do papel preponderante que os ecrãs do computador e da televisão desempenham no seu dia-a-dia. Em qualquer dos casos, porém, estes parecem indiciar uma presença muito relevante dos dispositivos ecrânicos no quotidiano dos entrevistados.

Aquilo que foi possível notar, em diversos momentos das diferentes entrevistas, é que a relação com os ecrãs é, em grande medida, definidora do dia-a-dia dos indivíduos, alguns apontando apenas o computador ou o telemóvel como principal veículo das suas tarefas, enquanto outros nomearam particularmente o e-mail ou outras ferramentas, ao nível das aplicações. Todos os especialistas seguiram esta tendência, assim como dois utilizadores comuns (Profissional experiente, Profissional em início de carreira), afirmando que o seu dia é grandemente coordenado por tarefas no *Outlook*, no calendário *Google*, listas de afazeres no telemóvel, e, além disso, também muito influenciado, necessariamente, pelos vários canais de contacto com colegas, nomeadamente o telemóvel e o e-mail, referidos como amplos veículos para a comunicação rápida de tarefas ou assuntos urgentes a resolver. Como salientou Eduardo Rodrigues, Consultor de Segurança,

«As maiores vantagens são nós podermos aceder de um só sítio – neste caso, um só computador e um só monitor – a informação completamente diversa; anteriormente eu tinha de ir a uma pasta buscá-la, e se estivesse em casa não tinha acesso à proposta. Por exemplo, um cliente ligava-me às oito ou às nove horas da noite com uma dúvida da proposta; eu não tinha a proposta comigo, porque a proposta tinha ficado na empresa. Hoje não; digo "dê-me só um minutinho", abro o computador e tenho acesso a tudo.»

Através dos ecrãs, esse interface cada vez mais baseado no modelo do computador, o que se verifica é a progressivamente menor importância do espaço, já que o computador parece agregar tudo aquilo que compõe a nossa vida, a ponto de Roberto Estreitinho

afirmar que, «neste momento, o meu computador é o *hard drive* da minha existência. Tudo o que eu tenho acaba por ir lá ter, de certa forma.» Ora, é esta permanente disponibilidade, este acesso tendencialmente total, que torna os ecrãs mais importantes na nossa vida profissional, mas também mais aliciantes na nossa vida pessoal, quebrando barreiras e trazendo tudo para a *palma da mão*, expressão que norteia diversos *slogans*, nomenclatura de modelos de telemóvel, *tablets* e computadores, e respectivas peças publicitárias. As teses de Lipovetsky e Serroy encontram aí eco: «O homem de hoje e de amanhã, permanentemente ligado através do seu telemóvel e do seu computador ao conjunto dos ecrãs, está no centro de uma rede cuja extensão marca os actos da sua vida quotidiana.» (2010: 250) Com efeito, os ecrãs são performativos, actuando sobre a experiência dos indivíduos e operando modelações na sua visão do mundo, e os *tablets* e os telemóveis puxam a tecnologia cada vez mais nesse sentido – e que dizer dos óculos de realidade aumentada desenvolvidos pela *Google*, que prometem transformar os nossos óculos em ecrãs translúcidos, ou até as nossas lentes de contacto, com que poderemos tirar fotografias, fazer chamadas de som e imagem, ver mapas, aceder às redes sociais e e-mail? (Bilton, 2012).



Figura 8 – Sergey Brin, co-fundador do *Google*, usando os óculos de realidade aumentada na apresentação do projecto. (AP)

Por várias vezes os entrevistados referiram, quando inquiridos acerca das alterações introduzidas pelos equipamentos ecrânicos na sua vida profissional, as mais-valias por eles trazidas, sobretudo na eficácia dos processos e no melhor serviço prestado aos clientes, como acima citámos Eduardo Rodrigues (ver página anterior) e como o explicitou também Cristina Veríssimo:

«Quando entrei na empresa [Portugal Telecom], eu vim informatizar esta área [*Operation Support Systems*]; toda ela absolutamente manual. Manual era eu ter esta secretária; o cliente ligava, a senhora atendia, levantava-se, ia a um ficheiro de lata, puxava o ficheiro, tirava uma ficha (...) – foi assim que eu encontrei a área que vim depois informatizar –, depois, preenchia um papelinho que transitava de secretária em secretária... Estamos a ver uma realidade que obrigava à gestão de centenas e centenas de pessoas para tratar mal um tema tão sensível quanto a qualidade do serviço de uma empresa de telecomunicações, e que passado um ano ou dois ou três de eu ter entrado era quase impensável...»

Mas se os ecrãs influíram na capacidade das empresas produzirem trabalho, de darem resposta aos pedidos dos clientes de forma mais eficaz, isto é, na forma como a sua actividade se processa, também na vida pessoal estes dispositivos parecem alterar procedimentos e padrões de sociabilidade.

Como afirma Regina Machado (48 anos, Engenheira Informática – banca), talvez não seja tanto que as pessoas deixem de comunicar – «A falta de comunicação é um outro problema, e, se existe ou se não existe não é por causa da televisão ou do computador» –, algo que Mariana Milagaia (23 anos, Estudante) parece corroborar, lembrando que através do e-mail e das redes sociais consegue manter o contacto com pessoas com quem não se encontra há muito tempo, e, mais do que isso, com elas mais facilmente partilhar informação sobre vários acontecimentos que sabe serem do seu interesse. Nesse sentido, já em Lipovetsky e Serroy era possível ler que «individualização não é reclusão» (2010: 253), pois à entrada na rede corresponde o pressuposto de se estar dentro de um verdadeiro espaço público e democrático: o *inter* da internet. A imersão nos ecrãs pode, porém, influir sobre o isolamento físico, promovendo-o, no sentido em que parece haver uma tendência para que a comunicação seja canalizada para o interlocutor do outro lado do ecrã, mais do que fluir para aqueles com quem se partilha um mesmo espaço físico – com excepção à sociabilização mobilizada em torno do próprio ecrã –, sendo que

«alguns autores afirmam que o culto da internet representa uma ameaça para o vínculo social, na medida em que, com o ciberespaço, os indivíduos comunicam entre si permanentemente mas nunca se encontram.» (Lipovetsky e Serroy, 2010: 254)

A este propósito Eduardo Rodrigues confessa:

«Até se dá o caso de eu estar em casa – eu tenho uma casa de dois pisos –; eu estou na sala e o meu filho mais velho, de 19 anos, está no quarto, lá em cima, e estamos a falar pelo *Facebook*. É um bocado estúpido, mas é verdade. (...) Aproxima as pessoas... Pode não aproximar fisicamente, mas eu não deixo de estar a falar com ele.»

E Cristina Veríssimo expressa a sua preocupação em torno da mesma questão, reconhecendo que,

«por exemplo, a TV: o *meo* veio alterar alguns hábitos com as gravações, o controlo dos programas... (...) Aquele tipo de programa que víamos todos juntos, ao mesmo tempo, porque era só naquela hora que passava... (...) Há uma tendência de individualizar; cada um vai ver aquilo que quer. Há uma tendência. Tentamos não fugir muito. Mesmo quando alugamos um filme, tentamos que seja – pelo menos alguns dos membros da família tentam que seja – do gosto comum, para partilharmos e ver em conjunto. Mas há uma tendência natural, que tem que se controlar muito

bem, de isolamento, porque cada um quer ver a sua coisa, e uma vai para uma televisão e outro para outra porque cada um quer ver o seu programa.»

Esta situação, reconhecida por Cristina Veríssimo, traduz aquilo a que Gilles Lipovetsky e Jean Serroy se referem por «privatização do ecrã» (2010: 204), pois «o lazer proporcionado pelo ecrã tornou-se massivamente privado. Primeiro familiar, a audiência de TV empenhou-se cada vez mais na via da individualização» (2010: 204) Como o referimos anteriormente²⁷, a multiplicação dos meios e a adaptação dos equipamentos a uma utilização cada vez mais singular, ainda que permitam o acesso à rede e a uma partilha de conteúdos – o «i» de *iPod*, *iMac*, *iPhone*, *iPad*, entre outros, o «my» actualmente incorporado em serviços dos vários operadores de telecomunicações portuguesas (*mytmn*, *myvodafone*, *myzon*) e o próprio produto *meo*, da Portugal Telecom, parecem remeter, logo no seu nome, para essa pertença e lógica de utilização singular – parece ter vindo isolar os indivíduos, prendendo-os ao ecrã e fazendo-os contactar através deles: o que nos liga uns aos outros será, hoje, muito o rato de computador e o teclado a que cada um se prende do seu lado – sentir pelo teclado, tocar pelo rato –, ou os auscultadores com que, lado a lado, ligados ao leitor de música por fios, cada um pelo seu, partilhamos uma experiência.

Mariana Milagaia, notando num dado momento, como já referimos, que os ecrãs promovem a comunicação, confessa noutra ocasião que só vê televisão, por vezes, para acompanhar os pais, tomando assim consciência do afastamento que resulta da sobreposição das plataformas (neste caso, do computador face à televisão), e da sua imersão no ecrã do computador: «O computador é um meio muito presente na minha vida. Em qualquer lado, estou sempre [ao computador].»

Ainda que todos os entrevistados tenham assinalado a importância dos novos meios tecnológicos e tenham confessado o gosto na utilização e as vantagens que dela advêm, alguns exprimiram as suas preocupações, como Cristina Veríssimo e Eduardo Rodrigues (ver página anterior). Sistematizando as inquietações reveladas, é possível assinalar que elas se referem sobretudo a três factores. Por um lado, (i) o *Contacto físico entre as pessoas*, como as anteriores citações de Cristina Veríssimo e Eduardo Rodrigues o traduzem, mas também como o expressou Mariana Milagaia: «Eu acho que [o uso dos novos meios tecnológicos] é muito benéfico, mas que se pode tornar um bocado perigoso,

²⁷ Ver página 32.

se não se der valor ao contacto físico entre as pessoas.» Por outro lado, (ii) a *Sedentarização*, referida por Regina Machado:

«Considero, sim, que se não houvesse televisão ou computador, se calhar em vez de estar aqui em casa iria dar uma volta pela rua, ou qualquer coisa, e aí não teria uma vida tão sedentária. Considero que capta a tua atenção, um bocado do teu tempo, e que se não existissem tu farias outras coisas mais físicas.»

E, de algum modo, por Cristina Veríssimo:

«Mesmo os *hobbies* em família, quase que, se não tivermos cuidado, estão em volta de um ecrã. São as *Wii*s... Mesmo as miúdas a jogar ténis, já jogam em frente a um ecrã. Ou seja, se não tivermos cuidado, a nossa vida deixa de estar ao ar livre e passa a estar em frente a um ecrã. (...) tendência em vir para dentro de casa em vez de ir para fora»²⁸.

A ideia de que «nunca o homem dispôs de tantos ecrãs (...) para viver a sua própria vida» (Lipovetsky e Serroy, 2010: 249) não é, e isso parece tornar-se claro, um excesso linguístico ou uma liberdade poética, assim como não o é a afirmação de que hoje vivemos cada vez mais dentro do ecrã, ou de que somos o próprio ecrã (Baudrillard, 1991; McLuhan e Fiore, 2008), habitando esse espaço hiper-real (Baudrillard, 1991) em que o *lá* e *cá* do ecrã se confundem, o dentro e fora, o espelho e o seu reflexo. É de acordo com essa noção que a vida pode ser a vida-no-ecrã, essa tendência que Cristina Veríssimo salienta, por exemplo falando das consolas de jogos: o que se faz, faz-se no ecrã; o que se vive, vive-se no ecrã. E é nesse sentido que se habita um «hiperespaço sem atmosfera» (Baudrillard, 1991: 8). Quer dizer, se o que acontece acontece no ecrã, sítio de simulação da experiência por excelência, então acontece ou não acontece de verdade? Quem corre e balança um comando na sala de sua casa está ou não a jogar o ténis que no ecrã se representa? Se se opta por não sair de casa para jogar ténis em frente à televisão, está ou não a jogar-se ténis? Cristina Veríssimo, sintomaticamente, referiu-se a essa actividade como *jogar ténis*, sem qualquer reserva. E será, talvez, por essa confusão na consciência entre o que acontece e o que não acontece que procuramos *joysticks* e volantes para o computador, e que já usamos mesmo coletes que simulam os impactos de balas em jogos de tiro virtuais, como que para tornar mais real a ilusão no ecrã. Continua, porém, e talvez com maior relevância, a ser possível questionar: levei ou não um tiro, se além do

²⁸ Neste caso, a sedentarização não será, talvez, o termo mais correctamente aplicável, uma vez que consolas como a *Wii* implicam uma certa actividade física, ainda que de baixa intensidade. Apesar disso, parece-me possível reunir esta preocupação de Cristina Veríssimo sob a alçada da sedentarização, uma vez que a entrevistada identifica esta relação com o ecrã como promotora da permanência dentro de casa.

computador o representar visualmente agora também sou capaz de o sentir no corpo? Como afirma Baudrillard (1991), por todo o lado se tenta refabricar o real, mesmo que isso pareça ter-se tornado impossível.

Recordemos, porém, o adágio a que já por diversas vezes recorreremos neste trabalho: *se não passou na televisão é porque não aconteceu*. Hoje, o seu sentido já não corresponde exactamente ao seu significado primeiro. Se antes o que importava era colocar a tónica na visibilidade – se não teve visibilidade suficiente, é como se não tivesse acontecido; era isto que o adágio originalmente significava –, actualmente o foco está na própria ontogenia do conteúdo: nas palavras de Jean Baudrillard, «o simulacro é verdadeiro» (1991: 8). Em Lipovetsky e Serroy encontramos também esta ideia:

«trabalhar e jogar no ecrã, comunicar pelo ecrã e informar-se através do ecrã. Eis agora o ecrã como pólo-reflexo, como referencial primeiro capaz de dar acesso ao mundo, às informações, às imagens. Ecrã indispensável para quase tudo, ecrã incontornável. Um dia, talvez, o que não estiver disponível no ecrã já não tenha interesse nem existência para todo um conjunto de indivíduos: quase tudo se procurará no ecrã e remeterá para ele. Ser no ecrã ou não ser.» (2010: 291; sublinhados nossos)

Por fim, (iii) o *Tempo em excesso em frente aos ecrãs* surgiu também como incómodo na relação dos indivíduos com os ecrãs, tal como o referiram Tiago Cruz («Chega a ser abusivo. (...) começa a ser viciante, aquela necessidade de estar à frente do computador; nunca se consegue desligar») e Roberto Estreitinho. Este doloroso apartamento ou desligamento dos ecrãs – porque da rede, do espaço onde *tudo* parece ter lugar – é, antes de mais, pista de que a vida dos indivíduos está cada vez mais dentro do ecrã: quem está fora dele perde o acesso ao mundo; o espaço público parece cada vez mais confundir-se com o espaço digital (tornar-se-á talvez lícito questionar se não terá sido a internet a inaugurar o verdadeiro espaço público; será possível pensá-lo sem ela, conhecendo os moldes de que ele se reveste hoje?); e, em seguida, assinala a importância da integração destas novas tecnologias no nosso quotidiano, como se elas exigissem de nós esse contacto permanente, essa espécie de cuidados continuados que, na manutenção da máquina ligada, se destinam a fazer sobreviver o doente. «Com este ecrã permanentemente aceso, estamos no seio de qualquer coisa que é compulsiva ou mesmo viciante. Pouco importa o que se vê, desde que a luz do ecrã esteja acesa.» (Lipovetsky e Serroy, 2010: 290) Sintomático desse contacto tendencialmente permanente, «abusivo» ou «excessivo», nas palavras de alguns dos entrevistados, com os ecrãs, é o testemunho dado por Roberto Estreitinho (Gestor de

Comunidades), que, falando do seu hábito de leitura, e ressaltando que não dá preferência ao livro físico, afirmar recorrer a ele para satisfazer a necessidade de se afastar dos ecrãs:

«Todo o meu entretenimento passa necessariamente, ou quase, pelo digital (...). Contudo, há uma coisa de que sofro um bocado com base nisso; é que chega um ponto em que existe uma saturação. Ou seja, não é que eu não goste de que o meu entretenimento passe pelo digital, mas começo a sentir que às vezes a minha vista e a minha cabeça começam já a exigir de mim: “calma, faz outra coisa”. E portanto a leitura é um momento de descompressão para mim – a leitura física –, precisamente na medida em que eu já sou tão digital em tanta coisa que não gosto de deixar de parte uma coisa que gosto bastante de fazer, que é ler, e sobretudo o formato físico».

Outras preocupações foram assinaladas por alguns entrevistados, mas uma vez que estão mais intimamente relacionadas com as questões do controlo e da vigilância, abordá-las-emos mais adiante, nos subcapítulos respeitantes a tais eixos de investigação.

Se os meios tecnológicos são hoje formas privilegiadas de aceder directamente aos nossos contactos, sempre foram também, e são-no cada vez mais, formas de difundir informação global, hoje possível a uma escala sem precedentes e sem quaisquer constrangimentos no que à velocidade diz respeito. No acesso à informação (notícias), então, verifica-se ainda uma partilha das preferências dos entrevistados entre a televisão e a internet (sobretudo através do computador), com 4 entrevistados a assinalarem preferirem receber notícias pela televisão e outros 4 a escolherem a internet. É de assinalar, porém, que 3 das 4 pessoas que escolheram a televisão referiram também a internet como meio de acesso à informação (apenas Daniel Almeida, Reformado, não o fez), enquanto, de forma contrária, apenas um dos entrevistados que disse dar preferência à internet referiu também utilizar a televisão como fonte de notícias (Luís Silva, Engenheiro Químico). Parece tornar-se claro, portanto, que a internet (sobretudo o computador, já que apenas Roberto Estreitinho mencionou a internet tanto no computador como no telemóvel, e Regina Machado, que também referiu os *tablets*) tem hoje um papel muito importante na forma como os indivíduos procuram informação e, assim, na forma como estendem os seus sentidos, sendo capaz de agregar tudo aquilo de que os indivíduos necessitam – «ecrã onde se faz tudo» (Lipovetsky e Serroy, 2010: 10) –, enquanto a televisão, pela sua especialização na forma mas generalidade no conteúdo, parece exigir, pelo menos no que às notícias diz respeito, a complementaridade da internet. De facto, Roberto Estreitinho explicou a sua preferência pela internet, já que é lá que encontra os conteúdos que mais lhe interessam e que a televisão dificilmente lhe poderia oferecer. Além disso, este entrevistado sublinha que, na internet, há a vantagem de poder «controlar o fluxo de

informação». Por sua vez, Regina Machado também coloca a tónica na usabilidade, ou seja, na acessibilidade alargada que a internet permite, pela organização da informação e pela facilidade em obter outros pontos de vista sobre um mesmo assunto, por poder aprofundar o conhecimento sobre dado acontecimento consoante os seus desejos, ou seja, estando virtualmente liberta da narrativa linearmente organizada pelos *media* tradicionais.

Uma conclusão possível de retirar deste primeiro eixo de investigação é de que todos os entrevistados concordaram na importância dos novos meios tecnológicos, nos benefícios que estes trazem à sociedade, e todos revelaram gosto na sua utilização; só Daniel Almeida, Reformado, expressou, apesar de referir que também usa o computador com prazer, que muita da utilização que vê ser feita não lhe agrada nem entusiasma, enquanto utilizador, por considerar que ela é desnecessária e supérflua, não querendo depender demasiado da tecnologia. Por sua vez, e em oposição, Roberto Estreitinho diz já depender quase totalmente dela, inclusive para acções do quotidiano:

«Eu admito que tenho uma memória má, por isso já há algum tempo que me rendi... [N]essa questão da memória, eu dependo totalmente da tecnologia, porque é uma ferramenta que me ajuda a memorizar muita coisa.»²⁹

Com efeito, e já o referimos, cada vez mais o dia dos indivíduos depende da sua relação com os meios, sobretudo no que à calendarização de actividades e à comunicação interpessoal diz respeito. Como McLuhan refere, «se a nossa vida privada e colectiva se converteu num processar de informações, isso deve-se precisamente ao facto de termos situado fora de nós próprios o nosso sistema nervoso central, sob a forma de tecnologia eléctrica.» (2008: 66) E isso será indício claro do peso que os ecrãs têm hoje na vida dos indivíduos. Isso não significa, necessariamente, porém, que disso haja plena consciência. A esse respeito, será curioso notar que 7 dos 8 indivíduos entrevistados, quando lhes foi pedido que enumerassem os ecrãs com que lidam diariamente, só tenham identificado a televisão, o computador e o telemóvel, sendo que um utilizador comum (Tiago Cruz, Profissional em início de carreira) e um especialista (Eduardo Rodrigues, Consultor de Segurança) identificaram ainda o computador de bordo dos seus automóveis, um especialista (Roberto Estreitinho, Gestor de Comunidades) identificou também os *tablets*, apesar de admitir que o acesso a este equipamento não é diário, e uma especialista (Regina Machado, Engenheira Informática – banca) apontou os ecrãs publicitários que por vezes já

²⁹ Sobre a relação entre memória e ecrã, ver página 112.

se encontram nas ruas. O único entrevistado (Mariana Milagaia, Estudante) que não referiu o trio televisão, computador e telemóvel, considerou apenas o computador e o telemóvel, deixando de lado a televisão, afirmando depois que raramente vê e que muitos dos conteúdos que antes consumia na televisão (filmes e séries), agora consome através do computador. O facto da maioria dos utilizadores só referir estes ecrãs (ainda que dois entrevistados tenham colocado a hipótese de existirem outros de que não se lembravam) pode constituir um dos motivos para que alguns utilizadores não tenham referido o contacto com ecrãs na descrição do início do seu dia. Do mesmo modo, esta inconsciência face a alguns dos ecrãs com que todos os dias podem contactar atesta a ideia de que a natureza dos ecrãs não causa já estranheza aos indivíduos, constituindo-os assim como instâncias familiares na nossa relação com o mundo, que facilmente podem passar despercebidos enquanto tal, isto é, enquanto meio de uma relação.

E a tendência poderá registar um aumento. Com efeito, todos os entrevistados afirmaram haver ainda margem para a evolução dos meios tecnológicos, ecrânicos, com 6 dos 8 inquiridos a referirem mesmo que a margem de evolução é ainda muito grande. Os restantes 2 indivíduos, Eduardo Rodrigues (Consultor de Segurança) e Luís Silva (Engenheiro Químico), afirmaram que haverá certamente novos desenvolvimentos, ainda que considerem que o grande salto, a grande evolução, já se deu. Ainda assim, Luís Silva acredita que a evolução se fará agora com a maior aposta no 3D, enquanto Eduardo Rodrigues fala da desmaterialização dos ecrãs («ecrãs virtuais»), o que provavelmente poderá potenciar o indício que já assinalámos no parágrafo anterior, da manutenção da tendência para uma maior vivência perante ecrãs, e assim, talvez, a de uma maior inconsciência da sua presença enquanto tal. Essa desmaterialização do ecrã, ou essa saída do ecrã – presente no 3D e na noção de ecrã virtual – é também referida por Roberto Estreitinho como provável trilha proximamente a percorrer, prevendo não só que possamos passar a manipular imagens sem ecrã (projeções) mas também a permeabilidade de determinados suportes, como vidros, à sua transformação em ecrãs, algo próximo da ideia de Lipovetsky e Serroy de que o ecrã um dia ocupará toda a área da parede das salas de nossas casas: «o material de que é feita a casa seria ele mesmo ecrã: o ecrã feito mundo.» (2010: 276). Mariana Milagaia aponta também esta tendência de apagamento do meio, referindo os hologramas e colocando a hipótese de um dia, através dos ecrãs, ser possível ter «a [outra] pessoa ali ao nosso lado.» Interessante será ainda notar as pistas deixadas por

Cristina Veríssimo e Roberto Estreitolho, que prevêm que a informação e conteúdos de que dispomos passem a ser amplamente sincronizados entre todos os nossos ecrãs, e que os ecrãs se transformem em «misturas», como refere Cristina Veríssimo. Ou seja, que haja uma grande interpenetração dos vários meios: as mensagens recebidas no telemóvel passem também a ser visíveis no computador, a televisão a integrar a internet com a usabilidade do computador, a televisão a permitir ter acesso ao videoporteiro dos edificios e ao sistema de alarme, ou ainda que nos indique quem é que está a telefonar quando toca o telefone de casa, etc. – Cristina Veríssimo anuncia, aliás, que algumas dessas situações são já possíveis e que serão muito brevemente lançadas no mercado. Como Roberto Estreitolho resume, «o que tu consegues consumir num aparelho, consegues consumir em todos».

Afinal, não será senão isto o «tudo-ecrã» e o «ecrã global» de que Lipovetsky e Serroy falam (2010: 10). A ecranização da vida parece tornar-se cada vez mais presente realidade, pela potenciação e intensificação da rede, o que poderá, como temos vindo a descortinar, redundar no seu ocultamento. De facto, como referiu Eduardo Rodrigues, «Se não estivéssemos aqui a ter esta conversa nem nos apercebíamos da quantidade... E se calhar metade daquilo para onde olhamos por dia é para monitores.»

4.2.2. Eixos 2 e 3 – Ver e Ser Visto

Neste segundo eixo de investigação, e como a sua designação pode desde já deixar entrever, o propósito era o de avaliar a percepção que as pessoas têm dos acessos à informação e das relações de poder que lhe podem estar subjacentes, procurando aqui alcançar-se uma primeira reflexão sobre privacidade e segurança. O que se joga naquilo que é visto nos ecrãs? Que relação se estabelece entre quem vê e quem é visto? De que lado está o poder? Temos disso consciência?

Quando se procurou saber que associações os indivíduos fazem a uma câmara de vigilância, 7 dos 8 entrevistados associaram a ideia de segurança, com 6 a referirem o próprio termo «segurança», e tendo um deles, Roberto Estreitolho, referido também «controlo» e «monitorização». Curiosamente, o termo «controlo» foi também referido por Tiago Cruz, mas num sentido negativo, já que este o apontou juntamente com «vigilância coerciva» e «Big Brother», e sem referir o termo «segurança». Este foi o único dos inquiridos a não se dirigir às ideias de segurança e/ou protecção. Além de Tiago Cruz, só

Daniel Almeida não referiu a palavra «segurança», mas este segundo expressou-se favoravelmente quanto à utilização destes dispositivos para dissuadir crimes ou posteriormente identificar culpados. Outro dado interessante, fornecido na resposta a esta pergunta, foi o de que 5 dos 7 entrevistados que usaram o termo «segurança» vincaram claramente a sua posição a favor do uso alargado de câmaras de vigilância no espaço público, recorrendo Cristina Veríssimo e Eduardo Rodrigues à expressão «quem não deve não teme». Mais adiante dirigir-nos-emos ao uso desta expressão³⁰, procurando as suas implicações. Mariana Milagaia e Roberto Estreitinho consideraram o uso de câmaras de vigilância positivo, mas demonstraram alguma contenção na sua posição. De todo o painel de entrevistados, só Tiago Cruz, ainda que não o tenha explicitado, mas pelas expressões que empregou («vigilância coerciva» e «Big Brother»), pareceu referir-se ao controlo persecutório, censor, e não ao controlo com fins de segurança pública, como o referiram os demais entrevistados.

A pergunta que se seguiu procurou descortinar as associações feitas ao computador, com o objectivo de, em momento de análise, confrontar as respostas dadas a esta pergunta com as da pergunta anterior. O interesse, aqui, seria o de saber se os indivíduos percebem o computador como ferramenta de controlo e/ou segurança, tal como perceberam as câmaras de vigilância, já que os registos digitais (sobretudo pela internet, e também através dos telemóveis e outros equipamentos) traçam o nosso percurso e observam as nossas acções a uma escala muito mais completa do que as câmaras de vigilância o podem fazer. Mais profundamente do que uma câmara de vigilância, é o computador que parece ter a capacidade de (re)conhecer e seguir os indivíduos, já que o computador é também a rede, a informação agregada e passível de análise. Sintomaticamente, por detrás da câmara de vigilância há sempre um computador.

Conclui-se, analisando as respostas dadas, que nenhum dos indivíduos entrevistados associa o computador a vigilância ou monitorização de registos, de alguma forma sustentando a afirmação de Marshall McLuhan de que «o preço da eterna vigilância é a indiferença.» (2008: 43), ou provando, na esteira de Nietzsche, que «a compreensão paralisa a acção» (Nietzsche *apud* McLuhan, 2008: 106), e assim potenciando a dimensão vigilante do computador. Invertendo o aforismo de Nietzsche, será legítimo considerar que a acção dispensa a compreensão, sob pena de deixar de ser possível usar a tecnologia com

³⁰ Ver páginas 100-101.

fins além dela, de se tornar intelectual e cognitivamente insustentável o papel do utilizador, pelo permanente pôr em causa. De facto, todos os entrevistados, sem excepção, o associam a trabalho ou acesso ao conhecimento, com 5 dos 8 inquiridos a fazerem uso do termo «ferramenta» (curiosamente, todos os indivíduos do grupo dos utilizadores comuns referiram o termo). Regina Machado e Cristina Veríssimo referiram unicamente o acesso ao conhecimento e informação. Já Roberto Estreitinho afirmou, sobre o computador: «O teu melhor assistente pessoal, neste momento. Uma ferramenta que é basicamente o pólo de toda a tua vida. (...) Neste momento, o meu computador é o *hard drive* da minha existência.» Esta ligação próxima entre o corpo e a máquina é mais claramente sublinhada por Eduardo Rodrigues, referindo que «um computador faz praticamente parte do nosso corpo. É o computador e o telemóvel. (...) para mim, o computador é um órgão do corpo humano; se não o tiver, estou doente.» O Consultor de Segurança fez questão de explicitar esta ideia, ilustrando:

«Eu, se me esquecer do computador em casa, ou do telemóvel, volto a casa. Já me aconteceu esquecer do telemóvel em casa; cheguei aqui à empresa [Lisboa] e não tinha o telemóvel. Eu moro em Cascais; fiz não sei quantos quilómetros para Cascais para ir buscar o telemóvel e voltei para aqui. E nem pensei em mais nada pelo caminho. A minha preocupação era: E se agora alguém me liga? Parecia que me tinham tirado o fígado.» (sublinhado nosso)

Este exemplo sintetiza bem a relação visceral que por vezes os indivíduos parecem partilhar com os ecrãs, e reforça a noção de doloroso desligamento já anteriormente referida, muitas vezes acompanhado de uma angústia, de um mal-estar físico pela impossibilidade de aceder ao ecrã (e à rede), o desconforto perante o ecrã apagado, que revela a parede subitamente mais próxima e opaca. Curiosamente, estes usos de linguagem parecem incorporar um discurso eminentemente pós-humano, entendendo os meios como efectivas *extensões do Homem*, na terminologia de McLuhan. Afinal, talvez seja já possível essa deslocação da consciência humana para fora do corpo (McLuhan, 2008), a partir do momento em que os equipamentos se tornaram bastiões da memória, depósitos das experiências e conhecimento individuais.

Útil e interessante será analisar também em maior detalhe a resposta de Tiago Cruz. Apesar de, como os demais utilizadores comuns, ter referido o ecrã como «ferramenta», e de, próximo de Eduardo Rodrigues, ter dito que sente o computador como «um braço a mais», deu-se um acontecimento relevante. No decorrer da sua resposta, e depois de afirmar que ao computador associava «o contrário [de uma câmara de vigilância], isto é,

uma ponte, uma ligação para chegar a um lado mais do que para chegarem a mim», Tiago Cruz deu-se conta de que, quando interagimos com o computador, «estamos a dar milhares de informações sobre o que nós somos e como nós agimos», e referiu ainda que tem uma aplicação que o informa das organizações/sites que estão a receber automaticamente a informação que os sites que visita recolhem dos utilizadores. Ainda assim, por impulso respondeu que sentia no computador o oposto a uma câmara de vigilância. Nesta situação afigura-se claro o *ver e ser visto* sempre flutuante e comutável, por vezes para nós inacessível: ao ver o que vemos na internet, os utilizadores são vistos, mas é também possível que aquele que vê os utilizadores a ver também seja por eles visto. Afinal, parece não ser se não isto que Jean Baudrillard identifica, dizendo que «o poder é algo que circula e cuja fonte já não se identifica, um ciclo em que se trocam as posições de dominante e de dominado numa reversão sem fim que é também o fim do poder na sua definição clássica.» (1991: 43)

Falando do poder, da vigilância e do controlo, afigurava-se relevante procurar uma reflexão sobre a privacidade. Nesse sentido, duas questões foram colocadas: (i) *Teme a violação da privacidade? (se sim, através de algum meio particular?)*; e (ii) *Já se sentiu involuntariamente a invadir a privacidade de alguém?*

Quanto à primeira pergunta, 5 (2 utilizadores comuns e 3 especialistas) dos 8 indivíduos afirmaram não temer a violação da privacidade, ainda que 4 deles revelem alguma cautela. Os motivos desta contenção foram: identificação do perigo latente (3 indivíduos) e a informação partilhada (Cristina Veríssimo referiu não se sentir confortável com a divulgação de fotografias, sobretudo de crianças, nas redes sociais). Pela sua parte, Eduardo Rodrigues foi o mais peremptório na sua declaração, afirmando «não temo nada que invadam a minha [privacidade]. Tomara eu que invadissem a minha privacidade com mais meios de segurança», algo de que Cristina Veríssimo se aproximou ao referir que não se sente confortável com as redes sociais, mas que não teme câmaras de vigilância. As redes sociais foram realmente a única preocupação expressada por Cristina Veríssimo quanto à privacidade, que as referiu nas duas questões concernentes ao tema, ainda que tenha afirmando não temer, globalmente, a invasão da sua vida privada: «as redes sociais, por falta de controlo de quem as utiliza: nós próprios, porque estão nas nossas mãos.» Esta preocupação, como veremos adiante, encontrou eco em vários outros entrevistados.

Dos 3 entrevistados (2 utilizadores comuns e 1 especialista) que afirmaram temer a violação da sua privacidade, Luís Silva e Roberto Estreitinho alertam para que, em grande parte, a responsabilidade é dos indivíduos (posição partilhada por Cristina Veríssimo, como apresentado no parágrafo anterior), que muito frequentemente não ponderam criticamente a informação que partilham e a sua presença na rede, sobretudo quando se fala de redes sociais, um dos mais relevantes territórios digitais na actualidade³¹: «isto é uma das coisas de que as pessoas muitas vezes não se mentalizam: elas só partilham aquilo que querem.» (Roberto Estreitinho) Esta posição, como veremos adiante, porém, é desafiada pelas teses de Marshall McLuhan³². O Gestor de Comunidades apontou ainda um caso muito relevante para a nossa investigação, por se tratar de um meio ecrânico que, por meio da captação de registos sobre as nossas acções partilhadas na rede, influi sobre o nosso acesso ao mundo, sobre a informação que consumimos e sobre o conhecimento de que dispomos, e, no limite, sobre as nossas experiências futuras:

«o *Google*, de repente, deixa de me dar informação que considera relevante para me dar informação com base naquilo que eu já conheço e já soube. E aí temos um problema: a informação que eu estou a dar está a limitar o meu potencial de descoberta.» (Roberto Estreitinho)

Roberto Estreitinho refere aqui aquilo que sucede com as pesquisas no *Google* para os utilizadores registados no *Google+* e com o *login* feito, mesmo que só no *Gmail*, cujos resultados são apresentados em função da informação previamente consultada e/ou partilhada pelos contactos do indivíduo. Vemos aqui, um pouco à imagem do mapa de Borges³³, mais claramente como o mundo mediático modela a experiência do mundo real, como a vivência real pode tornar-se devedora de uma realidade segunda, e por isso tornada ela própria hiper-real (Baudrillard, 1991), isto é, mais distante do real do que se suporia ser, confundindo origem e consequência, significante e significado, perdendo-se o referente, mas nem por isso deixando de ser o espaço a habitar, e precisamente aí reside a sua nocividade, ou, ao menos, a sua capacidade transformadora dos modos de ser perante si próprio, perante o outro e perante o mundo. Se o real é hoje atingido por todos estes reais de acesso virtual, honestamente devemos colocar a hipótese proposta por Jean Baudrillard,

³¹ O *Facebook* contava com 955 milhões de utilizadores activos no final de Junho de 2012 (Facebook newsroom, 2012), com previsões a apontar para que o milhar de milhão seja atingido durante o mês de Agosto de 2012 (Wasserman, 2012), o *Twitter* tem actualmente 140 milhões (Twitter, 2012), e há previsões que apontam para que o *Google+* atinja os 400 milhões de utilizadores no final deste ano (Wasserman, 2012)

³² Ver páginas 100-101.

³³ Ver página 28.

de que «o grande acontecimento deste período, o grande traumatismo é esta agonia dos referenciais fortes, a agonia do real e do racional que abre as suas portas para uma era de simulação.» (1991: 60)

Efectivamente, de entre os indivíduos que identificaram um meio que consideram mais nocivo à privacidade (6), as redes sociais foram referidas por 4 entrevistados. Além destas, surgiu também o telefone, identificado por Daniel Almeida (Reformado) e Regina Machado (Engenheira Informática – banca). Apesar de anteriormente ter referido a virtual impossibilidade de proteger para além de qualquer acesso os dados electrónicos, Regina Machado aponta o telefone como o meio que considera mais nocivo à privacidade, uma vez que todas as comunicações (mensagens e chamadas de voz) são gravadas pelas operadoras de telecomunicações sem que isso seja claramente comunicado aos utilizadores, e sem que se saiba quem tem acesso a elas, levantando ainda dúvidas sobre o seu arquivo e a sua destruição. Daniel Almeida, também referindo o telemóvel, e embora alertando para o perigo de uma utilização abusiva dos seus registos – algo que perpassou toda a sua entrevista –, preferiu salientar as potencialidades que considera favoráveis aos utilizadores, nomeadamente a sua localização em caso de acidente, rapto, ou outros.

Se a primeira questão colocada acerca da privacidade (*Teme a violação da privacidade?*) remetia os entrevistados para a sua posição, percepcionada ou não, de vítimas ou alvos de um olhar exterior, a segunda (*Já se sentiu involuntariamente a invadir a privacidade de alguém?*) incidia sobre o outro pólo dessa relação de vigilância. Essa é, aliás, uma das premissas que orienta a presente investigação: a partir do momento em que as câmaras já não estão apenas na fachada dos edifícios, apontadas a nós, mas que também se encontram nas nossas mãos, voltadas para os outros (e com as redes sociais, nomeadamente, também voltadas para nós mesmos), tomamos em nós os aparelhos que nos permitem expor-nos, bem como aos outros. Por outras palavras, se as câmaras de vigilância deixaram as paredes dos edifícios, agora podem os indivíduos olhar através delas. Nas respostas obtidas a esta questão, as posições foram bastante distintas, porque também diversificados meios foram referidos. Ainda assim, é possível notar uma tendência.

3 entrevistados (utilizadores comuns) afirmaram nunca terem sentido invadir a privacidade de ninguém, enquanto todos os restantes (5) responderam em sentido contrário. Eduardo Rodrigues não recorda nenhuma situação particular, mas afirma: «de

certeza que já tive acesso a informação que não deveria ter tido.» Tiago Cruz, não lembrando nenhuma situação em particular, afirma que existe sempre a «tentação do *voyeurismo*», porque há muita informação disponível nas redes, e diz mesmo que, em criança, tentava aceder a computadores alheios através de *trojans* [cavalos de tróia: software que explora possíveis entradas, remotamente, noutros equipamentos]. O facto de tais ferramentas poderem ser adquiridas e manuseadas por jovens é bom exemplo da volatilidade da informação digital, que torna virtualmente impossível o seu controlo total. Regina Machado e Cristina Veríssimo, por sua vez, destacaram as notícias que por vezes saem na imprensa, e que ambas consideram uma clara violação da privacidade dos indivíduos, nomeadamente das figuras públicas, que frequentemente são alvo preferencial. Regina Machado, porém, dirigiu-se também às redes sociais, mencionando que figuras públicas e jovens vêm a sua privacidade violada nestes espaços, por vezes até por «maldade», e que, pela natureza comunitária e capacidades virais do próprio meio, essa informação rapidamente se dissemina pelo mundo. Roberto Estreitinho referiu-se também às redes sociais, área na qual é especialista, mas num vector diferente daquele referido por Regina Machado.

Diz Roberto Estreitinho que já se sentiu invadir a privacidade de outras pessoas no *Facebook*, e clarifica:

«Há uma coisa que me faz muita confusão no *Facebook*, por exemplo, que é tu veres que um amigo teu comentou ou fez *like* na foto de fulana tal. Ora, eu depois vou ver, e não conheço fulana tal de lado nenhum, mas de repente estou a ver a foto dela. Com que direito é que eu, como alguém que não conhece essa pessoa, tem acesso a informação que ela se calhar não quer partilhar? Ela pode ter o mural totalmente escondido de terceiros que não sejam amigos, mas a verdade é que, nesse momento, o meu amigo fez *like* na foto dela e eu vi a foto dela, em grande, no meu *stream*. (...) Eu estudo isto, portanto ao ver isto associo logo uma série de noções que já tenho, mas tenho a noção de que o utilizador comum não faz a menor ideia de que isso acontece.»

Além do importante exemplo no acesso a informação que quem partilha não sabe estar a divulgar para uma audiência potencialmente muito vasta, este relato de Roberto Estreitinho inclui ainda um ponto fulcral para a nossa investigação: a consciência do entrevistado, especialista em *media* digitais, de que os utilizadores comuns não têm noção daquilo a que estão expostos. Um comentário de Daniel Almeida (Reformado), feito a propósito da possibilidade das conversas telefónicas serem gravadas e escutadas e da possibilidade de traçar o percurso realizado pelo possuidor de um telemóvel através dos dados cruzados pelas antenas de telecomunicações, é demonstrativo disso mesmo: «Como

não ando a fazer mal, não me preocupo.» Esta visão, que de algum modo já havia sido expressada por Cristina Veríssimo e Eduardo Rodrigues quando afirmaram que «quem não deve não teme», e também por Regina Machado quando remeteu para as figuras públicas a preocupação com a sua privacidade, é grandemente devedora de uma concepção utilitária da tecnologia, que põe o foco nas apropriações humanas dos meios e nos seus usos. Esta visão é duramente criticada por McLuhan (2008), pois o uso dos meios, isto é, o conteúdo da sua acção, defende o autor, não é por si definidora do meio, não é a sua característica central – é preciso tê-lo sempre presente, *o meio é a mensagem*: o conteúdo de um meio é sempre um outro meio. Para McLuhan, portanto, aquilo que conta é o meio que, tomando o lugar do conteúdo, se oferece como se fosse conteúdo. Por outras palavras, é o meio que é actuante, é o meio que modela, é o meio que tem uma palavra a dizer; é no meio, desde logo, aliás, que parecem estar dadas as possibilidades de ser desta ou daquela maneira; não será, portanto, nem a inocência dos utilizadores nem a rectidão de quem lida com a informação que definem as potencialidades e consequências dos meios. É a existência dos ecrãs que já por si é relevante. É a sua natureza que desde logo tem impacto no quotidiano das sociedades. É a relação de grande dependência que cada vez mais os indivíduos têm com eles que, logo à partida, parece ditar todas as regras.

Para concluir a análise destes eixos de investigação (2 e 3) será relevante salientar que se verificou que muitas vezes os indivíduos não reconhecem a dimensão registal dos equipamentos ecrânicos com que contactam, e que nem sempre estão despertos para as consequências que podem advir do seu uso da tecnologia – a concepção utilitária dos meios que referimos é sintoma desse alheamento – e que, assim, os expõe mais aos riscos da rede. Esta situação espelha-se numa aparente desadequação que é possível encontrar quando analisadas em conjunto as várias respostas de cada um dos entrevistados. Por exemplo, vários foram os entrevistados que afirmaram não sentir a sua privacidade em risco, mas noutros momentos pareceram entrar em contradição, ou pelo menos experimentando uma certa inadequação, como Tiago Cruz, que apesar disso associou a câmaras de vigilância as expressões «Big Brother» e «vigilância coerciva», ou Regina Machado, que, também não temendo a invasão da privacidade, disse estar consciente de que não existem informações verdadeiramente seguras e privadas na rede. De forma análoga, Luís Silva, que defendeu a introdução alargada de câmaras de vigilância nos espaços públicos, afirma ao mesmo tempo temer a violação da privacidade, dizendo que a

«as pessoas devem ser perfeitamente avisadas de que existem câmaras naquele local, para assim também adequarem o seu comportamento.»

Este género de conflito parece provar a complexidade da relação com essa rede multiforme e de acessos multidireccionais, e denota a difícil apreensão pelos indivíduos dos processos de uso dos ecrãs e das suas consequências, algo que, de algum modo, já havíamos deixado em aberto no final do subcapítulo anterior (4.2.1. *Eixo 1 – A Ecranização da Vida*), ainda que apontássemos, então, algumas dificuldades verificadas na percepção da natureza dos equipamentos.

4.2.3. Eixo 4 – Visibilidade e Consequências

No âmbito deste eixo, procurávamos reflectir sobre as implicações deste novo regime de visibilidade, isto é, sobre a forma como o *tudo tornado visível* influi sobre relações, acções e acontecimentos; e que consequências? Que percepções têm os indivíduos desse novo paradigma social? Se o olho se estende em alcance, se a janela se rasga agora do tecto ao chão, e se o computador, através de vários equipamentos, se torna no nosso principal interlocutor, o que muda?

Primeiramente inquiridos acerca da transparência da sociedade, Tiago Cruz e Cristina Veríssimo foram os únicos entrevistados a afirmar que não sentem que a sociedade seja hoje mais transparente. O utilizador comum (Profissional em início de carreira) considerou que o grande volume de informação não é garante de maior transparência porque não sente que haja também mais discussão e, por isso, maior espírito crítico. Por sua vez, a especialista (Engenheira Informática – telecomunicações) venceu a questão da privacidade, afirmando que a maior invasão da privacidade dos indivíduos, que resulta no cada vez maior volume de informação, não é sinónimo de transparência.

Daniel Almeida (Reformado), ainda que tenha afirmado que a transparência é actualmente maior do que antes, diz que ela caminha no «mau sentido», assim se aproximando de Tiago Cruz e Cristina Veríssimo, e explica:

«Para mim, a transparência é não haver paredes de vidro. É o que estamos os dois aqui a fazer. O que eu vejo que se chama hoje a transparência é estar aqui entre os dois uma parede de vidro. Nós estamos a ver-nos, estamos a falar, mas há aqui qualquer coisa...»

Novamente, como ressaltou várias vezes ao longo da sua entrevista, Daniel Almeida colocou a tónica da sua preocupação na utilização dos meios. A declaração que aqui citámos é clara nesse sentido, sendo o vidro o meio, numa notória e interessante aproximação aos dispositivos ecrânicos: é possível ver através deles, mas há uma barreira que separa e define os indivíduos uns em relação aos outros. Evidentemente, quando Daniel Almeida refere a parede de vidro como materialização da noção de transparência actualmente veiculada, o entrevistado não fala senão da problemática da vigilância e dos registos que acompanham e traduzem as vidas e relações digitais, e, em simultâneo, parece pôr em campo a relação entre transparência e invasão da privacidade, como o fez Cristina Veríssimo.

Todos os restantes entrevistados (5) concordaram que sentem a sociedade mais transparente na actualidade. Esta escolha deveu-se maioritariamente (4 indivíduos) à associação comum da transparência à maior acessibilidade da informação; apenas um indivíduo optou por não explicitar o motivo da sua noção de maior transparência social. Entre estes, parece relevante destacar a resposta de Mariana Milagaia, a quem a questão não motiva uma resposta óbvia. Ainda que a Estudante afirme acreditar que a sociedade é actualmente mais transparente pela fácil partilha de informação, ao mesmo tempo mostra-se consciente de que o elevado ritmo e volume das trocas informativas pode criar «ilusões», ou a própria «sensação» da segurança; o emprego dos termos «ilusões» e «sensação» em associação a segurança, cujas implicações pareceram passar despercebidas à entrevistada, poderá ser um indício útil para a nossa reflexão, já que o termo não representa uma certeza ou confiança, mas remete para o domínio das percepções, e parece assim tornar necessária a reflexão sobre o tema, para tentar avaliar a natureza e efeitos da segurança e da presença dos seus meios.

Já quanto à associação entre transparência e segurança, as respostas foram muito díspares, com praticamente todos os indivíduos a expressarem reservas na decisão por uma resposta convicta. Cristina Veríssimo assumiu claramente acreditar que a transparência é para si sinónimo de «actuar correctamente», de não ter nada a ocultar, e que isso será, portanto, sinónimo de segurança. Sintomaticamente, Cristina Veríssimo explica que sabe sempre que alguém entre ou sai de sua casa, porque recebe no telemóvel a informação de que o alarme é ligado e/ou desligado. Muito próximo desta concepção, Tiago Cruz ligou também causalmente transparência e segurança, por acreditar que a partilha de

conhecimento e a discussão pública dos assuntos evita monopólios ou excessos, nomeadamente tecnológicos, transformando assim a sociedade num espaço mais seguro, por promover a consciência de um público alargado.

Regina Machado, por sua vez, usa um argumento muito semelhante para defender a posição contrária. Afirmando que o problema da segurança é um problema de violência, Regina Machado assume que a informação pode ser contraproducente em termos de segurança, pois a informação pode promover o descontentamento social e, conseqüentemente, ser geradora de violência. A Engenheira Informática na área da banca refere como exemplo os discursos em torno da crise e da corrupção, que podem desencadear convulsões sociais.

Daniel Almeida, que tinha notado que o conceito de transparência é muitas vezes sinónimo de maiores possibilidades de controlo e vigilância, isto é, que é correlata da maior exposição dos indivíduos, e que permite, em certo grau, a espionagem mais do que a honestidade e abertura, afirmou que o seu conceito – tinha associado transparência ao respeito e crença nas pessoas – sim, poderia produzir segurança, ao contrário daquilo que verifica ser posto em prática. Luís Silva, de igual forma, revela acreditar que sim, mas diz que a forma como os meios são utilizados poderá produzir resultados diferentes, até mesmo opostos. Luís Silva refere-se, aqui, aos abusos cometidos através dos meios, sejam usos excessivos de quem controla, sejam usos acrílicos de quem partilha ou expõe (exemplarmente, numa rede social). Este utilizador comum (Profissional experiente) aponta o bom-senso como garante da segurança. Mariana Milagaia parece aproximar-se muito desta visão, por entender a transparência na óptica do utilizador, ou seja, enquanto exposição. Com efeito, a Estudante recomenda que é preciso cuidado na protecção de certas informações privadas. Eduardo Rodrigues assume que quer acreditar que sim, lembrando o que anteriormente havia referido sobre a necessidade que acredita existir de instalar amplamente câmaras de vigilância no espaço público. Para o Consultor de Segurança, transparência parece surgir como sinónimo de conhecimento e, por isso, de segurança. Esta concepção encontra sólidas fundações na literatura: em Lipovetsky e Serroy, «a exigência de prevenção e de segurança se tornou irresistível.» (2010: 261); e em McLuhan e Fiore, «Electrical information devices for universal, tyrannical womb-to-tomb surveillance are causing a very serious dilemma between our claim to privacy and the community's need to know.» (2008: 12)

Roberto Estreitinho apresentou um pensamento muito estruturado sobre a questão, possivelmente resultante da sua experiência profissional. Para o Gestor de Comunidades, a transparência ainda não é sinónimo de segurança, mas poderá vir a ser. Roberto Estreitinho afirma que a seguir a uma fase de revolução, como aquela que acredita que hoje se vive nas tecnologias da comunicação – algo indissociável das redes sociais com que trabalha –, se seguirá necessária regulamentação, algo para o qual já vão existindo esforços, com leis como *SOPA* (Stop Online Piracy Act), *PIPA* (Preventing Real Online Threats to Economic Creativity and Theft of Intellectual Property Act, ou PROTECT IP Act), e *ACTA* (Anti-Counterfeiting Trade Agreement). Estes projectos de lei têm enfrentado muita contestação, à semelhança do que se passa com a instalação de câmaras de vigilância nos espaços públicos, mas mais profundamente, por constituírem medidas que restringem liberdades, de expressão, de partilha, e no acesso à informação, em nome de interesses económicos e da protecção de direitos relativos à propriedade intelectual de forma extremada, porque mecânica, não olhando aos seus usos ou ocorrência. De uma forma geral, estes projectos, com origem nos Estados Unidos da América (*SOPA* e *PIPA*) ou assentes numa ampla base internacional (*ACTA*)³⁴, prevêm a persecução judicial de quem disponibilizar conteúdos sem a respectiva licença, o fecho de *sites* onde surjam tais conteúdos ou mesmo o seu apagamento dos resultados dos motores de busca, para dificultar o acesso a eles, a proibição para empresas dos EUA (no caso da *SOPA*) de negociar com esses *sites*, entre outras medidas. As reacções inflamadas, na internet e fora dela, contra estas leis, atestam a relevância dos meios tecnológicos, cada vez mais potenciando os acessos e o diálogo, e são, dada a sua importância quotidiana, algo de que os indivíduos já não suportam abdicar, relacionando imediatamente tais restrições com os totalitarismos e a censura, ainda tão presentes na memória recente de diversos países ocidentais. De certa forma, este problema é devedor da questão que tem perpassado grande parte do século XX, e que hoje, no século XXI, parece fazer mais sentido do que nunca, isto é, o conflito até hoje relativamente insanável entre a privacidade, a propriedade e a confidencialidade, e a necessidade de informação por parte dos públicos (McLuhan e Fiore, 2008). E se esta, até finais do século passado, era ainda uma questão quase exclusivamente jornalística, actualmente, com a

³⁴ O acordo *ACTA* foi assinado em Outubro de 2011 pela Austrália, Canadá, Japão, Marrocos, Nova Zelândia, Singapura, Coreia do Sul e Estados Unidos da América, e, em 2012, pelo México e por 22 estados-membros da União Europeia. Nenhum dos países, porém, ratificou, à data da redacção deste texto – Agosto de 2012 – o acordo.

queda no domínio público de ferramentas de comunicação equiparadas, quando não superiores, às de que o jornalista dispõe, vem agudizar a contenda entre privacidade e direito de acesso, tornando difusas as fronteiras. A situação reveste-se, porém, de contornos mais complexos, uma vez que a privacidade já não é apenas desafiada por agentes externos, mas também pelos indivíduos sobre si próprios: «The invasion of privacy – of others' privacy but also our own, as we turn our lenses on ourselves in the quest for attention by any means – has been democratized.» (Kirn, 2010: parágrafo 1) A partir de agora, é muito difícil definir posições nas estruturas de comunicação:

«Dizer que o discurso "circula" deve ser tomado na sua acepção literal: quer dizer que já não vai de um ponto para outro ponto, mas que percorre um ciclo que engloba *indistintamente* as posições de emissor e receptor, de agora em diante não identificáveis enquanto tais. (Baudrillard, 1991: 43; aspas e itálico no original)

Roberto Estreitinho, não concordando com a formulação dos projectos *SOPA*, *PIPA*, ou *ACTA*, diz, porém, que também é difícil julgar o comportamento de redes sociais como o *Facebook*, tantas vezes acusados e condenados por violação de privacidade ou acesso a informações confidenciais dos seus utilizadores. Para o Gestor de Comunidades, se essas infracções devem ser punidas, deveremos também ter a consciência de que o território dos *media* sociais é um território ainda em exploração, e que não são apenas os utilizadores a tentar descobrir os seus usos, mas também os fornecedores dos serviços a descobrir os seus limites e possibilidades, os lícitos e os ilícitos.

Ao longo das 8 entrevistas realizadas, por várias vezes vários entrevistados referiram o acesso à informação possibilitado pelos novos meios tecnológicos, a facilidade na partilha de conhecimento, o contacto com outros indivíduos. Na pergunta seguinte procurávamos de algum modo confirmar se os interfaces ecrânicos são realmente percebidos pelos indivíduos como promotores da proximidade entre as pessoas, e, mais ainda, se na rede, como afirmava Bill Gates, «virtual equity is far easier to achieve than real-world equity... We are all created equal in the virtual world.» (*apud* Hardt e Negri, 2001: 304) Poderá a rede efectivamente aproximar as pessoas, eliminando, inclusive, hierarquias? Seremos todos iguais dentro da rede? Haverá algo como *equidade virtual*?

5 dos 8 entrevistados afirmaram claramente que sim, que os novos meios de comunicação permitem aproximar as pessoas como nunca até então, facilitando o acesso que fora da rede seria impensável, pela partilha de espaços digitais – Eduardo Rodrigues garante que, independentemente de onde ambos estiverem, se enviar uma mensagem por

telemóvel ao Presidente da sua empresa (Prosegur), em trinta segundos obtém uma resposta, e dá ainda o exemplo daquilo que acontece na estrutura do Sporting Clube de Portugal, onde todos os seus funcionários estão permanentemente ligados, através dos seus telemóveis, a um serviço de *chat* privado onde todos podem comunicar com todos em tempo real –, mas também à informação, que cada vez menos pertence ao arquivo quase inacessível de alguém para passar a estar disponível em diversos formatos e plataformas (Cristina Veríssimo), tendencialmente livre, sem quaisquer restrições de espaço ou velocidade de acesso (Castells, 2010; McLuhan, 2008). Dos restantes 3 indivíduos, 2 deles expressaram também a sua concordância com esta visão, ainda que tenham introduzido alguns parêntesis no seu raciocínio. Tiago Cruz, ressaltando que, quando a distância é de facto intransponível, estas ferramentas são um importante meio na aproximação e manutenção do contacto entre os indivíduos – o entrevistado referiu ainda a grande importância do *Skype* durante o seu Erasmus –, alertou também para a natureza do interface. Como o próprio revela, os meios tecnológicos enquanto extensões do corpo são ainda pouco naturais, pelo que podem acabar por promover o isolamento (Castells, 2010; Lipovetsky e Serroy, 2010). Para Roberto Estreitinho, os *media* digitais não são, por si, o garante do poder para quem os usa, nem tornam todos os indivíduos iguais, ao contrário do que é muitas vezes veiculado pelos defensores da rede, como no parágrafo anterior citámos Bill Gates e como Luís Silva também deixou transparecer, ao dizer que, nela, os cidadãos conseguem fazer «valer a sua voz». Ainda que seja potencialmente democratizante, a internet – que agrega em si todas as noções de redes tecnológicas actuais –, para Roberto Estreitinho, «não te dá garantias de seres alguém, (...) há muito aquela questão de: eu, na internet, tenho uma voz e toda a gente me vai ouvir. É mentira. Toda a gente não te vai ouvir; toda a gente pode ouvir-te.» Neste sentido, Roberto Estreitinho defende que as hierarquias se mantêm relativamente intactas, e que sobrevivem mesmo na rede. Segundo ele, não é apenas a identidade na rede que define o poder e alcance da voz dos indivíduos, mas também grandemente a identidade *offline* de cada um, os seus conhecimentos e relações.

Daniel Almeida (Reformado) foi o único a responder amplamente em contraciclo, afirmando que os novos meios tecnológicos não aproximam os indivíduos nem vêm anular hierarquias. Pelo contrário, Daniel Almeida considera que o domínio das tecnologias pode redundar na prepotência dos seus agentes e, assim, afastar as pessoas. Como tinha referido

noutro momento da sua entrevista, Daniel Almeida, muito embora reconhecendo as potencialidades dos novos meios tecnológicos, parece desconfiar sempre dos seus usos, chegando a defender que muitas das tecnologias que poderiam servir a Humanidade são usadas em proveito de alguns grupos ou indivíduos.

Na última pergunta colocada em entrevista (*Parece-lhe fazer sentido associar as palavras «ecrã» e «barreira»?*) procurou-se, centrando as atenções nos ecrãs propriamente considerados, obter as percepções dos indivíduos quanto àquilo que eles representam e permitem. A esta questão subjaz a breve incursão à etimologia do termo *ecrã*, cujos significados primitivos, como já referimos³⁵, o apontam como sinónimo de barreira, escudo, biombo ou mesmo pele, mas sempre como revestimento ou protecção, algo que pretendemos discutir em face da actual experiência ecrânica, que commumente parece apontar para termos antónimos destes: acesso, navegação, auto-estrada de informação, janela, entre outros.

De facto, 6 dos 8 entrevistados declararam não conseguir associar *ecrã* e *barreira*, afirmando que entendem os termos como distintos, mesmo contrários. A oposição foi assinalada através dos termos «interactividade», «interface» e «comunicação», todos associados ao ecrã. Só Daniel Almeida (Reformado) e Roberto Estreitinho (Gestor de Comunidades) aceitaram a associação entre ecrã e barreira. Daniel Almeida porque perspectiva o ecrã como uma forma de afastamento físico, de possibilidade de não-contacto. Roberto Estreitinho preferiu defender que o ecrã poderá ou não ser uma barreira dependendo do conceito desta segunda, que o mesmo considera muito lato. Assim, para este entrevistado, espacialmente, em termos físicos, o ecrã poderá ser uma barreira, na medida em que *eu não estou lá*, mas temporalmente, e no campo das percepções, não, *porque eu vejo como se estivesse lá*. Curiosamente, uma das expressões empregues por Roberto Estreitinho persegue aquilo que a etimologia da palavra também veicula: «um ecrã é uma barreira na medida em que filtra a realidade.» Como o referimos anteriormente³⁶, o ecrã encontra o seu significado de *filtro* muito claramente na língua inglesa, com o termo *screening* [filtragem (MW)], e não parece ser senão esse o significado subjacente aos termos parentes de ecrã: o biombo que filtra o olhar, o pano que filtra o calor da lareira, o escudo que filtra o perigo (ou a força) da flecha. Mais do que etimologicamente, porém, a noção de filtro tem, no âmbito desta investigação, interesse quando aproximada das teses

³⁵ Ver páginas 26, 33 e 39.

³⁶ Ver página 39.

de Jean Baudrillard acerca da hiperrealidade e da contaminação do campo do real pela artificial duplicação do real por um universo de simulacros. É legítimo pensá-lo: se o ecrã filtra, há algo que transmite e algo que oculta, algo para o qual constitui uma porta e algo para o qual ele se assume como barreira. Nesse sentido, poderemos equacionar que a vida perante o ecrã seja por ele transformada, pois as narrativas que encena dirigem-se ao real: «All reality is virtually perceived.» (Castells, 2010: 404)

4.3. Síntese da Análise e Reflexão

Uma vez percorridas as respostas obtidas em entrevista com detalhe, já que se afigurava interessante aceder às próprias palavras dos entrevistados através de uma análise discursiva, ainda que não profundamente linguística ou semântica, e de as relacionar com os contributos da literatura pelos quais a presente investigação se tem norteado, convém neste momento promover uma sistematização das tendências e pistas encontradas, tendo em vista a sua operacionalização, para posteriormente apresentarmos as nossas conclusões.

Assim, sumariamente, é possível notar que:

Os ecrãs parecem ter um papel cada vez mais preponderante na vida dos indivíduos, que assumem o seu contacto tendencialmente permanente com estes equipamentos, tal como apontam diversas estatísticas³⁷. Neste enquadramento, foi também possível verificar que a sociabilização é, hoje, amplamente alimentada pelos conteúdos do ecrã, e que ele é frequentemente o meio agregador de experiências e contactos: as notícias são cada vez mais recebidas no ecrã, os jogos são cada vez mais jogados no ecrã, de tal forma que aquilo que somos e aquilo que temos (documentos, fotografias, filmes, e hoje até os livros) se tornou virtualmente indissociável dele. No contexto deste contacto alargado com os ecrãs, desta relação quase simbiótica, de dependência, os entrevistados expressaram um conjunto de preocupações decorrentes desse uso: a redução do contacto físico entre os indivíduos, a sedentarização, e o tempo excessivo perante o ecrã (o vício, a incapacidade de afastamento).

Curiosamente, ainda que a maioria dos entrevistados tenha apontado ainda uma grande margem na evolução dos meios tecnológicos, eminentemente indissociáveis dos ecrãs, e alguns tenham mesmo perspectivado a ocorrência de mais e diferentes ecrãs, a

³⁷ Ver páginas 13-15.

identificação de ecrãs com os quais contactem numa base diária resumiu-se quase completamente ao trio computador, telemóvel, televisão, o que permite entrever um vazio perceptual no contacto com alguns equipamentos, quanto à sua natureza ecrânica, o que poderá provar não só a nossa familiaridade e habituação a eles, mas também, daí decorrente, a necessidade de reflectir sobre eles, de os promover enquanto objecto de estudo, equacionando os seus efeitos.

Tanto mais premente parece ser esse esforço de compreensão quanto mais acesso temos à percepção dos indivíduos. De facto, enquanto às câmaras de vigilância foi quase unânime a associação à segurança, os computadores foram referidos quase exclusivamente como ferramenta, sendo, porém, de salientar que um dos entrevistados, durante a sua resposta, compreendeu como o computador se reveste, de forma mais ou menos velada mas nem por isso menos profunda, de mecanismos de vigilância. Na verdade, o computador tem a capacidade e a oportunidade de conhecer muito melhor os seus utilizadores do que a câmara pode fazer perante os transeuntes, mas não foi essa a noção exprimida pelos entrevistados. Sintomaticamente, vários entrevistados provaram-se partidários de uma concepção utilitarista dos meios, consubstanciada no dito popular *Quem não deve não teme*, colocando a tónica nos utilizadores dos meios. Com uma tal atitude em mente, será relevante verificar que a maioria dos entrevistados afirmou não temer a violação da sua privacidade e expressou-se a favor de mais medidas de vigilância (surgiu, quase na totalidade das vezes, como sinónimo de segurança), nomeadamente através da instalação de câmaras no espaço público. Como já foi referido, vários entrevistados explicaram, por iniciativa própria, que esse aumento de vigilância não representava para eles um perigo, pois nada tinham a esconder, nem o objectivo de atentar contra outrem. A esse respeito, foi ainda partilhada por vários entrevistados a ideia de que são os indivíduos quem, sobretudo nas redes sociais, deve responsabilizar-se por aquilo que partilha e que, em último caso, só está na rede aquilo que estes querem. Curiosamente, porém, os mesmos entrevistados confessaram, noutra ocasião, já se terem sentido a invadir involuntariamente a privacidade de outras pessoas, ou a terem acedido a mais informação do que seria razoável, e um dos indivíduos sublinhou a necessidade de avisar as pessoas em todos os momentos e locais em que haja câmaras de vigilância, para que estas «possam adaptar o seu comportamento.» (Luís Silva, Profissional experiente) Nesta óptica, surge um certo conflito de perspectivas, uma vez que, afinal, muito do que a rede apanha sobre

os indivíduos parece ser independente da sua vontade, e mais, acontece também muitas vezes sem que disso os visados tenham consciência.

Da mesma forma, ainda que o maior volume de informação tenha sido identificado como potenciador de uma sociedade mais transparente, como globalmente caracterizada pelos entrevistados, a grande maioria afirmou que essa transparência não é necessariamente sinónimo de segurança, o que de algum modo parece contrastar com o raciocínio prévio, que ligava a segurança à implementação de uma grande rede de câmaras de vigilância. Devemos notar, em todo o caso, que nos referimos aqui a tendências, sendo que a posição de um ou outro dos entrevistados não se reflecte na maioria das respostas, e que por isso há linhas de raciocínio diferentes. Aqui, no entanto, promovendo-se uma síntese da análise das entrevistas, com vista à sua explicitação, torna-se mais fácil sistematizar as conclusões e linhas de raciocínio observadas. Apesar disso, sempre que nos referimos aqui à maioria dos indivíduos, e tal como é possível verificar na leitura do subcapítulo 4.2. *Análise e Reflexão*, dirigimo-nos às respostas que motivaram grandes níveis de concordância entre os entrevistados, o que, de resto, aconteceu com grande parte das questões colocadas.

A maioria dos entrevistados, no seguimento da identificação de uma sociedade actualmente mais transparente do que em qualquer outro momento do passado, concordou também que ela se traduz na maior proximidade que a rede permite, como que espaço público virtual, flexibilizando os acessos através de hierarquias, ainda que nem todos os entrevistados tenham concordado, defendendo alguns que há uma correlação entre o estatuto *online* e o estatuto *offline*, e respectivas relações hierárquicas envolvidas, ainda que na rede, na internet, haja uma maior possibilidade para potenciar a difusão de ideias, de uma voz. Decorrente do raciocínio desenvolvido ao longo das anteriores respostas, verifica-se com alguma naturalidade, e em concordância com aquela que era a expectativa do senso-comum, que quase nenhum dos entrevistados associa os termos «ecrã» e «barreira», considerando a grande maioria que estes são antónimos um do outro, ou que não existe qualquer relação entre eles. Esta assumpção do ecrã enquanto porta de acesso poderá dificultar a compreensão da mediação que o equipamento efectivamente pode encenar, bem como das consequências para os seus utilizadores, algo que influirá necessariamente sobre a forma como os indivíduos fazem uso dos equipamentos, como se relacionam com e através deles.

4.4. Reflexão Conclusiva

Reflectir (o termo é aqui inocentemente usado) sobre essa superfície que é o ecrã (e que hoje dispensa até, pelo menos aparentemente, a superfície³⁸) passa hoje necessariamente pela percepção de que se tem verificado uma acentuada tendência para a multiplicação ecrânica – aquilo que denominámos por *ecranização* –, e que esta parece hoje realidade inescapável, em menor ou maior profundidade, para parte substancial do mundo, e com maior relevo se pensado esse conjunto de geografias que se inscrevem no *mundo ocidental*.

Desde o seu surgimento que os ecrãs têm alterado padrões de sociabilidade, como, de resto, todas as tecnologias o fazem, modelando a relação entre o Homem e o seu mundo porque se constituindo como suas extensões (McLuhan, 2008; McLuhan e Fiore, 2008), e, portanto, como mediadores nos contactos e nos acessos. Porém, chegados ao estado (ou melhor, aos estados) a que existem hoje, dotados de potencialidades como nunca antes, deveremos pensar os ecrãs como um dos meios mais revolucionários na história do Homem, pelas múltiplas formas e funções de que estes se revestem. E a sua introdução, como procurámos caracterizar, não é inócua, e não opera apenas ao nível da velocidade da informação e do seu consumo – e isso seria já um testemunho importante sobre os processos cognitivos e as lógicas visuais dos indivíduos. Além da velocidade da informação, os ecrãs vieram torná-la progressivamente mais e mais acessível, sem quaisquer barreiras de espaço ou tempo; criaram um espaço – a rede – onde o outro está sempre ao alcance – sítio de confluência de todos e em permanência; e até no que à memória diz respeito eles podem exercer influência (se tudo está acessível, nada exige memorização) – esse já era, aliás, o medo expresso por Sócrates relativamente à escrita (PLATÃO, 1997), agora pelo ecrã potencialmente muito estendido nas suas consequências. A vivência-pelo-ecrã parece estar, portanto, além da mera substituição de um suporte, de uma superfície, de um regime visual. Entre o analógico e o digital não há uma simples passagem do estático para o mutável, do imóvel para o fluido, mas sim uma complexa alteração da natureza do meio, e portanto também das suas possibilidades ontológicas e de

³⁸ Pense-se nos hologramas, ou em tecnologias similares, com jogos de espelhos e projecções, como as que têm sido recentemente utilizadas com grande qualidade e realismo em alguns espectáculos musicais, em que duplos virtuais de cantores já falecidos ganham vida em palco, *actuando ao vivo* para milhares de espectadores (Tupac, no festival de Coachella, EUA, Abril de 2012; Freddie Mercury no Dominion Theatre, em Londres, no musical *We Will Rock You*, em Maio de 2012).

uso ou aplicação. Portanto, se o Homem dispõe hoje de ecrãs como nunca antes na sua história, e se é através desses ecrãs que ele vive a sua vida (Lipovetsky e Serroy, 2010), é preciso considerar a hipótese de que os ecrãs possam alterar efectivamente a vivência dos indivíduos: a alternativa a viver no ecrã não é a de viver fora dele, mas simplesmente a de não viver – «Ser no ecrã ou não ser.» (Lipovetsky e Serroy: 2010: 291)

Como Hardt e Negri avançam (2001), e como aqui procurámos provar, aquilo que caracteriza a sociedade de controlo é uma determinada incorporação dos próprios mecanismos de poder nos corpos e na mente dos indivíduos, isto é, a disseminação das lógicas disciplinares por todo o corpo social. E as entrevistas realizadas no âmbito da presente dissertação parecem apontar para a concretização desta perspectiva, clamando vários dos entrevistados por mais meios de segurança, referindo a utilização (por vezes amplamente inconsciente) de uma série de equipamentos cuja possibilidade de vigiar e controlar está sempre latente, e por vezes mais do que isso, ou até prescrevendo a adequação dos comportamentos humanos aos sistemas de vigilância que parecem hoje reger a sociedade. Aqui se vislumbra o que inicialmente apontávamos, de que o novo regime de visibilidade instaurado pela rede de ecrãs, isto é, a translucidez da vida actual, pode implantar nos indivíduos a consciência de que os seus actos e interesses são hoje potencial e amplamente visíveis para um público alargado, passíveis de cair no domínio público, pelo que se torna necessário reflectir de antemão sobre as acções, e provavelmente reprimindo alguns comportamentos, redundando num sistema de auto-censura.

Porém, como verificámos e como alertámos em 4.3. *Síntese da Análise e Reflexão*, foi possível verificar algumas incompatibilidades cognitivas nas respostas dos indivíduos, tendo-se registado alguma contenção nas respostas relativas à privacidade e relação entre transparência e segurança. Parece então assistir-se, simultaneamente, a visões contrárias sobre o papel dos ecrãs – e da rede – na sociedade actual, o que prova, ao menos, a complexidade do fenómeno e a difícil apreensão da sua natureza pelos indivíduos. E se o ecrã, é preciso dizê-lo, veio operar uma aceleração da comunicação, dos acessos ao outro e ao mundo, isto é, se trouxe benefícios à vida dos Homens, se os aproximou, impulsionou o conhecimento, a partilha e a democracia, ele pode também «redunda[r] em ruptura e colapso» (McLuhan, 2008: 104), e a incapacidade de adequação aos ecrãs prova-se, por vezes, dolorosa ou fatal. Esta é uma ideia também presente em Baudrillard (2002), para quem a promessa de desenvolvimento infinito pode desencadear uma implosão pelo

excesso, a saturação, o mundo tornado insuportável. E o filósofo francês vai mais longe, propondo que essa implosão talvez já tenha mesmo acontecido, pela predominância das redes de controlo, pelo excesso de sociabilização e pela interactividade, isto é, pelo permanente convocar dos indivíduos e sua conseqüente alienação, por uma sobrecarga de *massa crítica*: «When everything is social, suddenly nothing is.» (Baudrillard, 2002: 59)

Baudrillard, porém, alicerçado na lógica da inversão que tanto caracteriza a sua filosofia, abre portas para uma outra possibilidade (2002); a de que a concepção do poder do mundo virtual não seja mais do que uma representação dos agentes que detêm o poder nesse espaço virtual, como se de uma auto-promoção se tratasse. Do mesmo modo, contudo, e procedendo de acordo com a estratégia de Baudrillard, convém pensar invertendo novamente a questão: enquanto na sociedade se regista um crescente número de ecrãs e um aumento das suas potencialidades, os indivíduos parecem não dar provas de temer mais o possível aprofundar das suas capacidades (vimo-lo, de resto, no capítulo anterior), e a isso poderá não ser alheia a aparente familiaridade entre o real que nos envolve e os produtos da ficção científica. Baudrillard afirma que

«A Disneylândia é colocada como imaginário a fim de fazer crer que o resto é real, quando toda Los Angeles e a América que a rodeia já não são reais, mas do domínio do hiper-real e da simulação. (...) trata-se de esconder que o real já não é real e portanto de salvar o princípio da realidade» (1991: 21)

Da mesma forma, será possível pensar que o sistema (virtual) se defende, não afirmando o seu poder, mas mostrando-se reproduzido em virtualidades, quer dizer, em ficções, como que ocultando o seu estatuto de real. Talvez não por acaso, cada vez parecem ser mais os videojogos, as séries e os filmes que afirmam reais (e os mostram em toda a sua extensão e impressionantes capacidades) onnipotentes sistemas de controlo e vigilância. Jogos como o *Watchdogs* (Ubisoft, 2012), em que um *hacker* consegue, a partir de um pequeno ecrã que usa no pulso, infiltrar-se em comunicações telefónicas daqueles que o rodeiam, controlar os semáforos da cidade, pontes levadiças e rede de comboios, reconhecer facialmente todos os indivíduos com que se cruza, obtendo os seus dados pessoais e registo criminal, etc., séries como *Person of Interest* (Nolan, 2011), onde dois associados fazem uso de um programa informático capaz de agregar toda a informação de chamadas telefónicas, e-mails, câmaras de vigilância, registos bancários, entre outros, e de

o interpretar de forma a detectar intenções criminosas³⁹, ou mesmo *Continuum* (Barry, 2012), série em que um grupo de rebeldes vindo do futuro procura dismantelar o pesadelo orwelliano em que o planeta parece estar a transformar-se, para que este não se concretize. Estes são apenas alguns entre muitos exemplos, mas permitem propor a reflexão nestes termos: não contribuirá este género de narrativas, analogamente aos considerandos de Baudrillard sobre a Dinseylândia, como uma estratégia, para a permanência dos equipamentos ecrânicos, sobretudo os mais evoluídos ou as suas facetas mais poderosas, enquanto produtos de ficção científica na mente dos indivíduos, afirmando-os ainda distantes do real, quer dizer, irreais e por isso inócuos? De facto, os indivíduos parecem experimentar ainda grande estranheza quando, na sua *vida real*, se deparam com avançadas tecnologias de controlo (Wolf, 2012), e a divisão, a separação de fronteiras, permanece na sua forma de perspectivar o mundo: Roberto Estreitinho, entrevistado no decurso desta investigação, referiu que o *Reddit* [comunidade online de publicações sociais] «consegue influenciar muitas coisas que acontecem na vida real» (sublinhado nosso), dando mostras de reconhecer um outro estatuto (não-real? hiper-real?) à vida, ou àquilo que acontece no ecrã. Jean Baudrillard afirma que «Tudo se metamorfoseia no seu inverso para sobreviver na sua forma expurgada.» (1991: 29), e pode ser precisamente disso que aqui se trata. Se o ecrã, recuperando uma vez mais a sua etimologia, é barreira e escudo, então afirmando o seu inverso, isto é, o ecrã afirmando-se ecrã, pode sobreviver na sua dimensão de filtro, de fronteira e de defesa, de distância e, por isso, de vigilante ao serviço de uma lógica particular.

Será, portanto, possível uma lógica de expansão crescente desta estratégia, de infinitas potencialidades e satelização *voyeurista* ou, à semelhança do que perspectiva Jean Baudrillard, estará uma tal sociedade condenada a implodir pela sua própria natureza, a anular-se na própria saturação de um sistema sobrecarregado, insuportável e tornado impossível para os indivíduos que o habitam?

³⁹ Tais programas talvez sejam já realidade. Recentemente, um trio de investigadores desenvolveu um algoritmo informático capaz de refazer o percurso da informação virtual, detectando a origem de uma determinada mensagem e de perceber o processo da sua disseminação. O estudo utilizou os dados conhecidos publicamente nos media sobre os atentados de 11 de Setembro de 2001 e conseguiu reduzir os responsáveis a apenas três hipóteses, sendo uma Mohammed Atta, identificado pelos EUA como o responsável dos ataques. Oportunamente, o artigo conclui com uma das teses características do modelo panóptico: «um pequeno número de observadores pode ser uma alternativa eficiente à monitorização de cada um dos nós numa rede» (Pinto, Thiran e Vetterli *apud* Ferreira, 2012: parágrafo 8).

Não é, neste momento, possível fornecermos uma resposta, mas tudo parece indicar que a ecranização seja um processo ainda em movimento expansivo, que não dá mostras de vir a abrandar num futuro próximo: até 2016, Chicago terá uma câmara em cada esquina (Spielman, 2012), o *Facebook* atingirá, durante 2012, mil milhões de utilizadores (Wasserman, 2012) – um sétimo da população mundial –, e o número de computadores activos, globalmente, deverá alcançar os 2165 milhões já em 2015, aproximadamente mais 700 milhões do que em 2010 (eTForecasts, 2011).

Por tudo isto parece ser possível dizer que nos encontramos, hoje, já muito distantes do cenário das sociedades disciplinares e do panóptico predial de Bentham. E se Foucault dizia que «O Panóptico é uma máquina de dissociar o par ver-ser visto: no anel periférico, se é totalmente visto, sem nunca ver; na torre central, vê-se tudo, sem nunca ser visto.» (2010: 191), hoje, na era do Panóptico digital, parece já não haver tanto uma ruptura desse par. Hoje já não haverá, talvez uma verdadeira dualidade entre ver e ser visto; a actividade de ver passou a coincidir com a actividade de ser visto. Parece, por isso, ser fundamental não esquecer que, mais do que ser visto sem ver, olhando para a sociedade ecranizada, ela parece cada vez mais afirmar que ver implica sempre ser visto.

Marshall McLuhan, falando dos novos meios e tecnologias, apontava «E como é que comunidades inteiras reagem quando são conquistadas e reduzidas à escravidão? (...) Especializam-se e tornam-se indispensáveis para os seus conquistadores.» (2008: 83). Na sociedade ecranizada, como podem os indivíduos reagir? O esforço de reflexão e a consciência dos fenómenos sociais que nos rodeiam talvez sejam a única estratégia capaz de libertar os indivíduos. Se o conhecimento rompe as correntes que agrilhoavam o homem às sombras e aparências da caverna, talvez ele possa ser a explosão de que Baudrillard falava, que é «uma promessa, é a nossa esperança (...) toda a gente espera a explosão, que a destruição mostre o seu rosto e nos liberte deste pânico inominável, deste pânico de dissuasão que esta exerce sob a forma invisível» (1991: 74). É que a máquina não pensa, e sobretudo não se pensa a si própria. São os Homens por detrás dela que lhe dão sentido, e é conhecendo os seus mecanismos, as suas potencialidades, os seus benefícios bem como as suas ameaças, que os indivíduos se convertem em utilizadores, escapando ao mero papel de subordinados e alienados pela técnica, os seus «servomecanismos» (McLuhan, 2008: 55). Será talvez necessário trazer o ecrã para a vista, ao invés de apenas colocar a vista nele.

Foi esse, de certo modo, o nosso esforço na elaboração desta investigação, e é nossa esperança que ela possa constituir um ponto de sustentação suficientemente robusto para impulsionar o estudo desta problemática em torno desse movimento de ecranização que parece, agora, clara realidade, e da sociedade grandemente controlada e vigiada que ele coloca em cena.

Conclusão

Nesta investigação sobre aquilo que denominámos por *a sociedade dos ecrãs*, em que se assiste ao movimento contínuo da sua expansão – *ecranização* –, foi possível alcançar algumas conclusões acerca dos impactos dos ecrãs nos comportamentos dos indivíduos, na vida e na sociedade.

Assim, como meio profusa e profundamente inserido na vida quotidiana dos indivíduos, os ecrãs parecem ter vindo alterar os padrões de sociabilidade que de algum modo regem as relações e comportamentos humanos. Por um lado, o permanente acesso ao outro e à informação, em qualquer lugar e em direcção a qualquer tempo ou espaço tornados imediatos, próximos e por vezes servidos *em directo* ou *como se em directo*, como que cria um novo espaço público, talvez habitado como nunca antes tinha sido possível até então. Porém, essa acessibilidade generalizada, ou melhor, essa inscrição e participação nesse espaço que é a rede parece depender grandemente de uma dimensão arquivista, de registo, mas também permite a actuação de lógicas de controlo e vigilância pela visibilidade alargada que está na sua génese e que os ecrãs colocam em cena. Face a essa caracterização da rede, foi ainda possível verificar a assimilação das lógicas disciplinares pelos indivíduos, algo que marca a caracterização das *sociedades de controlo*, como as encontramos em Gilles Deleuze (2009), pela incorporação nos comportamentos e tomadas de decisão das condicionantes ou constrangimentos impostos por esse novo regime de visibilidade. Assim, em diferentes ocasiões encontrámos indícios da adequação dos comportamentos pelos indivíduos face a câmaras de vigilância ou na presença de outros ecrãs. É esta percepção do *tudo tornado visível* e de um simultâneo receio de que tudo se possa tornar público que influi de modo assinalável sobre as acções e relações humanas, e que pode ulteriormente redundar em atitudes de fingimento ou de auto-censura. Transversalmente, foi também possível perceber a complexidade do tema e a muitas vezes difícil apreensão do fenómeno da ecranização e suas consequências por parte dos indivíduos, passando alguns ecrãs até despercebidos para alguns dos indivíduos que diariamente com eles se relacionam. Este fenómeno ganha especial relevância quando pensada a multiplicidade de ecrãs com que diariamente lidamos, e essa relativa inconsciência, que pode potenciar-lhes as implicações, reveste-se por isso de particular importância.

Para alcançar as teses que acabamos de referir, procedemos nesta investigação a um conjunto de entrevistas com especialistas na utilização de determinados ecrãs (profissionais de diversas áreas) e também com utilizadores que definimos como comuns, cuja utilização e relação com ecrãs poderá ser considerada como média. Através de uma análise interpretativista procurámos indícios que nos permitissem aceder à consciência que os indivíduos possam ter do papel dos ecrãs nas suas vidas, bem como às suas considerações sobre as alterações por eles impostas, seus significados, potenciais riscos percebidos ou possibilidades de evolução. A análise e reflexão que promovemos alicerça-se na revisão de literatura que constitui a primeira parte da presente dissertação, e onde procurámos debruçar-nos sobre alguns dos principais filósofos, sociólogos e autores das teorias da comunicação e *media* do século XX, como Jean Baudrillard, Michel Foucault, Gilles Deleuze, Gilles Lipovetsky e Jean Serroy, Lev Manovitch, Marshall McLuhan, Manuel Castells, entre outros, mas também autores contemporâneos, como Jean-Gabriel Ganascia e Steve Mann, que abordam as questões da vigilância na sociedade actual e apresentam algumas propostas de inversão (ou recriação) do sistema panóptico.

Com esta investigação quisemos reflectir sobre a complexa natureza dos ecrãs, sobre as suas implicações na sociabilidade e sobre a forma como modelam comportamentos no acesso ao outro, à informação e, em suma, ao mundo. Desta forma, foi também nosso intuito apresentar uma contribuição para a compreensão e problematização do fenómeno dos ecrãs, chamando a atenção para algo que é hoje realidade inescapável na nossa sociedade, fenómeno que nos cerca e submerge, e que por isso parece exigir reflexão e atenção, para que tomemos consciência da realidade em que nos movemos e das formas ou mecanismos pelos quais ela pode influir sobre os nossos modos de ser e de viver.

Bibliografia

- Barringer, Felicity (2011), «New Electricity Meters Stir Fears», *The New York Times*, 30 de Janeiro de 2011,
http://www.nytimes.com/2011/01/31/science/earth/31meters.html?_r=1,
consultado a 12 de Março de 2012.
- Baudrillard, Jean (1991 [1981]), *Simulacros e Simulação*, Lisboa: Relógio d'Água.
- Baudrillard, Jean (2002), *Screened Out*, London/New York: Verso.
- Baudrillard, Jean (2010 [1988]), *America*, London/New York: Verso.
- Bauret, Gabriel (2006 [1992]), *A Fotografia*, Lisboa: Edições 70.
- Berger, Peter e Luckmann, Thomas (2003 [1966]), *A Construção Social da Realidade*,
Petrópolis: Vozes.
- Bilton, Nick (2012), «Google Offers Look at Internet-Connected Glasses – A Rose-
Colored View May Come Standard», *The New York Times*, 4 de Abril 2012,
[http://www.nytimes.com/2012/04/05/technology/google-offers-look-at-internet-
connected-glasses.html?_r=1](http://www.nytimes.com/2012/04/05/technology/google-offers-look-at-internet-connected-glasses.html?_r=1), consultado a 23 de Julho de 2012.
- Borges, Jorge Luís (1982 [1935]), «Sobre o Rigor na Ciência», in *História Universal da
Infâmia*, Lisboa: Assírio e Alvim, p.71.
- Boyd, Danah (2012), «The Power of Fear in Networked Publics», a partir de uma
conferência proferida no festival South by Southwest em Austin, Texas, a 10 de
Março de 2012.
- Britannica – Encyclopedia Online (Academic Editions) (2012), «history of the motion
picture», «radio broadcasting», «the telephone instrument», consultado a 31 de
Maio de 2012.
- Castells, Manuel (2010 [1996]), *The Information Age – Economy, Society and Culture:
Volume I – The Rise of the Network Society*, Chichester: Wiley&Blackwell.
- Chatterjee, Pratap (2011), «The new cyber-industrial complex spying on us», *The
Guardian*, 2 de Dezembro de 2011,
<http://www.guardian.co.uk/commentisfree/cifamerica/2011/dec/02/cyber->

[industrial-complex-spying](#), consultado a 2 de Maio de 2012.

Correia, João Carlos (2002), *A Teoria da Comunicação de Alfred Schütz*, Universidade da Beira Interior (consultado em versão electrónica obtida na biblioteca online da UBI:http://ubi.academia.edu/JoaoCarlosCorreia/Books/358423/A_Teoria_da_Co_municacao_de_Alfred_Schutz)

Crary, Jonathan (1992 [1990]), *Techniques of the Observer – On Vision and Modernity in the Nineteenth Century*, Massachusetts: MIT Press.

DataMarket (2011), *e-Banking and e-Commerce*, (dados Eurostat, 2011), <http://datamarket.com/data/set/1b50/e-banking-and-e-commerce#!display=line&ds=1b50|rgx=14.m:rgy=2:rgz=3.4:rh0=b>, consultado a 27 de Dezembro de 2011.

Deleuze, Gilles (2009 [1990]), *Pourparlers*, Paris: Les Édition du Minuit

Derrida, Jacques (2005 [1967]), *Writing and Difference*, London and New York: Routledge (e-book).

Dobson, Jerome E. e Fisher, Peter F. (2007), «The Panopticon's changing Geography», *The Geographical Review*, volume 97, número 3, New York: The American Geographical Society, pp. 307-323.

Doctorow, Cory (2012), «Censorship is inseparable from surveillance», 2 de Março de 2012, <http://www.guardian.co.uk/technology/2012/mar/02/censorship-inseparable-from-surveillance>, consultado a 2 de Maio de 2012.

eTForecasts (2011), «Worldwide PC market - A market research report with perspectives and a top-down view of the PC industry - past, present and future trends», consultado a 8 de Novembro de 2011, http://www.etforecasts.com/products/ES_pcww1203.htm

European Central Bank (2011), *ECB – Payment Statistics for 2010*, <http://www.ecb.int/press/pr/date/2011/html/pr110912.en.html>, consultado a 27 de Dezembro de 2011.

Facebook newsroom (2012), *Company Info*; <http://newsroom.fb.com>, consultador a 31 de Julho de 2012.

- Ferreira, Nicolau (2012), «E se um líder terrorista fosse preso com a ajuda de um algoritmo?», *Público*, 13 de Agosto de 2012.
- Foucault, Michel (2010 [1975]), *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*, Petrópolis, RJ: Editora Vozes.
- Ganascia, Jean-Gabriel (2010), «The generalized sousveillance society», *Social Science Information*, volume 49, número 3, Paris: SAGE, pp. 489-507.
- Garfinkel, Harold (1967), *Studies in Ethnomethodology*, New Jersey: Prentice-Hall, Inc.
- Graham-Rowe, Duncan, (2009), «Flexible Screens Get Touchy-Feely», *Technology Review*, MIT, 27 de Fevereiro de 2009, <http://www.technologyreview.com/computing/22232/>, consultado a 7 de Dezembro de 2011.
- Hageman, Peggy (2011), «Make It Work: Publishers Need to Embrace Ebooks», *EContent Magazine*, 15 de Dezembro de 2011, <http://www.econtentmag.com/Articles/ArticleReader.aspx?ArticleID=79125>, consultado a 26 de Dezembro de 2011.
- Hanlon, Mike (2004), «France Telecom develops flexible display clothing», *Gizmag.com*, consultado a 6 de Dezembro de 2011, <http://www.gizmag.com/go/3043/>
- Hardt, Michael e Negri, Antonio (2001 [2000]), *Empire*, Massachusetts: Harvard University Press.
- Holt, Karen (2011), «E-book Sales Statistics from BISG Survey», *Publishing Perspectives*, Maio de 2010, <http://publishingperspectives.com/2010/05/e-book-sales-statistics-from-bisg-survey/>, consultado a 26 de Dezembro de 2011.
- Houaiss, Antônio, e Villar, Mauro de Salles, (2003), *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, Lisboa: Temas e Debates.
- Iharco, Fernando (2008), «Hyper-text and Hyper-reality: Contributions for the Study of the Ontological Contours of Technological Information Networks» in *Projecto Enciclopédia e Hipertexto*, Lisboa: Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.
- Iharco, F. and Introna, L. (2006), «On the Meaning of Screens: Towards a

- Phenomenological Account of Screeness», *Human Studies*, volume 29, número 1, Boston: Springer, pp.57-76.
- Ilharco, Fernando (2005), «Sobre McLuhan», Faculdade de Ciências Humanas – Universidade Católica Portuguesa – Conferências Multidisciplinares: Figuras da Modernidade, 21 de Junho de 2005, <http://www.ucp.pt/site/resources/documents/FCH/F%20Ilharco/FIGURA%20mcluhan%20FINAL.pdf>, consultado a 22 de Março de 2012.
- Infopédia (2012), *TIC*, Porto: Porto Editora, consultado a 17 de Maio de 2012, <URL: [http://www.infopedia.pt/\\$tic](http://www.infopedia.pt/$tic)>.
- Introna, Lucas D. e Ilharco, Fernando M. (2004), «The Ontological Screening of Contemporary Life: A Phenomenological Analysis of Screens», *European Journal of Information Systems*, volume 13, número 3, Basingstoke: Palgrave Macmillan, pp. 221–234.
- ITU – International Telecommunication Union (2011), *Measuring the Information Society – 2011*, consultado a 8 de Novembro de 2011, http://www.itu.int/ITU-D/ict/publications/idi/2011/Material/MIS_2011_without_annex_5.pdf
- Kietzmann, Jan e Angell, Ian (2010), «Panopticon Revisited», *Communications of the ACM*, volume 53, número 6, New York: The Association for Computer Machinery, pp. 135-138.
- Kirn, Walter (2010), «Little Brother Is Watching», *The New York Times*, 15 de Outubro de 2010, http://www.nytimes.com/2010/10/17/magazine/17FOB-WWLN-t.html?_r=1, consultado a 2 de Maio de 2012.
- Lingley, Andrew e Parvis, Babak (2008), «Multipurpose integrated active contact lenses», *The Neuromorphic Engineer*, Institute of Neuromorphic Engineering, consultado a 6 de Dezembro de 2011, <http://www.ine-news.org/pdf/0056/0056.pdf>
- Lipovetsky, Gilles, e Serroy, Jean (2010 [2007]), *O Ecrã Global*, Lisboa: Edições 70.
- Mann, Steve (1998), «"Reflectionism" and "Diffusionism": New Tactics for Deconstructing the Video Surveillance Superhighway», *Leonardo*, volume 31, número 2, pp. 93-102, Cambridge, Massachusetts: MIT Press.

- Mann, Steve, Nolan, Jason e Wellman, Barry (2003), «Sousveillance: Inventing and Using Wearable Computing Devices for Data Collection in Surveillance Environments», *Surveillance & Society*, volume 1, número 3, Kingston, Ontario: Queen's University, pp. 331-355.
- Manovich, Lev (1995), *An Archeology of a Computer Screen*, Moscow: Soros Center for the Contemporary Art, consultado a 21 de Novembro de 2011, http://www.manovich.net/TEXT/digital_nature.html
- McLuhan, Marshall (2008 [1964]), *Compreender os Meios de Comunicação – Extensões do Homem*, Lisboa: Relógio d'Água.
- McLuhan, Marshall e Fiore, Quentin (2008 [1967]), coordenado por Jerome Angel, *The Medium is the Massage*, London: Penguin Books.
- Mobithinking.com (2010), «5.3bn mobile subscribers; nearly 1bn with high-speed mobile Web access: an interview with ITU statistics chief Susan Teltscher», consultado a 8 de Novembro de 2011, <http://mobithinking.com/interview-susan-teltscher-itu>
- Multibanco (2011), *Levantamentos em ATM por distrito – 2011 e 2010*, 6 de Outubro de 2011, http://www.multibanco.pt/export/sites/sibs_multibanco/pt/documentos/Estatisticas/Levantamentos_e_Compras_por_Distrito_3_trimestre_2011.xls, consultado a 27 de Dezembro de 2011.
- Nielsen – The Nielsen Company (2010), *Three Screen Report*, volume 8, 1º quartel de 2010, consultado a 10 de Novembro de 2011, [http://www.nielsen.com/content/dam/corporate/us/en/reports-downloads/3%20Screen/2010/Three%20Screen%20Report%20\(Q1%202010\).pdf](http://www.nielsen.com/content/dam/corporate/us/en/reports-downloads/3%20Screen/2010/Three%20Screen%20Report%20(Q1%202010).pdf)
- Orwell, George (2008 [1949]), *1984*, London: Penguin Books.
- Platão (1997 [s/d]), *Fedro*, Lisboa: Edições 70.
- PT (2011), *Produtos Meo go*, consultado a 6 de Dezembro de 2011, <http://www.meo.pt/ver/meogo/Pages/conhecerprodutos.aspx>
- Retail Banking Research (2011), *Global ATM Market and Forecasts to 2016*, London: Retail Banking Research, brochura disponível online em

- http://www.rbrlondon.com/reports/G2016_Brochure.pdf, consultado a 27 de Dezembro de 2011.
- Schütz, Alfred (1979 [1970]), *Fenomenologia e Relações Sociais*, org. Helmut R. Wagner, Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Scott, Mark (2009), «Europe Plans 'Smart Meter' Rollout», *Business Week*, 29 de Abril de 2009,
http://www.businessweek.com/investing/green_business/archives/2009/04/europe_smart_me.html, consultado a 29 de Março de 2012.
- Sobchack, Vivian (1994), «The Scene of the Screen: Envisioning Cinematic and Electronic "Presence"», Gumbrechts, Hans Ulrich e Pfeiffer, K. Ludwig (org.), *Materialities of Communication*, Stanford: Stanford University Press, pp.83-106.
- Spielman, Francis (2012), «Surveillance cams help fight crime, city says », *Chicago Sun-Times*, 19 de Fevereiro de 2009,
http://www.suntimes.com/news/politics/1440402_mayor-daley-emergency-surveillance-cameras.article, consultado a 13 de Março de 2012.
- Tek saço (2011), «Carro do futuro parece um smartphone gigante», *tek.sapo.pt*, 28 de Novembro de 2011,
http://tek.sapo.pt/multimedia/carro_do_futuro_parece_um_smartphone_gigante_1204008.html, consultado a 28 de Novembro de 2011.
- The Star (2010), «Top court rules monitoring suspected grow-op's power usage OK», *thestar.com*, 24 de Novembro de 2010,
<http://www.thestar.com/news/canada/article/896426--top-court-rules-monitoring-suspected-grow-op-s-power-usage-ok>, consultado a 12 de Março de 2012.
- Tomlinson, Kathy (2012), «Man's home "invaded" by government search of fish tanks», *CBC News*, 5 de Março de 2012, <http://www.cbc.ca/news/canada/british-columbia/story/2012/03/02/bc-fishgrowop.html>, consultado a 12 de Março de 2012.
- Twitter (2012), *What is Twitter?*, <http://business.twitter.com/basics/what-is-twitter/>, consultado a 31 de Julho de 2012.

- Van der Zanden, Geert-Jan (2011), «100 Million Smart Meters to Be Installed in Europe by 2016, but Are End-Users Engaged?», *Green Tech Media*, 25 de Agosto 2011, <http://www.greentechmedia.com/articles/read/100-million-smart-meters-to-be-installed-in-europe-by-2016-but-are-end-user/>, consultado a 12 de Março de 2012.
- Wasserman, Todd (2012), «Facebook to Hit 1 Billion User Mark in August [STUDY]», *Mashable*, 12 de Janeiro de 2012, <http://mashable.com/2012/01/12/Facebook-1-billion-users>, consultado a 31 de Julho de 2012.
- Wolf, Naomi (2012), «The new totalitarianism of surveillance technology», *The Guardian*, 15 de Agosto de 2012, <http://www.guardian.co.uk/commentisfree/2012/aug/15/new-totalitarianism-surveillance-technology>, consultado a 15 de Agosto de 2012.
- Zon (2011), *Íris*, consultado a 6 de Dezembro de 2011, <http://www.zon-iris.com/#/pt/zon-online/o-que-e>

Outras referências

Filmes e Séries

- Wachowski, Andrew e Wachowski, Lawrence (1999), *The Matrix*, Warner Bros. Pictures, Burbank, CA, Estados Unidos da América.
- Nolan, Jonathan (2011), *Person of Interest*, CBS, Estados Unidos da América.
- Barry, Simon (2012), *Continuum*, Reunion Pictures, Estados Unidos da América.
- Lumière, Auguste e Lumière, Louis (1895), *L'Arrivée d'un train à La Ciotat*, França.

Videojogos

- Ubisoft (2012), *Watchdogs*, França.